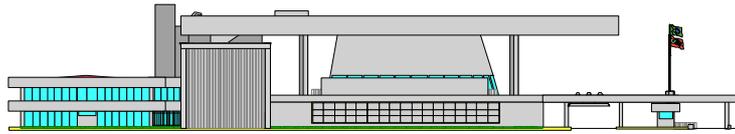


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 04 DE ABRIL DE 2007

NÚMERO 5.706

16ª Legislatura  
1ª Sessão Legislativa

**MESA**

Julio Cesar Garcia

**PRESIDENTE**

Clésio Salvaro

**1º VICE-PRESIDENTE**

Ana Paula Lima

**2º VICE-PRESIDENTE**

Rogério Mendonça

**1º SECRETÁRIO**

Valmir Comin

**2º SECRETÁRIO**

Dagomar Carneiro

**3º SECRETÁRIO**

Antônio Aguiar

**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**

João Henrique Blasi

**PARTIDOS POLÍTICOS**

(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**

Líder: Kennedy Nunes

**PARTIDO DO MOVIMENTO**

**DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

Líder: Manoel Mota

**DEMOCRATAS**

Líder: Gelson Merísio

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**

Líder: Padre Pedro Baldissera

**PARTIDO DA SOCIAL**

**DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Líder: Marcos Vieira

**PARTIDO TRABALHISTA**

**BRASILEIRO**

Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO**

**BRASILEIRO**

Líder: Odete de Jesus

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**

Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO**

**TRABALHISTA**

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Darci de Matos

Cesar Souza Júnior.

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joares Ponticelli

João Henrique Blasi

Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Onofre Santo Agostini

Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL**

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

Onofre Santo Agostini - Presidente

Joares Ponticelli - Vice Presidente

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

João Henrique Blasi

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Herneus de Nadal

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA**

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE**

Décio Góes - Presidente

José Natal Pereira - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Renato Hinnig

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTO**

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL**

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Ada de Luca

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joares Ponticelli

Nilson Gonçalves

Onofre Santo Agostini

Romildo Titon

João Henrique Blasi

**DIRETORIA  
LEGISLATIVA**

**Coordenadoria de Publicação:**  
responsável pela digitação e/ou  
revisão dos Atos da Mesa Diretora e  
Publicações Diversas, diagramação,  
editoração, montagem e distribuição.  
Coordenador: Eder de Quadra  
Salgado

**Coordenadoria de Taquigrafia:**  
responsável pela digitação e revisão  
das Atas das Sessões.  
Coordenadora: Lenita Wendhausen  
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e  
Serviços Gráficos:**  
responsável pela impressão.  
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA  
EXPEDIENTE**

**Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500**  
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

**IMPRESSÃO PRÓPRIA**  
**ANO XV - NÚMERO 1725**  
**1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES**  
**EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS**

**ÍNDICE****Plenário**

Ata da 021ª Sessão Ordinária da  
16ª realizada em 28/03/2007 .....2  
Ata da 003ª Sessão  
Extraordinária da 16ª realizada  
em 28/03/2007 .....17

**Atos da Mesa**

Ato da Mesa .....24  
Ato da Mesa - DI.....25  
Ato da Presidência - DI.....25

**Publicações Diversas**

Ata de Comissão Permanente.....  
.....25  
Lei .....25  
Ofícios .....26  
Portarias .....26  
Projetos de Lei.....29  
Projeto de realizada em Lei da  
Medida Provisória.....32

**PLENÁRIO**

# ATA DA 021ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Sérgio Grando - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

**SUMÁRIO****Breves Comunicações**

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Refere-se a projeto que concede gratificação aos médicos do SUS.

**DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI** - Aborda a ampliação da fábrica de tubos de aço Marcegaglia em Garuva; aborda a fidelidade partidária.

**DEPUTADO JANDIR BELINI** (pela ordem) - Registra a presença da Associação de Servidores Públicos Aposentados de Itajaí.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Comenta a doação de uma ambulância ao município de Imbuia pelo empresário Luiz Laurindo; refere-se à carta de Lages, que defende a classificação brasileira hierarquizada de procedimentos médicos; aborda o projeto que concede gratificação aos médicos do SUS; registra a presença do prefeito Paulinho, de Ponte Alta.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** (pela ordem) - Registra a presença de autoridades de São João do Itaperiú, de Bela Vista do Toldo e de Jaraguá do Sul; comenta a instalação da empresa Marcegaglia em Garuva.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Reporta-se ao fornecimento de energia elétrica em Porto União e União da Vitória; tece comentários a respeito da diferença do ICMS entre Santa Catarina e Curitiba; aborda a reivindicação de uso do gás natural no norte catarinense.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Saúda o suplente de deputado Dieter Janssen; refere-se às declarações do secretário da Fazenda sobre o impacto financeiro da reforma administrativa estadual.

**DEPUTADO RENATO HINNIG** (aparte) - Tece comentários acerca da reforma administrativa.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** (aparte) - Comenta a reforma administrativa.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** - Registra a presença do prefeito e de vereadores de Bela Vista do Toldo.

**Partidos Políticos**

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Aborda as declarações de Dejandir Dalpasquale na convenção do PMDB.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (aparte) - Comenta as declarações de Dejandir Dalpasquale na convenção do PMDB; aborda a liberação das máquinas caça-níqueis; lê a coluna do jornalista Cesar Valente acerca das contas de publicidade do governo; refere-se ao projeto Vida por Vidas da Igreja Adventista do Sétimo Dia; comenta a programação o 15º aniversário de São João do Itaperiú.

**DEPUTADO EDSON PIRIQUITO** (pela ordem) - Lê matéria de Cesar Valente a respeito da publicidade oficial.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (pela ordem) - Registra a presença do prefeito e do secretário de Educação de Ponte Alta.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Comenta a retirada de tramitação da PEC n. 0021/2005, de autoria do senador Tasso Jereissati; aborda a realização de cursos para a Polícia Militar e Corpo de Bombeiros; refere-se ao leilão das contas salário da Prefeitura de Florianópolis.

**DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO** (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Calmon, João Batista de Geroni.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** (pela ordem) - Registra a presença do vereador José Acácio Delmonego, de São João do Itaperiú e o 15º aniversário do município.

**DEPUTADO HERNEUS DE NADAL** (pela ordem) - Registra a presença do vereador Selvino Giesel, de Pinhalzinho.

**DEPUTADA ODETE DE JESUS** - Refere-se à audiência pública das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação; comenta reunião da comissão de Finanças e Tributação com secretário Ivo Carminati para falar sobre a reforma administrativa.

**DEPUTADO RENATO HINNIG** (pela ordem) - Registra a presença de Francisco Duarte, de Camboriú.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Aborda o aniversário de 15 anos do município de São João do Itaperiú; registra a presença do ex-deputado Sérgio Silva; comenta acidente ocorrido na SC-301, na localidade de Pirabeiraba, em Joinville; refere-se ao estado da SC-474, que liga Luiz Alves a Massaranduba.

**DEPUTADA ADA DE LUCA** - Reporta-se ao golpe militar de 64.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (aparte) - Comenta o golpe militar de 64.

**DEPUTADO RENATO HINNIG** (aparte) - Registra o lançamento do PMDB do Meio Ambiente.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** (aparte) - Aborda o desaparecimento do deputado estadual Paulo Stuart Wright.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Critica colocações do deputado Joares Ponticelli; comenta a vinda à Casa do secretário da Fazenda.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI** (aparte) - Refere-se à visita do secretário da Fazenda à Assembléia Legislativa.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (aparte) - Refere-se à visita do secretário da Fazenda à Assembléia Legislativa.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** - Aborda reivindicações feitas ao governador para o distrito de Pirabeiraba, em Joinville; comenta a liberação dos caça-níqueis.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (pela ordem) - Registra a presença dos presidentes da Associação Médica de Santa Catarina e do sindicato.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** - Convida todos para o lançamento do livro *Paixão Pela Arte, Paixão Pela Vida*, de Ademir Rosa; comenta os investimentos feitos pelo governo federal em Santa Catarina.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** (aparte) - Indaga se a passagem de nível na cidade de Itajaí está incluída no PAC.

**DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI** (aparte) - Refere-se ao nível de desemprego em Santa Catarina.

Ordem do Dia

**DEPUTADO JANDIR BELLINI** (pela ordem) - Registra a presença de lideranças de Bombinhas e Itajaí.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI** (pela ordem) - Solicita inclusão na pauta dos Projetos de Lei n.s 0354/2006 e 0011/2007.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** (pela ordem) - Sauda representantes da comunidade de Pirabeiraba; parabeniza o município de São João do Itaperiú pelo aniversário.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** (pela ordem) - Convoca os parlamentares para a votação do PL n. 0354/2006.

**DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI** (pela ordem) - Retira emenda ao PL n. 0354/2006.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** (pela ordem) - Registra a presença do ex-vereador de Joinville, Wilson Renzetti e da coordenadora da Casa do Aduato, também de Joinville.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (pela ordem) - Cumprimenta o prefeito de Calmon, João Batista de Geroni; convida todos para audiência pública sobre a perda salarial dos professores da UFSC.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** (pela ordem) - Aborda a importância do PL n. 0354/2006.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (pela ordem) - Aborda a importância do PL n. 0354/2006.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** (pela ordem) - Cumprimenta o governador e sua equipe pelo PL n. 0354/2006.

**DEPUTADA ODETE DE JESUS** (pela ordem) - Convoca os parlamentares para a votação do PL n. 0354/2006.

**DEPUTADO SÉRGIO GRANDO** (pela ordem) - Encaminha voto da bancada do PPS ao PL n. 0354/2006, que institui gratificação de desempenho e produtividade médica.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI** (pela ordem) - Refere-se à importância do PL n. 0354/2006.

**DEPUTADO MARCOS VIEIRA** (pela ordem) - Encaminha voto da bancada do PSDB favorável ao PL n. 0354/2006.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (pela ordem) - Encaminha voto da bancada do PDT favorável ao PL n. 0354/2006.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** (pela ordem) - Encaminha voto da bancada do PP favorável ao PL n. 0354/2006.

**DEPUTADO PEDRO BALDISSERA** (pela ordem) - Encaminha voto da bancada do PT favorável ao PL n. 0354/2006.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI** (pela ordem) - Aborda o PL n. 0011/2007, que revoga dispositivos das Leis n.s 2.417, 2.974 e 5.520.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (pela ordem) - Aborda o PL n. 0011/2007, que revoga dispositivos das Leis n.s 2.417, 2.974 e 5.520.

**DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI** (pela ordem) - Encaminha voto do partido Democrata favorável ao PL n. 0011/2007.

**DEPUTADA ODETE DE JESUS** (pela ordem) - Encaminha voto da bancada do PRB favorável ao PL n. 0011/2007.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** (pela ordem) - Encaminha voto da bancada do PP favorável ao PL n. 0011/2007.

**DEPUTADO PEDRO BALDISSERA** (pela ordem) - Encaminha voto da bancada do PT favorável ao PL n. 0011/2007.

**DEPUTADO SÉRGIO GRANDO** (pela ordem) - Encaminha voto da bancada do PPS favorável ao PL n. 0011/2007.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, hoje na pauta da sessão, como todos os dias, temos diversos encaminhamentos que fazemos aqui no plenário e outros nas comissões, mas, enfim, esta Casa, desde o primeiro dia desta legislatura, vem se empenhando para dar o destino, dar o encaminhamento a todas as matérias que aqui tramitam.

E hoje com muita alegria será votado um projeto que o governo de Luiz Henrique da Silveira e os representantes de entidades médicas, citando o Conselho Regional de

Medicina, a Associação Catarinense de Medicina, bem como o Sindicato dos Médicos, elaboraram a oito mãos. O governador pediu que fosse um projeto que viesse a estimular e a diminuir esse aviltamento da profissão, do ato médico que vinha comprometendo, de certa maneira, a qualidade dos serviços prestados ao nosso cidadão catarinense.

Nós temos em Santa Catarina, aproximadamente, 8 mil médicos. E desses, 1.309, conforme informação, são médicos servidores que atendem principalmente em hospitais aqui da Grande Florianópolis, como no Hospital Regional São José, no Hospital Celso Ramos, no Hospital Universitário e nos hospitais regionais que temos em Criciúma, em Chapecó e em Joinville. E o corpo de servidores médicos que prestam esse atendimento, principalmente nas áreas especializadas, de certa maneira vinham ganhando valores muito desestimulantes.

Por isso esta Casa recebeu, até com alegria, o projeto que o governador encaminhou para ser apreciado aqui, porque viu que esse seria um instrumento, uma forma de agradar aos profissionais da saúde, mas, principalmente, para levar à população um atendimento médico mais digno.

Eu, como membro da comissão de Saúde, fiz a análise e também emiti um parecer e citamos dez itens, dos quais poderia até enumerar alguns. Primeiro, é que este projeto, é claro, não é o ideal para todos e, certamente, muitos dos colegas médicos ainda têm sugestões a fazer. As sugestões são trazidas a esta Casa pelos médicos, pelos representantes dos deputados Jailson Lima e Antônio Aguiar e também pelos demais deputados desta Casa que, mesmo não sendo médicos, abraçam a causa da saúde e vêem esse projeto como um grande instrumento para resolver e melhorar um pouco a saúde de Santa Catarina.

Então, não é um projeto que certamente agradará a todos, mas esta Casa estará aberta para inúmeras sugestões e daremos um encaminhamento para pensar as sugestões que advirem a esta Casa. A população muitas vezes não sabe que esses profissionais, às vezes, ganhavam de R\$ 1,1 mil a R\$ 1,2 mil, por quatro horas de serviço. Era um valor muito desestimulante, evidentemente. Este projeto que o governador encaminhou, concede, em forma de gratificação, um valor acima desses R\$ 1,2 mil e esses valores variam de R\$ 2,4 mil a R\$ 4 mil, totalizando, assim, somando o principal com essa gratificação, salários de R\$ 3,6 mil a R\$ 5,2 mil. Um valor já razoável para melhorar o estímulo desses profissionais e isso, naturalmente, por quatro horas de serviços. Sobre esse salário vão incidir todas as obrigações por parte do funcionário, mas também todos os direitos, como férias, 13º salário e aposentadoria.

Esses 1.309 médicos, na verdade, vão deixar de ser meio bóia-frias, como eram antes, porque agora o ganho de seu salário será incorporado nas suas obrigações e nos seus direitos. E com um detalhe: foi uma grande arte do governador, pois encontrou uma maneira de conceder esse reajuste, digamos assim, porém sem aumentar os gastos, esse é o grande milagre! Como o governador fez? Primeiro, chamou os representantes médicos para darem sugestões. E o governador Luiz Henrique da Silveira, que é político há mais de 40 anos, tem uma carreira progressiva, graças, justamente, a essa habilidade para encontrar alternativas diante de situações difíceis como era essa da questão da saúde, para dar esse reajuste no meio de todo esse conjunto de reformas que o estado também está fazendo.

Então, na verdade, esse reajuste significa a partição, significa a divisão de toda a produção que os médicos vinham fazendo nos hospitais, operando; nas emergências, atendendo consultas; nos postos de saúde do estado, também fazendo consultas ou nos pequenos procedimentos. Somando estes procedimentos o governo do estado buscará, como sempre buscou, o dinheiro no governo federal, através do Ministério da Saúde, que seria a verba do SUS que vem para o estado.

Se somarmos esse montante, conseguiremos fazer um fundo e, desse fundo, se dividir, dará essa gratificação que não é igual para todos, mas varia de R\$ 2.4 mil a R\$ 4 mil. E essa gratificação, na verdade, não significa uma injeção de um dinheiro novo do governo dentro do sistema, significa, sim, uma repartição equânime, de acordo com o empenho e com o trabalho de cada um. E essa repartição resultará, então, nesse reajuste que nós consideramos uma forma de estimular os nossos servidores da saúde a prestar um atendimento melhor a nossa sociedade.

Então, nós solicitamos à comissão a criação de um fórum para encontrarmos uma maneira para que a grande maioria dos 293 municípios do interior tenha hospital. Nós temos mais de 200 hospitais grandes ou pequenos espalhados pelo estado de Santa Catarina, a maioria deles presta serviço pelo SUS, e o médico que trabalha ali é um verdadeiro bóia-fria.

Nós estamos criando um fórum comandado pelos deputados Jailson Lima, Antônio Aguiar e este deputado. E pedimos, sr. presidente, para que os líderes partidários indiquem os deputados que farão parte deste fórum para que, junto com representantes das entidades médicas, com representantes da sociedade e com representantes dos hospitais, possamos encontrar uma forma legal para distribuir e fornecer aos secretários municipais de Saúde e aos prefeitos municipais, uma forma legal para que os nossos médicos do interior, aqueles que não são funcionários do estado, mas prestam serviço médico nos hospitais, possam também ter ...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Onofre Santo Agostini, a quem concedemos a palavra por até 10 minutos.

Esta Presidência registra a presença nesta Casa dos alunos da 1ª e 8ª séries e, também, alunos do 2º grau, da Escola Estadual Básica São João Bosco, do município de Apiúna, tendo como responsável a professora Salete Peters. Bem-vindos a esta Casa.

Com a palavra, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. deputado Clésio Salvaro, que preside esta sessão, ilustres sras. deputadas, TVAL, Rádio Assembléia, prezados amigos e estudantes catarinenses, hoje, deputada Ada De Luca, temos dois assuntos para tratar, mas, graças a Deus vou falar de coisas boas. Nenhuma coisa ruim, deputada Odete de Jesus, são duas coisas boas.

(Passa a ler.)

"Grupo Italiano vai ampliar a unidade da Garuva.

Marcegaglia investe em fábrica

O grupo italiano Marcegaglia anuncia, amanhã, investimentos de 100 milhões de euros na ampliação da fábrica de tubos de aço, em Garuva, no norte de Santa Catarina. O objetivo é dobrar a capacidade de produção.

Em 2007, vai entregar em produtos às indústrias clientes o impressionante volume de 100 mil toneladas de aço, revela o diretor administrativo-Comercial Antônio Carlos Dias de Oliveira."

Essa indústria, que é a maior em aço inoxidável do mundo, está no Brasil, mais especificamente em Santa Catarina, graças à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. E graças também a este Poder que em junho de 1999, quando o então presidente desta Casa era o ilustre deputado Gilmar Knaesel, numa comitiva por ele presidida, estivemos na Itália, na província de Mantova, para fazer o primeiro contato com o proprietário dessa indústria. Fizeram parte da delegação catarinense - eu tenho a fotografia desse ato, deputado Rogério Mendonça, que eu acho que v.exa. lembra muito bem - os deputados Romildo Titon, Onofre Santo Agostini, Rogério Mendonça, Gilmar Knaesel, Reno Caramori, Volnei Morastoni, Ronaldo Benedet, Lício Silveira e mais dois deputados.

Mas nessa visita que nós fizemos à Itália, srs. deputados, convencemos o presidente do grupo, sr. Steno Marcegaglia, que administra essa indústria juntamente com a sua esposa e seus dois filhos, a nos levar a conhecer toda a indústria que compra todos os materiais reciclados do mundo inteiro e os reproduz através de aço inoxidável, o que nos ocupou quase o dia inteiro.

Mas, deputado Rogério Mendonça, um mestre falou sobre certo pedreiro que estava há muito tempo tentando lascar uma pedra e que só conseguiu rachá-la na milésima marretada. Ai uma criança foi até esse homem e disse: bendita seja essa milésima marretada que lascou a pedra. O mestre, então, perguntou: qual das marretadas foi a mais importante de todas? Todos responderam, por unanimidade, que foi a milésima marretada, pois foi a que rachou a pedra. Ele disse: não, foi a primeira, porque se não fosse a primeira, não haveria as outras.

Eu sei, deputado Rogério Mendonça, que muitos hoje, inclusive governadores, dizem em alto e bom tom, para que toda a sociedade saiba, que foram eles que trouxeram essa indústria para cá, quando, na realidade - e v.exa. fazia parte da delegação catarinense presidida inicialmente pelo então presidente desta Casa, deputado Pedro Bittencourt Neto, e, posteriormente, pelo ilustre deputado Gilmar Knaesel - tivemos aqui a comprovação disso através da vinda dessa indústria.

Como dizem alguns, o que a mão direita faz a esquerda não precisa saber. É claro que o importante é que essa indústria veio para cá e com ela trouxe muitas pessoas para o Brasil que vão tirar proveito dessa indústria, e esta Casa teve uma participação muito grande, e não foi somente nessa ocasião, mas também em outras.

V.Exa. sabe dos intercâmbios culturais que nós conseguimos nas províncias de Trento e de Veneza, onde muitos estudantes brasileiros e catarinenses estão se especializando, graças ao intercâmbio desta Casa Legislativa que foi até lá, sob o comando dos deputados Pedro Bittencourt, Gilmar Knaesel e Ivan Ranzolin, para conseguir esses benefícios para Santa Catarina.

Vou dar a seguinte notícia, deputado Rogério Mendonça: parece que o Brasil - os deputados do PT não estão aí, apenas o deputado Jailson Lima - vai começar a entrar nos eixos, principalmente a classe política! Daqui para frente, se Deus quiser, realmente os trilhos vão entrar nos eixos.

Mandatos pertencem aos partidos e não à figura. A fidelidade partidária vai voltar e vamos acabar com essa história de deputado se eleger aqui e ali. Temos casos no Brasil, deputado Antônio Aguiar - não é o caso de v.exa., que era do meu partido e foi para outro, mas antes de ser candidato -, que um deputado mudou três vezes no mesmo dia de partido! No caso de v.exa. é diferente, porque o seu partido foi extinto, fundiu. O meu partido também, hoje, será extinto, aquele partido original vai mudar de nome. Foi o caso de v.exa.

Mas no Brasil houve um caso em que um deputado federal mudou num dia somente três vezes de partido. Quatro por cento dos deputados federais já mudaram quatro vezes de partido. Estou falando de deputado federal, não estou falando de deputado estadual. E a deputada Odete de Jesus é diferente, porque o partido ao qual ela pertencia foi incorporado a outro partido, como o meu também, pois ele está mudando de nome. Quando eu fui para o PFL, eu pertencia ao PP - Partido Popular, que foi incorporado ao PMDB, sendo fundado, então, outro partido, o Partido da Frente Liberal. Essa é a história!

O mandato pertence ao partido político. A democracia vai voltar a ter força neste país, porque vamos ter partidos fortes neste país! Não vamos trocar de partido como está acontecendo lá em Brasília. Não estou falando daqui. Quando se troca de partido por ideologia partidária, por conflito ideológico ou até por conflito de liderança, é outra história. É outra história quando se troca de partido por conflitos ideológicos ou por conflitos de liderança. Agora, trocar de partido como se está trocando ultimamente neste país, é um absurdo, porque não se justifica 174 deputados mudarem de partido, de 2002 a 2006, para um lado só. Não é possível que 174 deputados tenham esse conflito ideológico de uma hora para outra e mudem somente para um lado. Desculpem-me, mas não é conflito de liderança nem conflito ideológico, é conflito de interesse pessoal.

E ontem o Superior Tribunal Eleitoral deu um basta a isso tudo. Claro que ele ainda tem de entrar com recurso, mas foi dado início à moralização política neste país com essa atitude corajosa do Superior Tribunal Eleitoral, que ontem começou a colocar os partidos políticos nos seus trilhos legais.

Por isso a nossa alegria, por isso a nossa satisfação. O meu antigo partido não vai existir mais, ele apenas trocou de nome; ele não trocou de liderança nem de princípios, apenas trocou de nome.

Então, nós estamos dizendo isso porque estamos começando a...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, registramos a presença, nesta Casa, da Associação dos Servidores Públicos Aposentados do município de Itajaí, tendo como responsável a sra. Elisabete Baldo.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

O Sr. Deputado Jandir Bellini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jandir Bellini.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Era justamente este registro que eu gostaria de fazer, até porque são 45 associados da Aspami - Associação dos Servidores Públicos Aposentados do Município de Itajaí - que muito contribuíram para a construção não só da nossa querida cidade de Itajaí, como também de Santa Catarina, pois a grande maioria é de educadores que fizeram com que esse município fosse destaque, inclusive, em nível nacional, na área da educação.

Então, sejam todos bem-vindos e se sintam à vontade nesta Casa.

Eu até gostaria de repetir aqui o que disse a presidente, sra. Elisabete Baldo. Ela disse que a associação que comanda cobra R\$ 2,00 por mês de cada associado não para construir sede e sim para passearem. E eu disse a ela que eles já construíram muito e que agora têm todo o direito de aproveitar a vida e a associação está proporcionando isso a cada um deles.

Era este o registro que eu queria fazer, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Feito, então, o registro pelo deputado Jandir Bellini, deputado este que já foi prefeito durante vários anos da cidade de Itajaí.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, quero cumprimentar o deputado Clésio Salvaro, que está presidindo, neste momento, a sessão, os deputados presentes, os telespectadores da TVAL e as pessoas que estão ouvindo pela Rádio Digital.

Gostaria, também, de parabenizar publicamente, desta tribuna, o empresário Luiz Laurindo, de Imbuia, deputado Rogério Mendonça, pelo seu gesto. Ele, num ato de solidariedade, fez uma doação de uma ambulância para o município. Essas ações de solidariedade podem amenizar o sofrimento e salvar muitas vidas, inclusive de familiares de quem fez a doação, porque nunca sabemos qual será o nosso destino.

O que me traz também, hoje, a esta tribuna diz respeito a um dos projetos de lei que virá a plenário hoje, deputado Antônio Aguiar, v.exa. que é médico como eu, assim como o companheiro Serafim Venzon, tem interesse nisso, referente a um grande acordo coletivo de trabalho realizado entre os profissionais da área médica e o governo do estado. Este projeto tramitou em todas as comissões e na terça-feira passou pela comissão de Saúde, com a relatoria do deputado Serafim Venzon.

Nós sabemos que isso representa a qualificação do trabalho dos profissionais médicos e o nível de remuneração mais adequado pela responsabilidade do trabalho que exercem. Mas a nossa atuação precipua em defesa desse projeto não está relacionada, em momento algum, a uma visão corporativa de categoria. Sabemos e entendemos que as demais categorias de profissionais também devem evoluir nas suas conquistas, a exemplo dos fisioterapeutas, que pediram para serem incluídos também nesse projeto os 32 profissionais.

Queremos defender, nesta Casa, os fisioterapeutas, os assistentes sociais, os bioquímicos, os enfermeiros, porque também são pilares das estruturas de saúde de um estado e de um serviço público. Mas entendemos que este projeto deva ser aprovado sem emendas, tendo em vista o encaminhamento e as lutas todas que já ocorreram, até mesmo porque tivemos contato com o secretário da Saúde Dado Cherem, um deputado desta Casa, que nos respondeu que no momento não há como contemplar outras categorias.

Além disso, estivemos, no sábado, na cidade de Lages, participando do primeiro fórum catarinense dos presidentes das regionais médicas e de vice-presidente distritais. Lá, eles discutiram, com mais de 40 profissionais da área médica, não especificamente a questão da remuneração individual, mas o contexto da saúde, da condição de trabalho no estado catarinense.

Deputados Antônio Aguiar e Serafim Venzon, quando nós propusemos, nesta Casa, a criação de um fórum parlamentar permanente de acompanhamento das questões do SUS, dos trabalhos dos serviços públicos, em que o deputado Serafim Venzon, que nos antecedeu, pediu aos partidos para que indicassem os representantes, foi exatamente com o intuito principal de começarmos a qualificar os serviços de saúde no estado catarinense e ajudar o governo no debate, na defesa e nas discussões também das questões críticas que temos que recuperar.

A categoria médica e os profissionais no primeiro fórum catarinense dos presidentes das associações regionais médicas e vice-presidentes tiraram a carta de Lages. Na carta de Lages, defende-se a questão da classificação brasileira hierarquizada de procedimentos médicos.

Não é apenas no âmbito do SUS ou no âmbito do serviço prestado na secretaria da Saúde. Defende-se uma tabela mínima de pagamento através de convênios, principalmente das empresas de grupo, que é a chamada tabela da Associação Médica Brasileira, no custo de R\$ 42,00, porque no estado catarinense há inúmeros convênios, inúmeras empresas de grupo que sequer pagam R\$ 42,00 por procedimento médico da tabela da associação médica.

Esta também é uma das reivindicações, deputado Antônio Aguiar, que está sendo feita pela nossa categoria, do ponto de vista do âmbito do reconhecimento desse profissional no seu dia-a-dia, que com o passar do tempo foi se proletarizando por um mercado de trabalho e por uma inundação de faculdades neste país, muitas vezes sem ter qualificação adequada para a formação, colocando profissionais sem a devida capacitação para o atendimento da população que necessita.

Nesta carta ressalta-se, também, o termo de ajuste de conduta, onde se defende que os municípios catarinenses que já assinaram os termos de conduta deverão negociar junto com gestores e o Ministério Público, reconhecendo a peculiaridade da atividade médica, estabelecendo na forma da lei municipal, tendo como balizador contratual a produtividade, quantidade de consultas e procedimento e não carga horária, especificamente, mais ou menos dentro do que está sendo apregoado e definido no acordo apresentado no projeto que hoje irá para votação nesta Casa.

Outro item específico desta carta de Lages é o plano de carreira de investimento, em que os profissionais médicos reconhecem os avanços que tiveram na negociação neste governo e falam, principalmente, dos avanços que ainda deveremos ter.

Nós temos que ter claro - a sociedade catarinense talvez não saiba - que os profissionais médicos, dentre os profissionais liberais, são os que apresentam maior índice de suicídio no Brasil. São também os que apresentam maior índice de doenças cardiovasculares, a maioria em decorrência das cargas extensivas de trabalho e o nível de estresse a que se submetem, principalmente diante de procedimentos cirúrgicos, de pronto-socorros, atividades emergenciais. Os anestesiologistas, por exemplo, diante do estresse de uma cirurgia de risco.

Então, a categoria médica reivindica o reconhecimento do governo do estado deste projeto de lei relativo à questão do atendimento pelo SUS.

Em suma, estamos aqui defendendo a qualificação do serviço público de saúde e sabemos que parte disso depende da contemplação do projeto de lei que hoje está vindo para cá, no qual pedimos a compreensão dos colegas parlamentares, para que não protelemos mais o que já era para ter sido votado no ano passado.

Gostaria, também, de registrar a presença do prefeito Paulinho, da cidade de Ponte Alta, que hoje se faz presente nesta Casa.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, gostaria de fazer o registro da presença, nesta Casa, do nosso ex-prefeito e hoje vereador da cidade de São João de Itaperiú, José Acácio Delmonego; do vereador José Ivan Shissel, de Bela Vista do Toldo; do vereador mais votado em Jaraguá do Sul e que foi candidato a deputado, Dieter Janssen, que vem acompanhado do suplente a vereador de Jaraguá do Sul, Sérgio Luiz Pacheco, do PMDB.

Sejam bem-vindos a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Primeiro quero congratular-me com o deputado Onofre Santo Agostini, quando aqui lembrou da missão desta Casa, que visitou a empresa italiana Marcegaglia, e através desta e de outras ações da Assembléia Legislativa, esta empresa instalou-se em Santa Catarina, mais precisamente, deputados Jandir Bellini e Kennedy Nunes, no município de Garuva.

Elogiável e muito bem lembrado pelo deputado Onofre Santo Agostini, mas por uma questão de justiça, não podemos esquecer que além da ação da Assembléia, deputado Antônio Aguiar, o então governador Esperidião Amin teve uma participação decisiva para atrair essa empresa para o estado de Santa Catarina, assim como também a Cebrace em Barra Velha, a Amabel em Araquari e a Wegu do Sul em São Francisco do Sul. São empreendimentos que além de atrair riquezas geram inúmeros empregos diretos e indiretos para nós catarinenses. Não poderia deixar de registrar essa recordação do deputado Onofre Santo Agostini, mas, por uma questão de justiça, extensiva aos governos que trabalharam nessa missão e aos seus colaboradores.

Por outro lado, sr. presidente e srs. deputados, ontem me pronunciei a respeito do nosso encontro em Mafra e entre pleitos, reivindicações e a preocupação das nossas entidades empresariais do norte catarinense, alguns aspectos, após a reunião, chamaram minha atenção, até porque alguns eu conhecia e outros não.

Há uma situação que acredito que nós, deputados desta Casa, governo do estado e algumas entidades, devemos, além de nos preocupar, tomar alguma iniciativa para colaborar com os municípios. Por exemplo: No município de Porto União, deputado Antônio Aguiar, está havendo uma migração de empresas, de empreendimentos, para o município de União da Vitória, no Paraná.

Na verdade, o que faz a confrontação, ou seja, a divisa em muitos locais do município é a própria via férrea. E por que está acontecendo isso? O ICMS que é cobrado pela Copel é de 12%, e a Celesc evidentemente tem o seu ICMS, que é de 17%. Para as residências a energia é fornecida pela Celesc e para o setor da indústria, do comércio, da prestação de serviço, é fornecida pela Copel. Não estou aqui fazendo nenhuma acusação, estou fazendo a constatação de um fato, que é no mínimo preocupante. Se não tomarmos nenhuma iniciativa juntamente com a Copel, com a Celesc, com o governo do estado de Santa Catarina, com o governo do Paraná e com a Aneel, certamente o município catarinense estará tendo um prejuízo enorme, tanto no seu desenvolvimento de geração de emprego quanto de geração de riqueza.

Então a minha fala, neste momento, vem aliada a outras ações, deputado Antônio Aguiar, a quem peço a colaboração, para que nós, juntamente com a comunidade de Porto União e União da Vitória, tomemos uma iniciativa e possamos dar a nossa contribuição, no que for possível, para amenizar esse problema, que no meu entendimento tem sido prejudicial à Santa Catarina e à comunidade de Porto União.

Não muito diferente, o município de Rio Negrinho, naquela pauta de reivindicações colocou, e me chamou muita atenção, uma situação também a respeito de ICMS para lojas que vendem móveis. Rio Negrinho já foi um município que teve uma grande rede de lojas, ou várias lojas de vários proprietários, e era um município que além de ser visitado para compra, chamava a atenção, porque além de vender móveis, outros empreendimentos eram ganhadores de visitantes de outros estados, de outros municípios de Santa Catarina, Paraná, São Paulo que lá iam comprar.

O que está acontecendo?

Curitiba, Paraná tem um ICMS de 12%, Santa Catarina 17%. O que aconteceu? Houve uma migração de empreendedores de Santa Catarina, mais precisamente de Rio Negrinho, que foram para Curitiba, porque a competição, a competitividade hoje é muito acirrada e evidentemente que quem tem um pouco menos de impostos, acaba indo para outro lugar para ser beneficiado com uma vantagem melhor e também poder ser competitivo. Então, este é um assunto que vamos colocar em nossa pauta para colaborar com o nosso empresariado e mais precisamente com as nossas comunidades.

Também não poderia deixar de registrar nesta oportunidade, e v.exa. deputado Antônio Aguiar, acompanhou -, a solicitação feita com relação à alternativa energética para o norte catarinense, mais precisamente para os municípios de Mafra, Canoinhas e Porto União, que é a reivindicação do gás natural. Nós sabemos que existem problemas de viabilidade econômica, mas, por outro lado, sabemos que é muito importante para o desenvolvimento daquela região conquistar essa alternativa energética que é o gás.

Aqui quero manifestar-me com certa tristeza, porque tínhamos, na região norte, junto à empresa SCGás um grande empreendedor, um empresário com uma vasta experiência no setor privado e com amplo conhecimento no setor público. Foi proprietário da empresa Oxford, prefeito, deputado, senador e dirigia os destinos da SCGás, onde fez um bellissimo trabalho, um trabalho sério, honesto e que deu resultado. A nossa região, a região norte catarinense e Santa Catarina perderam este grande empresário e administrador, Otair Becker na SCGás. Infelizmente ficamos sem essa pessoa junto ao governo do estado, e o que é lamentável, parece-me que foi de uma forma até um tanto distante o seu desligamento da empresa. Por isso quero conchamar o atual presidente, ex-deputado Ivan Ranzolin, que conhece a nossa região, para que dê seqüência a essa ferramenta, a essa alternativa energética, para que a nossa indústria, o empreendedor catarinense possa desenvolver, gerando riqueza e emprego para o bem de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham aqui ou através da TVAL e da Rádio Digital.

Saudamos, mais uma vez, o nosso companheiro vereador destaque em Jaraguá do Sul e suplente de deputado, Dieter Janssen, que haverá de estar conosco, brevemente, nesta Casa, num projeto de rodízio, meu líder Kennedy Nunes, que a nossa bancada vai implantar, para prestigiar os nossos companheiros suplentes.

Mas quero - deputados Silvio Dreveck e Jandir Bellini, v.exas. que juntamente com o deputado Kennedy Nunes e a deputada Odete de Jesus e tantos outros srs. deputados participaram da oitiva da sessão que permitiu a manifestação do secretário da Fazenda Sérgio Alves -, dizer, deputado Pedro Baldissera, da nossa frustração com o resultado daquela região. Eu esperava ouvir, no mínimo, informações que pudessem subsidiar os parlamentares acerca da verdadeira situação financeira do estado e das dúvidas que temos sobre o projeto da Reforma Administrativa.

Na primeira discussão dessa matéria, nós encaminhamos um requerimento, que foi aprovado pela comissão, solicitando o impacto financeiro da nova estrutura administrativa que o governo pretende implementar. E não fizemos isso por implicância, não, deputados Jandir Bellini e Silvio Dreveck, fizemos em cumprimento ao que está disposto no art. 16, deputado Sargento Amauri Soares, da Lei de Responsabilidade Fiscal. É a Lei de Responsabilidade fiscal que exige que ao encaminhar um projeto para esta Casa o governo precisa informar o impacto financeiro daquela matéria.

E eu fiquei perplexo, deputada Ana Paula Lima, quando o secretário da Fazenda, textualmente - a TVAL tem essa manifestação gravada -, afirmou que a secretaria da Fazenda desconhece o impacto financeiro. Não sabe quanto vai custar a reforma administrativa. Um grupo gestor não teria conversado então, com a secretaria da Fazenda? Por isso é que eles não responderam, deputado Pedro Uczai. Por isso é que não informaram quanto vai custar, porque eles não sabem. Isso comprova e confirma que os números que eles anunciam, e por isso são tão contraditórios, da tal economia, são os mais variados. Existem números para todos os gostos.

Já falaram em economia R\$ 150, de R\$ 70, de R\$ 15 milhões, e ninguém sabe quanto vai ser, ninguém sabe quanto vai custar! E mais grave que isso, o secretário disse, respondendo a uma indagação do deputado Pedro Uczai, que criar mais seis secretarias não fará diferença, porque o custo delas é insignificante. Portanto, elas são desnecessárias se são insignificantes, não representam nada no custo. Então, só irão criá-las para dar cargo para mais um cabo eleitoral. É só esse o objetivo? Só, esse, é o objetivo? O secretário dizer que não sabe quanto vai custar essa reforma? Não é uma discussão séria que estamos fazendo aqui. Não é séria essa discussão! E o secretário também contrariou aquilo que o seu chefe, o governador, tem dito: que o momento é de economia, que algumas obras tiveram o seu ritmo desacelerado porque o estado vive uma situação financeira delicada.

O secretário diz que não, que está tudo bem, que o problema é só orçamentário, que tem muito dinheiro, que o estado está com o problema da caixa resolvido. Mas aonde é que está esse dinheiro? Está embaixo do colchão, deputado Jandir Bellini?

Eu não sei que vocação é essa, deputado Jailson Lima, de o estado ter tanto dinheiro em caixa, como o secretário disse, e não pagar as contas. Será que o estado gosta de ser chamado de velhaco? Os credores estão nas portas. Tenho aqui a carta da OAB, subscrita pelos presidentes das seccionais da OAB, pedindo para o estado pagar os R\$ 50 milhões que deve da Defensoria Dativa, pedindo para o estado pagar os R\$ 200 milhões que deve, de precatórios, e o estado não paga! Que vocação é essa, que desejo é esse de ser chamado de velhaco com dinheiro embaixo do colchão?

O Sr. Deputado Renato Hinnig - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Deputado Joares Ponticelli, talvez a exposição clara do secretário da Fazenda, tenha frustrado as expectativas da Oposição, que esperava que o secretário Sérgio Alves dissesse que o governo do estado não teria dinheiro para pagar a folha de pagamento. Mas, ao contrário, o que se viu é que o estado está sendo diligente com os gastos, que estão garantidos os recursos para a folha de pagamento, e que muito pouco recurso sobra para o governo do estado arcar com o seu custeio e para investimentos.

Essa não é uma questão que diz respeito ao secretário da Fazenda e ao governo do estado, é uma questão criada pela legislação que existe, que vincula as receitas e não tem solução via incremento de arrecadação, porque para todo incremento de arrecadação também vai haver a repartição de receitas de acordo com o que a legislação estabelece. E para resolvermos isso só um pacto federativo ou com redução de custos. Foi isso o que o secretário veio nos trazer aqui na manhã de hoje.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Joares Ponticelli, v.exa. traz a questão central da audiência do secretário da Fazenda, hoje pela manhã. Acho que o secretário foi brilhante no que disse, no que expôs. Nisso estamos de acordo. O problema é que o secretário deixou de dizer coisas importantes. O fundamental é o que ele não disse, que é a relação entre a secretaria da Fazenda e o impacto que vai se produzir com a reforma administrativa. Quando indaguei a ele que de R\$ 144 milhões... E não fiz a conta na hora, agora já dá para fazer o cálculo do impacto entre uma relação e outra - se as 36 secretarias vão custar 144 milhões, este ano o investimento é de R\$ 600 milhões. Só para se ter uma idéia do que a estrutura meio vai consumir de dinheiro no comparativo com o investimento.

Se quase chega a custar R\$ 580 milhões, em quatro anos as 36 secretarias regionais, isso para a área meio, não para a saúde; não para a educação; não para a segurança; não para o apoio à pequena e a microempresa no estado, mas para a estrutura física, financeira.

Por isso a preocupação quando se coloca aqui a reforma administrativa, e o secretário tem dificuldades em compreender que essa gestão pública, essa forma de reforma política e administrativa vai trazer custo; mais custo; mais custo para o povo de Santa Catarina. Por isso, R\$ 600 milhões de investimentos de um lado e R\$ 144 milhões numa estrutura é quase 1/3 colocado na estrutura com relação ao investimento. Pouco investimento e muita estrutura, muito cargo político, como o próprio deputado Manoel Mota confessou quando disse: "Fazer estrutura para ganhar a eleição; fazer estrutura para ganhar voto". Dá voto, sim, mas não dá futuro.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Agradeço, deputado Pedro Uczai! Tinha razão o senador Raimundo Colombo, é um grande cabide de empregos que agora vai ser ampliado para 36. Tanto disse o senador Raimundo Colombo que eram 30 cabides de emprego e agora vamos passá-los para 36. Talvez para dividir um pouco dos cabides.

E enquanto isso, deputado Clésio Salvaro, na coluna do jornalista Prisco Paraíso no dia de hoje:

(Passa a ler.)

"Desembarque

Com um passivo de praticamente R\$ 40 milhões, a Fapesc vive uma dura realidade. Convidado para suceder Vlademir Piacentini, o professor Diomário Queiroz está prestes a declinar da oferta. O ex-secretário da Educação não vê condições para implantar uma efetiva política científica e tecnológica no Estado." [sic]

É a falência múltipla, como disse ontem, deputado Jandir Bellini. OAB, precatórios, Fapesc, R\$ 40 milhões de dívida, escolas parando em todo o estado, obras paralisadas, e o governo diz que está com muito dinheiro embaixo do colchão. Eu, efetivamente, não sei mais que política é essa que o governo da descentralização está implantando em Santa Catarina. Temo muito pela quebraadeira geral do estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de saudar o prefeito de Bela Vista do Toldo, Adelmo Alberti, do PSDB, que se encontra aqui presente juntamente com os vereadores Antônio de Lima, Antônio Alberti e o Alfredo Cesar Dreher.

Sintam-se à vontade nesta Casa e tenham uma feliz estada na região!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o líder, deputado Kennedy Nunes, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, funcionários da Casa, colegas de imprensa, público que nos acompanha pela TVAL e ouvintes da Rádio Digital, uso o espaço do partido, hoje, para apresentar à sociedade catarinense uma ação que a nossa bancada, ontem, apresentou no Ministério Público estadual provocando-o a apurar as denúncias ditas na convenção do PMDB. Lá o ex-ministro, ex-presidente do partido e ex-deputado federal Dejandir Dalpasquale disse, deputado Joares Ponticelli - e é uma frase que deve ficar registrada na lista de vergonha da política catarinense -, que conhece alguns pobres, deputado Elizeu Mattos, que ficaram milionários no governo do PMDB!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Kennedy Nunes, o pior foi o que alguém do governo disse ontem - e inclusive alguns deputados aqui no plenário comentaram, fora da tribuna, evidentemente -, ou seja, que integrantes do governo estão levantando um dossiê contra Dejandir Dalpasquale. Para quê? É a guerra de bugio. V.Exa. deve saber quais são as armas que dois bugios guerreando utilizam. Isso está parecendo guerra de bugio!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Nós protocolamos a nossa ação, ontem, na procuradoria do Ministério Público, deputado Jandir Bellini, e as 28 ações, entre improbidade administrativa e outros desvios administrativos do governo atual, fecham, para nós, o mosaico que pode resultar na frase do ex-deputado, ex-ministro e ex-presidente do PMDB Dejandir Dalpasquale.

Deputado Sérgio Grando, também pedimos que o Ministério Público entre com uma ação de inconstitucionalidade do Decreto n. 76/2007, do governo estadual, que legaliza o jogo de caça-níqueis no estado, algo que está suspenso no Brasil inteiro! E aqui o governador Luiz Henrique passa por cima de tudo e de todos, da lei, na cópia do "chavismo", e por um canetaço manda abrir as máquinas de caça-níqueis aqui em Santa Catarina.

A nossa pergunta é a seguinte: será que esse decreto que foi publicado, que passou pela Codesc, não teria alguma ligação com a frase do ex-ministro Dejandir Dalpasquale de que existem alguns pobres que ficaram milionários no governo?

Nós, como sentinelas da sociedade catarinense, estamos só reafirmando aqui que fomos buscar no Ministério Público a ajuda que precisamos para colocar a limpo essas questões.

Gostaria, sr. presidente, que ficasse registrada nos anais desta Casa a coluna do jornalista Cesar Valente de hoje - e nós, deputados, temos que lê-la -, cujo título é "DPM? Que DPM?" Deputado Jailson Lima, a matéria fala das contas de publicidade e de empresas, que estão agora denunciando que só uma empresa pega os filmes para a produção do estado.

Peço, sr. presidente, que fique registrada nos anais da Casa a coluna na íntegra, que por si só, se tivéssemos condições de abrir uma CPI, já seria uma justificativa para investigar o envolvimento do governo do estado com a DPM. As informações do Tribunal de Contas que estão publicadas na coluna do Cesar Valente por si só já justificam a abertura de uma CPI. Mas como para abrir uma CPI precisamos de mais votos do que as 13 sentinelas que nós temos aqui, eu quero que fique registrado nesta Casa esse envolvimento da área de publicidade no governo do estado.

Coluna de Cesar Valente:

"DPM? QUE DPM?"

Uma das principais linhas de ação da oposição em Santa Catarina é a da fiscalização e da crítica à publicidade oficial. Dos valores envolvidos aos procedimentos, sempre que sobra um rabinho exposto o PP trata de dar uma beliscada.

Aqueles trechos de comentários de leitores que publiquei ontem falavam sobre essas questões. Provocados pela notícia, que está no site do Tribunal de Contas e que eu comentei aqui, sobre as dificuldades da Santur para explicar despesas com as Letras Brasileiras, foram levantadas outras questões na mesma linha.

O leitor que não for do meio publicitário ou da comunicação deve ter ficado boiando em algumas notas. Ali se falou, por exemplo, da DPM, a produtora preferida do governo. Que diabos vem a ser isso? E ninguém falou ainda, mas inevitavelmente acabará entrando na conversa, a agência do célebre Wilfredo, a One WG Multicomunicação - ou que nome tenha agora. Acho que o meu amigo e a minha amiga, que lê o DIARINHÔ e dá uma paradinha aqui na página três, merece que eu explique estes rolos um pouco mais.

PUBLICIDADE OFICIAL

Todo governo, ao iniciar, escolhe, numa licitação, as agências de publicidade com que vai trabalhar. Coincidentemente (e isto não é invenção do período LHS, é bom que se diga), ganha a agência queridinha do governador. Geralmente a que atuou durante a campanha eleitoral.

Aqui, no início do primeiro mandato, a licitação escolheu oito agências, todas amigas entre si, com fatias de tamanhos diferentes. O filé ficou adivinha com quem? Até aí nenhuma novidade. Foi assim nos governos anteriores. É assim nos outros estados.

E com essa licitação para escolha da agência, acaba-se a história de licitações. Os demais fornecedores dessa cadeia de produção não são escolhidos por licitação. É óbvio, portanto, que as agências que vão trabalhar com o governo, usem a produtora de vídeo, por exemplo, de sua confiança. Confiança do governo, também. Confiança que vem de serviços prestados durante a campanha e até antes dela.

A produtora queridinha do governo é a DPM. As agências que ganharam a licitação do governo amam de paixão a DPM. Confiariam suas próprias mães à guarda da DPM, se a produtora tivesse uma casa de repouso ou um SPA. É assim em outros estados, foi assim em outros governos.

Só que o PP (que é oposição), não se conforma com isso. E viu ilegalidades na contratação da DPM. Tanto que, no meio do ano passado, protocolou no Tribunal de Contas do Estado e no Ministério Público estadual, uma denúncia (leia alguns trechos abaixo) de 'irregularidade e ilegalidade', que esmiúça a campanha 'Santa Catarina em Ação' e levanta uma série de suspeitas, que estão sendo examinadas pelos dois órgãos, que até o momento não decidiram se acatam a denúncia e tomam alguma providência ou se engavetam o pedido do PP.

Claro que as agências e produtoras que ficaram de fora, ficam jogando gasolina na fogueira.

O DIA EM QUE O PP PEGOU NO PÉ DA DPM

O que está em letrinhas miudinhas a seguir são trechos da denúncia protocolada pelo PP contra o governador LHS e seu secretário de Comunicação. Onde tem [...] é porque retirei pedaços, pra não ficar muito extenso. Mas como o documento é público, qualquer interessado poderá ter acesso à sua íntegra. O texto restante é *ipsis litteris*, tal e qual o original.

[...] O PARTIDO PROGRESSISTA - PP, por seu Presidente do Diretório Estadual, JOARES CARLOS PONTICELLI, vem a presença de Vossa Excelência, oferecer denúncia de irregularidade e ilegalidade perante Essa Procuradoria, em desfavor do ex-governador do Estado LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA e DERLY MASSAUD DE ANUNCIAÇÃO, Secretário de Estado da Comunicação, pelos fatos e fundamentos que pede vênias para expor.

1. A partir do início do ano de 2005, o Governo do Estado de Santa Catarina, então comandado pelo primeiro denunciado, inundou os órgãos de comunicação (rádio, TV e jornais) de nosso Estado, com uma campanha publicitária denominada SANTA CATARINA EM AÇÃO.  
[...]

6. Assim, de acordo com o § 4º, da Cláusula VI - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS - dos contratos decorrentes da Concorrência Pública nº 001/2003/SEI, que prescreve:

'Parágrafo 4º - A contratação de fornecedores ou prestadores de serviços necessários a execução do objeto deste Contrato, por parte da contratada, deverá estar respaldada na juntada de, no mínimo, três orçamentos obtidos de empresas ou profissionais do ramo, de idêntica qualificação técnica, ressalvada a hipótese de comprovada inexistência de mais de um fornecedor ou prestador de serviços.'

O que se constatou, foi o total descumprimento do citado dispositivo legal, conforme se demonstra no relatório e documentos de AUTORIZAÇÃO DE PRODUÇÃO, ESTIMATIVAS DE CUSTOS e ORÇAMENTOS DE PRODUTORAS, fotocopiados da Pasta nº 02, das informações prestadas a Unidade da Fazenda Pública da Capital anexada à presente.

Assim, constata-se o seguinte:

1. somente a produtora DPM Cine Vídeo venceu todas as 65 (sessenta e cinco) 'licitações';

2. a produtora PróTV, posteriormente substituída pela GET Soluções, sempre apresentou o segundo orçamento.

Há que se observar que a empresa GET Soluções não atende o requisito do § 4º, da cláusula 6ª já citado, pois não apresenta 'idêntica qualificação técnica' como o exigido, pois se trata tão somente de um BANCO DE IMAGENS, não dispondo de pessoal nem de equipamentos necessários para a produção de Vts. Conforme roteiros especificados pelas agências de propaganda;

3. coincidentemente a Produtora CRISTAL sempre apresentou o terceiro orçamento, invariavelmente mais caro;

4. estranhamente a Agência Pólo, Equipe Borghorf, somente em um (01) pré-orçamento (estimativa) dos nove (09) que apresentou colocou data;

5. observando-se a planilha em anexo (doc. 03), as datas assinaladas em vermelho demonstram que a autorização para produção que deveria ser o último ato da cadeia processual, estranhamente era o primeiro, quando por vezes os orçamentos das agências e das produtoras nem data tinham;

6. em diversas ocasiões as datas de estimativa de custo das agências, dos orçamentos das três (03) produtoras e das Autorizações da Secretaria de Comunicação 'milagrosamente' são as mesmas, embora uma produtora (Pró TV) esteja sediada em Joinville;

7. Todos os roteiros de produção dos cento e dois (102) Vts. São idênticos das cinco (05) agências prestadoras de serviços, modificando apenas os objetos a serem filmados.

8. Do conjunto de informações levantadas, restou configurado que os orçamentos apresentados pelas produtoras foram feitos posteriormente, somente para dar 'cobertura legal' à Produtora DPM, coincidentemente sediada a Rua Pastor Fritz Buhler, 87, centro - Joinville - SC.

Acrescente-se a isso que a outra produtora Pró TV, também é sediada em Joinville a rua Coronel Santiago, 186.

9. Quanto ao custo de produção de Vts, com a mesma duração e o mesmo roteiro, encontram-se preços praticados em:

09/12/2004 por R\$ 27.556,00;

17/03/2005 por R\$ 31.331,88;

28/04/2005 por R\$ 49.600,00.

Note-se que a variação de preços do primeiro Vt para o terceiro é de 79,99%, num período de pouco mais de quatro meses, sem qualquer justificativa legal.

10. Some-se ao estarrecedor rol de ilegalidades e irregularidades, a cobrança ilegal, por parte da Agência One WG Multicomunicação, por realização de SERVIÇOS INTERNOS DE CRIAÇÃO DE ROTEIROS que na realidade não existiram, pois os roteiros para os cento e dois (102) Vts são os mesmos, o que se confirma nos orçamentos das demais 5 agências, que não cobraram referidos custos.

12. Não satisfeita com a cobrança de serviços não executados, a Agência One WG Multicomunicação superfaturou os valores tendo em vista que a TABELA REFERENCIAL DE PREÇOS Nº 31 DE SERVIÇOS INTERNOS, do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Santa Catarina (doc. 04), prevê o custo máximo de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para ROTEIROS DE PEÇAS ELETRÔNICAS (letra h, da referida tabela), sendo a mesma cobrada pela referida Agência pelo valor de R\$ 7.140,00 (sete mil e cento e quarenta reais).

13. A PLANILHA DE PROPOSTAS DE PRODUÇÃO, (...) demonstra com clareza a simulação na apresentação de orçamentos, a posteriori, para dar ares de legalidade na contratação da Produtora DPM de Joinville, por coincidência, cidade do Governador, que resultou no expressivo faturamento de R\$ 4.012.134,77 (quatro milhões, doze mil cento e trinta e quatro reais e setenta e sete centavos), somente em produção para a campanha 'SANTA CATARINA EM AÇÃO'.

[...] Florianópolis, 05 de julho de 2006.

Joares Carlos Ponticelli

Presidente AS LICITAÇÕES

O secretário de Comunicação, Derly Massaud de Anúnciação está, naturalmente, acompanhando as investidas da oposição sobre (e sob) a sua área. Ele diz que os procedimentos seguidos pelo governo não são diferentes do que acontecia em outros governos nem do que acontece em outros estados.

Mas acredita que existam situações que precisam ser melhor definidas pela legislação. 'A Lei das Licitações, que foi criada principalmente para regulamentar a contratação de obras e compra de produtos, não pode tratar da mesma forma os serviços como os da publicidade', diz o secretário.

Há, segundo ele, particularidades na definição de preços desses serviços que precisam de um processo específico. Mas não vê, é claro, as irregularidades que o PP vê. 'Nós temos um cuidado extremo com o dinheiro, que não é nosso, e estamos sempre buscando dar a maior transparência aos atos da Secretaria e também aperfeiçoando e corrigindo as falhas que eventualmente existam', afirma.

'FOI SÓ BRINCADEIRA'

O Secretário Derly me disse ontem que não pretende nem nunca pretendeu candidatar-se a deputado ou qualquer outro cargo eletivo. Comentei aqui essa possibilidade, a partir da informação publicada pela colega Adriana Baldissareli, que estava acompanhando a viagem da turma. O Secretário diz que a história apareceu num momento de descontração e que não era para ser levada a sério."[sic]

Por outro lado, quero aproveitar o tempo que me resta, para deixar aqui registrado, deputado Manoel Mota, o grande trabalho que a Igreja Adventista do Sétimo Dia vem fazendo, através do Projeto Vida por Vidas. A Igreja Adventista do Sétimo Dia estará realizando, no dia 31 deste mês, em Florianópolis, Criciúma, Lages, Joaçaba e Chapecó, um dia inteiro de doação de sangue.

O Projeto Vida por Vidas está sendo feito pelos adventistas em toda a América do Sul, através da Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais - ADRA. Quero aqui deixar registrado isto.

Para encerrar, quero deixar também registrada a programação que o nosso prefeito, Valdir Corrêa, e o vice-prefeito, Rovani Delmonego, vão estar realizando no 15º aniversário do município de São João do Itaperiú, no próximo dia 29, e que é extensa: passeio ciclístico, missa, sessão solene, apresentação de poesias, entrega de um caminhão zero quilômetro, inauguração de posto de Saúde, *show* com Junio e Julio, e exposição do projeto desenvolvido pela Escola de Educação Básica Professora Elvira Farias Passos, com relação ao tema "Minha história, meu município, meu mundo".

Quero aqui deixar registrada, com muito prazer, a festividade, deputado Edson Piriquito, do município de São João do Itaperiú.

Era isto o que eu tinha a dizer, sr. presidente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sr. presidente, com o mesmo intuito do nobre deputado Kennedy Nunes, gostaria que constasse nos Anais desta Casa a coluna do Cesar Valente na íntegra, principalmente quando fala da publicidade oficial. Diz um trecho da matéria:

(Passa a ler.)

[...]

"PUBLICIDADE OFICIAL

Todo governo, ao iniciar, escolhe, numa licitação, as agências de publicidade com que vai trabalhar. Coincidentemente (e isto não é invenção do período LHS, é bom que se diga), ganha a agência queridinha do governador. Geralmente a que atuou durante a campanha eleitoral.

Aqui, no início do primeiro mandato, a licitação escolheu oito agências, todas amigas entre si, com fatias de tamanhos diferentes. O filé ficou adivinha com quem? Até aí nenhuma novidade. Foi assim nos governos anteriores. É assim nos outros estados."[...] [sic]

Então, ser pedra é uma coisa! Agora, tem que saber que também tem telhado de vidro!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - A Presidência solicita que v.exa. encaminhe a matéria ao setor competente desta Casa para que seja publicada na íntegra.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, quero anunciar a presença na Casa de Luiz Paulo Farias, o Paulinho, prefeito de Ponte Alta, que está acompanhando do secretário da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Boa-tarde, sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, servidores deste Poder Legislativo, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital, demais pessoas que nos acompanham aqui hoje, primeiro, quero me reportar a uma moção que aprovamos, na tarde de ontem, referente à retirada de tramitação da PEC 0021/2005, de autoria do senador Tasso Jereissati, que tratava da desconstitucionalização das Polícias Militares e das Polícias Cíveis do Brasil inteiro. E na manhã de hoje, segundo informa o *site* do Senado Federal, essa PEC foi retirada de tramitação, o que é uma importante notícia para todos nós.

O meu pronunciamento de hoje será mais ou menos uma no cravo e uma na ferradura, ou seja, temos coisas boas para falar e outras nem tanto. Quero informar, primeiro, a todos os srs. deputados, às sras. deputadas, aos demais ouvintes e às praças da polícia e do Corpo de Bombeiros do estado que tivemos, no início da noite de ontem, na secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, a assinatura de vários editais para a realização de cursos. São 50 cursos para cabo do Corpo de Bombeiros, 50 cursos para 3º sargento do Corpo de Bombeiros, 77 vagas para o curso de cabo da Polícia Militar, 100 vagas para o curso de 3º sargento da Polícia Militar e 70 vagas para o curso de aperfeiçoamento dos sargentos da Polícia Militar. Essas são demandas antigas da nossa categoria e que estão começando a ser colocadas em prática, através de leis que foram aprovadas aqui nos últimos anos.

Então, os cursos irão iniciar, mas sabemos que serão necessárias muito mais vagas, porque temos um efetivo de soldados com mais de 20 anos que ainda se encontram na mesma graduação desde o dia que entraram na corporação. Precisamos avançar muito ainda, mas esse é um começo para se colocar em prática o plano de carreira aprovado neste Poder Legislativo na legislatura anterior.

É preciso agradecer ao governador do estado, Luiz Henrique da Silveira; ao secretário da Segurança Pública, Ronaldo Benedet; ao comandante da Polícia Militar, coronel Eliésio Rodrigues; e ao comandante do Corpo de Bombeiros, coronel Adilson de Oliveira, pela realização desses cursos, que começarão no próximo mês de maio.

Quero registrar e agradecer a participação, nesse processo aqui na Assembléia Legislativa, do deputado João Henrique Blasi, que fez com que algumas leis, até porque são emendas deles... Por exemplo, a obrigatoriedade da realização do curso de aperfeiçoamento para o quadro de oficiais auxiliares, o COA, que estamos discutindo junto à secretaria e está sendo elaborado o edital para a realização do COA com 40 vagas para os subtenentes terem acesso ao quadro de 2º tenente.

E a ferradura é que não poderia deixar de registrar, deputada Ada De Luca, com muita tristeza, inclusive, que na última segunda-feira o leilão da conta salário da Prefeitura de Florianópolis foi realizado dentro do quartel do Comando-Geral da nossa Polícia Militar.

Houve uma manifestação dos servidores municipais, que tiveram a solidariedade de outras categorias; houve bastante movimentação, inclusive a obstrução das cabeceiras da ponte; houve a intervenção dessa categoria para que não fosse realizado, na manhã, até porque existia liminar contrária àquele leilão. À tarde, eu diria de forma sorradeira, o leilão foi feito dentro do quartel do Comando-Geral da Polícia Militar, deputada Ada De Luca. Quero registrar o meu protesto, a minha indignação, e dizer que isso não pode se tornar moda porque a Polícia Militar não pode estar a serviço de uma classe, a Polícia Militar não pode estar a serviço do banqueiro.

Isso tem que ser resolvido lá na esfera da sociedade civil, e a Polícia Militar é um órgão público, um órgão do estado, tem que zelar e cuidar da segurança da população e não servir de suporte para garantir o lucro de banqueiros, para garantir o lucro da iniciativa privada.

Esta é a nossa manifestação de repúdio...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Gostaria de registrar a presença do prefeito de Calmon, da minha cidade natal, que está fazendo uma visita a Assembléia Legislativa. Portanto, queremos dar as boas-vindas ao João Batista de Geroni.

O Sr. Deputado Darcy de Matos - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darcy de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Também não poderia deixar de registrar a presença, nesta sessão, do vereador José Acácio Delmonego, da cidade de São João do Itaperiú, que veio acompanhado de parte da equipe da Prefeitura.

Registro também, e parabeno antecipadamente aquela comunidade, que o município completa, no dia de amanhã, o seu 15º aniversário. Portanto, parabéns a este município e ao prefeito Valdir Corrêa.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Com a permissão de v.exa., quero, com muita satisfação registrar a presença do sr. vereador do município de Pinhalzinho e presidente do meu partido, Selvino Giesel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PRB.

Com a palavra a sra. deputada Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Clésio Salvaro, demais integrantes da mesa, sra. deputada e srs. deputados, também quero saudar os ilustres visitantes, vereadores, o prefeito do município de Calmon, que muito nos honram com a sua presença.

Sr. presidente, gostaria de fazer um rápido relato sobre a audiência pública de hoje, das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação, da qual esta deputada faz parte, na qual tivemos a presença do secretário da Fazenda, sr. Sérgio Alves, que fez uma ampla explanação, e também tranquilizou-nos sobre os últimos informes que a mídia divulgou - e era uma preocupação que estava atingindo todos os catarinenses -, sobre a folha de pagamento dos funcionários.

Mas o secretário, com toda a calma e muita tranquilidade, informou-nos que o estado trabalha com o real e não com o déficit. Salientou que existe saldo, com tranquilidade, para saudar a folha de pagamento dos funcionários, que esse total daria R\$ 300 milhões e ainda sobriariam R\$ 250 milhões. Então, não é preocupante.

O secretário foi muito tranqüilo e nos deu uma aula, como salientei na minha manifestação, de tranquilidade. Mas, sr. presidente, nós gostaríamos que o secretário da Fazenda estivesse também inteirado sobre a reforma administrativa. E já entreguei ao deputado João Henrique Blasi, que é da base do governo, as cinco emendas que os membros do meu partido elaboraram para contribuir com o projeto, para que ele fique mais redondinho e possa atender aos anseios da população.

Então, sr. presidente, muito me espanta que o secretário da Fazenda não esteja inteirado da reforma administrativa. Ele deveria sentar e se inteirar do projeto, porque, afinal de contas, a secretaria da Fazenda é de suma importância, pois é onde os pagamentos são feitos.

Sr. presidente, já que o secretário não tinha condições de nos explicar o projeto, esta deputada entrou com um requerimento, pedindo esclarecimentos, que foi aprovado e também tivemos a assinatura dos demais integrantes da comissão; além disso, existe uma promessa do deputado Jorginho Mello, que é o nosso presidente da comissão de Finanças e Tributação, para que na segunda-feira possamos nos reunir e ouvir algumas explicações sobre a reforma administrativa do secretário Ivo Carminati que virá aqui para nos tirar todas as dúvidas, mas claro, teria que ser antes que esse projeto ser votado.

Nós, parlamentares, temos a obrigação de estar inteirados sobre o assunto. E vamos questionar sempre que houver necessidade para que possamos votar com mais tranquilidade. Afinal de contas, através dessa reforma ocorrerá uma grande mudança e nós não podemos estar totalmente alheios, temos que estar bem inteirados e munidos de informações para respaldar todos os catarinenses.

Meu tempo é muito curto, sr. presidente, numa próxima oportunidade falarei sobre o absurdo que ocorreu na Câmara de Vereadores de Celso Ramos com a aprovação unânime de um projeto sobre a brincadeira da Farra do Boi, violando uma proibição do Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença do presidente do meu partido de Camboriú, sr. Francisco Duarte, que já foi vice-prefeito e vereador daquele município. Seja bem-vindo a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos serão destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até 8 minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, antes de abordar o assunto que me trouxe a essa tribuna, quero me irmanar aos demais deputados da nossa região norte e mandar um abraço todo especial ao Acácio, ex-prefeito de São João do Itaperiú e seus amigos que estão aqui e também aproveitar para dar um abraço bem forte, bem especial para a nossa São João do Itaperiú que vai fazer 15 anos amanhã. Então, quero que a minha querida São João se sinta abraçada por este deputado e por aqueles que querem bem aquela cidade. Amanhã teremos aniversário, e eu vou tentar dar um jeito para dar uma escapadinha até lá para ao menos almoçar com alguém, comer alguma coisinha, e passar alguns momentos com aquela gente querida de São João de Itaperiú.

Eu quero aproveitar para registrar aqui a presença do ex-deputado Sérgio Silva. Cada vez que o vejo aqui do lado de fora do plenário, me lembro do tempo que ele estava aqui dentro. Ele foi um grande mestre, um grande professor também na arte da tribuna. Eu quero também, dar os meus parabéns a ele por estar nesta Casa todos os dias. Um grande abraço, meu querido amigo Sérgio Silva.

Sr. presidente, tivemos dois casos pontuais que chamaram a atenção do norte do estado, especialmente na nossa Joinville, nestes últimos dias. Foi lá em Pirabeiraba, mais precisamente na SC-301, na altura do entrocamento com a estrada Mildau, quando uma menina de apenas 16 anos de idade, pedalando sua bicicleta, vindo da escola, acabou sendo literalmente atropelada, esmagada por um caminhão que se envolveu num acidente com mais dois carros e por pouco não faz uma tragédia ainda maior.

Aquela comunidade é extremamente pacata, não é gente de fazer alvoroço, baderna ou de sair para as ruas conclamando a população para reclamar sobre isso ou aquilo. Mas, eles chegaram ao limite de forma tal que se reuniram e resolveram trancar a SC-301

para chamar a atenção das autoridades. Mas este deputado, que é representante daquela localidade de Pirabeiraba, até porque teve centenas de votos lá, já estava trabalhando e procurando entrar em contato com as autoridades competentes para resolver aquele problema, tanto é verdade que no momento em que eles estavam fazendo a paralisação na SC-301, este deputado estava reunido com o diretor-geral do Deinfra, o Romualdo, juntamente com o secretário Regional Manoel Mendonça e lá tratamos justamente daquele problema.

Srs. deputados, acontece que o Manoel Mendonça e o Romualdo estão de mãos atadas em decorrência do edital de licitação, aquela burocracia infernal que o estado tem que passar para resolver alguma coisa e não podem, de maneira imediata, dar uma resposta aos anseios daquela comunidade, colocando lá uma lombada eletrônica. Sugerir, então, ao Romualdo que fizesse alguma coisa de imediato na rodovia. E conversando, chegamos à conclusão de que na semana que vem - e eu vou cobrar isso, vou ficar de olho lá - serão instaladas lá as sinalizações, em seguida as taxinhas, os taxões e as canteiras para chamar a atenção e diminuir a velocidade daqueles que por ali transitam.

Na verdade, é uma iniciativa que não é exatamente aquela que a população quer, pois o que eles querem é a lombada eletrônica, mas se formos atender a burocracia toda, consulta no Tribunal de Contas inclusive e tudo mais, nós vamos levar, por baixo, de um ano a um ano e meio para instalar essas tais lombadas eletrônicas.

Então o que faremos? A partir da semana que vem estará sendo dada uma resposta àquela comunidade com a instalação de sinalização horizontal, através de placas e também a instalação de taxões e de taxinhas, estas que precedem os taxões. E eu tenho certeza absoluta de que vamos diminuir a incidência de acidentes naquele local. Dito isso, quero dizer que vamos atender a outra reivindicação da comunidade, que é a instalação de quatro lombadas eletrônicas. Estou levando o assunto ao diretor-geral do Deinfra, para que ele também atenda a essa reivindicação.

Quero também me referir ao pessoal de Massaranduba, pois a comunidade procurou este deputado com a intenção de ter uma audiência com o sr. governador para resolver o problema da SC-474, que liga Luiz Alves a Massaranduba, que está intransitável, uma buraqueira infernal. E aquela gente passa muito por ali, pois é o escoamento da própria atividade deles.

Conversamos com o diretor-geral e obtivemos dele imediatamente a resposta que precisávamos. A partir da semana que - e vou ficar de olho - ele estará repassando verbas para a secretaria Regional de Jaraguá do Sul que, juntamente com o prefeito de Massaranduba, começarão ali o patrolamento, a arrumação e a manutenção daquela rodovia para que possam, então, aqueles agricultores, aquelas pessoas da região ter condições de transitar por ali. Isso também a título precário, pois, na verdade, ali precisava mesmo era de asfaltamento.

Eu precisava trazer esse assunto aqui, dar uma satisfação, porque é uma comunidade que precisa ser ouvida. E se nós não falarmos em nome dela, quem falará, sr. presidente? Quem falará? Essa é que é a grande verdade! Por isso, estamos aqui fazendo este trabalho, que nada mais é do que a nossa obrigação em relação àquela localidade.

Eu teria, sr. presidente, outros assuntos palpitantes para falar mas, lamentavelmente, mal começo a falar e v.exa. já está de olho em mim, porque o tempo está-se esgotando. E vou dar a oportunidade de v.exa. nem precisar me conceder mais 30 segundos, pois já que eu não posso falar mais nada, vou deixar v.exa. à vontade para chamar o próximo deputado para falar na tribuna.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - O deputado Nilson Gonçalves, usou a palavra no horário dos Partidos Políticos, mas também pode se inscrever em Breves Comunicações e em Explicação Pessoal. Ai, sim, terá o tempo de até dez minutos.

Ainda dentro do horário reservado aos partidos Políticos, o próximo horário pertence ao PMDB.

Com a palavra a sra. deputada Ada De Luca, a quem concedo a palavra por até por até 19 minutos.

Suponho que o tempo será dividido também com o deputado Romildo Titon.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, sras. e srs. parlamentares, visitantes que nos acompanham nas galerias, telespectadores da TVPAL, ouvintes da Rádio Alesc, imprensa aqui presente.

Sinto muita pena que os estudantes que estavam nas galerias já tenham ido embora, porque o meu discurso de hoje seria de grande valia para eles.

(Passa a ler.)

"A história é como um profeta com o olhar voltado para trás. Pelo que foi e contra o que foi, anuncia o que será', assim definiu com notável sabedoria o escritor uruguaio Eduardo Galeano.

Falar em história brasileira é discutir os movimentos, os processos que envolvem as pessoas, é antecipar a lembrança de uma data marcante para o nosso país. Foi neste dia 31 de março de 1964 - e eu aqui estou antecipando, porque vai cair num sábado - que nós, brasileiros, passamos a viver um dos mais obscuros capítulos da nossa história. Há 43 anos, um golpe militar, interrompeu o ciclo democrático da política brasileira.

Faço, sr. parlamentares, um breve histórico para que os acontecimentos de quase 50 anos atrás fiquem mais claros na memória de quem viveu aquele período e, ao mesmo tempo, seja reconhecido por aqueles que ouviram falar sobre o fato. Estou certa, deputado Manoel Mota, de que v.exa. participou.

A partir de 1961, quando Jânio Quadros foi eleito presidente, o país viveu um período de turbulência, especialmente após ter renunciado sete meses depois de assumir o governo.

Sucedeu a Jânio seu vice-presidente, João Goulart, o popular Jango, cunhado de Brizola, político de visão à esquerda. Houve fortes pressões para que ele não assumisse, e a conspiração contra o governo dele foi violenta e intensa. Chegou ao auge quando, em março de 64, Jango promoveu um grande comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, onde defendeu as reformas de base e mudanças radicais na estrutura agrária, econômica e educacional do nosso país.

Em 31 de março de 1964, o golpe promovido com o apoio de forças conservadoras deu início a um período nefasto que atormentou por 21 anos a nossa história que não está muito distante. E naquele dia 31 começava a era da ditadura.

Os anos que se seguiram foram marcados por repressão policial, perseguições políticas, manipulação da opinião pública, censura dos meios de comunicação, suspensão de direitos, cassações de mandatos conquistados democraticamente, terrorismo com os opositores ao regime militar, separação de famílias, expatriações, torturas e mortes.

O regime militar cassou mandatos de deputados e senadores, confiscaram bens e fecharam o Congresso Nacional por quase um ano, com o famigerado Ato Institucional n. 5, em 1977. Foram, então, os famosos e abomináveis Anos de Chumbo.

O regime militar que se estendeu até 1985, trouxe dor e ódio para o seio de muitas famílias. Porém, de forma alguma, podemos deixar essa data passar em branco. E é por isso que resgato esse acontecimento desde já.

Não podemos ter medo da verdade. Temos que reavivar os fatos para que não caiam no esquecimento e para que as futuras gerações conheçam o caminho percorrido com o objetivo de conquistar sempre uma nação cada vez mais democrática.

Foi também em 31 de março de 1983, que aconteceu a primeira manifestação pelas eleições diretas no estado de Pernambuco. O movimento foi organizado por membros do Movimento Democrático Brasileiro, o MDB, srs. parlamentares. Não posso deixar aqui de falar do meu grande mestre, dr. Ulysses Guimarães, o senhor diretas já; Teotônio Vilela, o menestrel de Alagoas e tantos outros.

Quis antecipar o tema nesta tribuna e resgatar esse histórico por três motivos principais. Primeiro, porque a ditadura marcou profundamente a minha infância e toda a minha história de vida. Sou memória viva daquele período, e têm deputados aqui que sabem disso. Conheci os horrores da ditadura e compreendi os valores da democracia.

Em segundo lugar, porque os arquivos da ditadura ainda não foram totalmente abertos. Mais de 350 mortos e desaparecidos políticos foram reconhecidos pela União, segundo levantamento da comissão especial do ministério da Justiça. Outros 150 processos ainda esperam decisão judicial. E ainda, porque o período do golpe de 64 deixou um saldo muito desfavorável no plano político, salvo pela persistência sempre fiel do MDB.

Desde 1966, quando surgiu como alternativa de oposição aqueles que sustentavam o regime opressor, o MDB se tornou aglutinador dos que defendiam - e até hoje defendem - as idéias democráticas deste país. O MDB fez a página mais duradoura da recente história política do nosso país. Foi abrigo para gente das mais várias tendências e muitas vezes ainda o é. Do partido surgiram outras siglas que hoje também ajudam a construir a nossa democracia.

Mas o MDB, depois PMDB, era e é o grande partido brasileiro, partido que fez e faz história, um partido que tem uma história que não podemos esquecer.

Nós, do PMDB, temos orgulho da democracia que construímos e estamos prontos para lutar mais por um Brasil melhor. Um Brasil que nunca mais quer repetir o ano de 1964."

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputada.

Quero parabenizar v.exa. por ter trazido ao microfone desta Casa Legislativa este assunto na antevéspera de aniversário do Golpe Militar de 1964. É preciso que usemos a palavra certa, foi um golpe. Ele foi perpetrado por interesses econômicos dos monopólios, do latifúndio e do mesmo imperialismo que nos continua dominando, e certamente a história do Brasil seria diferente se não fosse aquele ato.

Esse ato, srs. deputados, foi realizado contra o governo democrático do trabalhista João Goulart, como v.exa. citou, e, além de todo o horror político, da falta de liberdade dos civis, ajudou e contribuiu para colocar o Brasil no rumo ou para aprofundá-lo nessa dependência em que ainda estamos vivendo e da qual precisaremos emergir, um dia desses, junto com o nosso povo, com a nossa classe trabalhadora, que são os explorados e oprimidos.

Srs. deputados, aproveitando esta oportunidade, quero registrar, como já falei nesta tribuna, que nós, praças, que nós, bases das corporações militares do Brasil, não reivindicamos qualquer autoria, qualquer saudosismo com relação àquele tempo e àquela vontade. Ele foi perpetrado por vontade e interesses econômicos e, do ponto de vista político, por um grupo bastante restrito de generais. Inclusive muitos de nós, praças e oficiais, manifestaram-se contra o golpe, foram duramente perseguidos, excluídos e até cassados e, no sentido físico da palavra, eliminados e mortos.

Então, é preciso registrar que nós repudiamos aquela forma de governo, aquela forma de ditadura e a intervenção de interesses estrangeiros e dos grandes monopólios da nossa classe dominante que sempre é capaz de dar mais um grito de dependência ou morte e não de independência ou morte.

Por isso a minha preocupação com aquilo que eu citava na minha fala, anteriormente, de ter sido realizado, dentro do quartel da Polícia Militar, o leilão das contas salários da Prefeitura de Florianópolis. Porque as instituições militares, as instituições de segurança têm que cuidar das questões de segurança, não devem se meter nos interesses, nos assuntos de ordem econômica, principalmente para favorecer banqueiro.

Muito obrigado a v.exa. pelo aparte, desculpe-me por ter me alongado e parabéns por ter trazido este assunto a esta tribuna.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Quero agradecer a v.exa. pelo aparte e dizer que não é saudosismo; nós temos que resgatar e estar sempre presente marcando a história que judiou tantos catarinenses.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - V.Exa. me permite um aparte?

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Pois não!

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Deputada Ada De Luca, quero cumprimentá-la por ter trazido aqui o resgate da história do PMDB, um partido que se faz com a sua história, com a sua luta. Mas também é importante registrar, neste momento, que na última reunião da executiva estadual do PMDB foi deliberado que iremos realizar, no próximo dia 4 de junho, um seminário com as lideranças do nosso partido, para fazermos o lançamento oficial de um novo segmento do PMDB, que é o PMDB do Meio Ambiente, que irá tratar de discutir esse tema com toda a sociedade de Santa Catarina e fazer com que o nosso partido político tenha um comprometimento maior com essa questão que está preocupando todos os catarinenses.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputada, fico feliz pela iniciativa e parabênzulo v.exa. por trazer, hoje, a esta tribuna, o debate com relação à ditadura, à tortura, à morte de tantas lideranças deste país. Porque nós, nesta Casa, temos uma dívida histórica com um parlamentar que até hoje está desaparecido, que é Paulo Stuart Wright, que muitos conheceram.

Nós deveríamos, inclusive, se v.exa. assim entender, como os demais parlamentares, encaminhar um documento ao Ministério da Justiça, solicitando que fossem envidados esforços, junto com esta Casa, no sentido de buscar o paradeiro do deputado estadual Paulo Stuart Wright, porque a Assembléia Legislativa e o Parlamento Catarinense ficaram sem resposta. Mas ele deve estar em algum lugar. Por isso precisa ser investigado. E se houver vontade política, quem sabe nós encontraremos os restos mortais desse deputado. Eu conheci o irmão dele, Jaime Stuart Wright, que produziu o projeto Brasil Nunca Mais, junto com dom Paulo Evaristo Arns. Na época, eu conversava com ele em sua casa e ele me disse que tinha entrado nessa luta contra a ditadura militar porque o seu irmão havia desaparecido em Santa Catarina. Até hoje, srs. deputados, ele continua desaparecido.

É uma pergunta que ficou sem resposta. Por isso temos que denunciar qualquer tipo de ditadura, autoritarismo, em qualquer parte do mundo, principalmente no Brasil, onde Paulo Stuart Wright morreu, ressuscitando sua memória, pela sua luta, tentando, ao mesmo tempo, encontrar os seus restos mortais.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Deputado Pedro Uczai, muito obrigada pelo seu aparte, que é muito oportuno, e quero dizer a v.exa. que conheci o deputado Paulo Stuart Wright em Içara já fugindo na época da ditadura.

Muito obrigada e agora passo a palavra ao deputado Romildo Titon.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - O deputado Romildo Titon abre mão do seu tempo.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Manoel Mota, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, eu estava no meu gabinete escutando o pronunciamento do deputado Joares Ponticelli tecendo alguns comentários que não contribuem em nada, com respeito à vinda do secretário da Fazenda, no dia de hoje, a este Parlamento.

Eu entendo que nós precisamos respeitar os homens de bem, nós precisamos restabelecer a verdade e não tentar distorcer os fatos, porque dessa forma não chegamos a lugar algum. Então, lamentamos profundamente aquele que já declarou o voto contra, deputado João Henrique Blasi, e fica criticando qualquer melhoria. Para quê? Vai votar contra se já declarou?!

Assim sendo, não tem sentido algum vir aqui fazer intervenção, fazer palanque político, como fez hoje na comissão, pois isso não resulta em nada.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu ouço o eminente deputado e relator, que tem trabalhado com muito cuidado para buscar tudo aquilo que foi importante para Santa Catarina nesta terceira reforma, de um governo moderno, novo, que quer construir, junto com o estado, a melhoria da qualidade de vida do nosso povo.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Agradeço a v.exa. a gentileza e queria me reportar à estada, no dia de hoje, pela manhã, na Assembléia Legislativa, do secretário da Fazenda dr. Sérgio Rodrigues Alves, que teve uma participação serena, tranquila, competente e transparente. Ele veio convidado para discorrer a respeito da situação financeira do estado, em razão de solicitação da bancada do Partido dos Trabalhadores, e o fez da forma que aqui me reportei.

Inclusive não precisaria, regimentalmente falando, tecer qualquer outro tipo de resposta ou consideração sobre assuntos estranhos àquele que motivou o convite. Mas não se furtou a responder, com sinceridade, a respeito das demais questões que lhe foram posicionadas.

Então, eu penso que ganhamos todos nós, os deputados que são da Situação, pelo fato de termos, comprovadamente, um secretário competente, cômico das suas atribuições, sereno nas suas manifestações, mas seguro nas suas posições. Eu também quero crer, claro que desconfiado o discurso natural dos partidos de Oposição, que eles próprios receberiam informações importantes a respeito do funcionamento da máquina pública e a respeito, principalmente, das finanças públicas do estado de Santa Catarina no que diz respeito ao Poder Executivo.

Eu, na condição de líder do governo, não pude ficar, lamentavelmente, até o final da exposição, mas assisti parte dela, assisti todas as intervenções precedentes dos srs. deputados, e quero dizer que ganhamos, todos nós, com a participação, repito, serena, tranquila, competente e segura do secretário Sérgio Alves.

Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço, deputado João Henrique Blasi.

Quero dizer que a vinda do secretário Sérgio Alves foi muito importante a esta Casa. Talvez muitas pessoas não conhecessem a sua capacidade, competência e criatividade. É um secretário sereno, tranquilo, que tem uma equipe extraordinária. E alguns pensavam, deputado João Henrique Blasi, que o secretário viesse aqui trazer um rombo financeiro de R\$ 1 bilhão. A questão de R\$ 1 bilhão é orçamentária.

Então, as pessoas esperavam uma coisa e viram outra muito diferente, ou seja, um secretário sereno, tranquilo, trazendo, com muita pressão, todos os dados possíveis.

Quero registrar que nós ficamos muito felizes em saber que temos uma pessoa muito competente em uma Pasta tão importante, que é a secretaria da Fazenda, na pessoa do secretário Sérgio Alves.

Assim sendo, srs. deputados, quero dizer que nós não vamos aceitar essas provocações levianas, essas denúncias que não levam a nada, que não são verdadeiras, resgatando sempre o direito constitucional, a vida de um homem público, como a do governador Luiz Henrique da Silveira, que trabalha sereno, tranquilo para toda Santa Catarina. Por isso que ele foi aprovado nas urnas e com certeza vai fazer um trabalho cada vez melhor.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Manoel Mota, quero me associar ao seu discurso e ao do deputado João Henrique Blasi, porque nós tivemos uma aula, hoje, de gestão, com o secretário da Fazenda.

Eu acho que quando as pessoas disseram que não gostaram do que ele falou foi porque queriam que ele falasse alguma coisa ruim que estava acontecendo. É aquela história de quanto pior, melhor. Mas o nosso secretário da Fazenda nos deu uma aula de gestão pública, hoje, na Assembléia Legislativa.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, srs. telespectadores da TVAL, imprensa, eu desejo falar, no horário que cabe ao meu partido, sobre dois assuntos. O primeiro diz respeito à caravana de lideranças do distrito de Pirabeiraba, município de Joinville, que estão presentes nesta sessão. O segundo assunto diz respeito à nossa ida, juntamente com o deputado Nilson Gonçalves e demais lideranças, à residência oficial do governador do estado para um almoço de trabalho.

O deputado Nilson Gonçalves já falou a respeito dos pleitos que foram repassados ao sr. governador pelas lideranças daquele distrito, capitaneadas pelo nosso grande vereador e líder, do município de Joinville, Odir Nunes. Estão aqui presentes líderes como o sr. Norberto Larzem, Mauro Müller, Werner Piske e tantos outros do distrito, que nos visitam nesta tarde.

E, reforçando, quero dizer que nós solicitamos ao nosso governador - o deputado Nilson Gonçalves acabou de se pronunciar sobre esses pleitos - a instalação imediata de uma delegacia de polícia no distrito de Pirabeiraba. Também foi apresentado o pleito para pavimentação das estradas rurais, da estrada Palmeiras e da estrada Quiriri, que são estradas que quando forem pavimentadas, além de darem um conforto maior aos moradores daquela região, vão potencializar, vão dar condições para a prática do turismo rural naquele distrito.

Por último, quero dizer que foi colocada a necessidade urgente, premente de intervenção do Deinfra no sentido de instalar uma lombada eletrônica na SC-301 ou promover intervenções para que seja colocado redutor de velocidade, a fim de evitar esses graves acidentes que têm ocorrido nos últimos anos. O deputado Nilson Gonçalves já fez aqui o seu relato e eu me junto a ele na apresentação desses pleitos. Portanto, o nosso abraço, a nossa saudação ao povo ordeiro, trabalhador, alegre do distrito de Pirabeiraba, que nos visita nesta sessão.

Sr. presidente, não posso deixar, também, de divergir das colocações que foram feitas pelo meu amigo e nobre deputado Kennedy Nunes, líder do PP, desta tribuna. Eu não posso, nobre líder do governo, deputado João Henrique Blasi, me posicionar favorável ao Decreto n. 0076/2007, de 16 de fevereiro deste ano, do governador Luiz Henrique da Silveira, que regulamenta o funcionamento das máquinas eletrônicas em Santa Catarina.

Quero dizer ao nobre líder do PP que não será somente em Santa Catarina que funcionarão, a partir deste decreto, as máquinas eletrônicas, elas também funcionarão no estado da Paraíba. E, mais do que isso, somente em Cuba e no Brasil que não há autorização para o funcionamento do bingo e das máquinas eletrônicas.

Se no Rio de Janeiro ou em outros estados, com as máquinas eletrônicas devidamente credenciadas e fiscalizadas pela Polícia Civil, há corrupção, há atividades escusas, em Santa Catarina, no sul do estado, mais precisamente no município de Joinville, há empresas idôneas que geram milhares de postos de trabalho que arrecadam verdadeiras fortunas para os cofres do nosso estado.

Isso tem que ser dito, mas discutir a legalidade é muito relativo. Nós vivemos num país que está vivenciando um conflito constitucional. O direito é relativo. Se o nobre líder do PP afirma que o decreto não tem fundamento legal, nós temos pareceres, nós temos posicionamentos de juristas renomados no Brasil que afirmam que o decreto tem fundamento legal.

Portanto, eu encerro o meu pronunciamento posicionando-me favorável àquelas empresas que têm máquinas eletrônicas, àqueles bingos que estão devidamente fiscalizados, credenciados e que geram muitos empregos e aquecem a economia de Santa Catarina. É claro que estou me posicionando ao lado daqueles pais de família que sustentam os filhos com o seu suor dignamente trabalhando nessas empresas que têm suas atividades legalizadas e que atuam com dignidade em nosso estado.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, gostaria de anunciar a presença, nesta Casa, dos presidentes da Associação Médica de Santa Catarina, do CRM e do sindicato e da dra. Márcia. Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Pedro Uczai, por oito minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, antes de falar do assunto principal que me faz assomar à tribuna no horário destinado à bancada do PT, quero convidar todos os parlamentares para participarem do lançamento, hoje à noite, do livro *Paixão pela Arte, Paixão pela Vida*, de Ademir Rosa, um companheiro nosso, ator, diretor, dramaturgo, professor, sociólogo, funcionário público federal da Previdência Social, que há dez anos e um mês faleceu, aos 47 anos, com câncer e foi um dos melhores atores que Santa Catarina conheceu.

Junto com seus amigos construiu esta obra, este livro, cujo lançamento será no *hall* da Assembléia Legislativa hoje, às 19h. Ontem foi o Dia do Teatro, e não acredito no futuro do país sem arte, sem cultura, sem magia, não só economia ou política, mas a magia, o teatro, a cultura como direito da cidadania. Está feito o convite e feito o registro. Em outra oportunidade entregarei a cada parlamentar um volume deste livro.

Sr. presidente e srs. deputados, quero manifestar-me em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores e na condição de presidente estadual do PT. Ontem, nesta tribuna, o deputado José Natal em seu pronunciamento questionou três pontos do governo Lula, do governo federal, o desemprego e a ausência de recursos do PAC para a região sul; e o deputado Onofre Santo Agostini disse que na sua longa trajetória política está avaliando este como sendo um dos piores momentos que o país está vivendo.

Por isso, por imperativo moral e ético quero me pronunciar. A primeira boa notícia que trago é o emprego. Em oito anos de governo FHC, com o apoio do PFL, do PSDB e, inclusive, do PMDB, a média de emprego no Brasil foi de oito a dez mil por mês. Esta foi a média de oito anos de governo neoliberal, de governo privatista. Pegarei os últimos dois meses: segundo recorde histórico, depois de 1992 e neste mês de fevereiro, foram 148 mil novas carteiras de trabalho assinadas no Brasil nos meses de janeiro e fevereiro. Permitam-me dizer que na série histórica foi a segunda melhor, só perdendo para o ano de 2006, quando foram computadas 263 mil vagas abertas. Portanto, foi no governo Lula, de 2006 a 2007, que se bateu o recorde de geração de emprego neste país, nos últimos 15 anos. E queremos mais, por isso o PAC.

Respondendo ao deputado José Natal que diz que há desemprego, digo que v.exa. precisa buscar mais informações, porque não podemos faltar com a verdade aqui nesta tribuna, na medida que temos que ter serenidade no debate, no embate das idéias. Mas dizer e não reconhecer que o governo do presidente Lula é o que mais está gerando emprego no país, nos últimos 15 anos?!

Aqui trago mais um dado para que o deputado José Natal fique bem informado. A média de geração de emprego, nos primeiros quatro anos do governo Lula, foi de 100 mil por mês. Nos últimos oito anos de governo FHC a média foi, no máximo, 10 mil empregos por mês. Trago estes dados para recuperar a verdade nesta Casa e para mostrar que o governo Lula está construindo desenvolvimento social, desenvolvimento econômico e geração de emprego no país.

Segunda falta de informação do deputado José Natal, que disse poder estar enganado e está enganado, pois o PAC, no sul do país, só para a região sul, na área de transportes fará um investimento na ordem de R\$ 3,9 bilhões nos próximos quatro anos.

Aqui em Santa Catarina teremos a duplicação de parte da BR-470; na BR-101 sul, é só viajar para ver as obras em andamento; BR-116, que neste caso liga com o Rio Grande do Sul, mas ainda em Santa Catarina; BR-280, parte dela será duplicada; a BR-282, deputado Pedro Baldissera, v.exa. que faz parte do fórum sabe que de Lages a Campos Novos, vai ser concluída, está previsto um investimento de R\$ 34 milhões, além dos R\$ 15 milhões recebidos no ano passado, srs. deputados da região de Lages.

Gostaríamos de sugerir que na próxima semana fizéssemos uma visita às obras da BR-282, convidado todos os parlamentares, o DNIT. Já falei com o João José, para que junto com a discussão do PAC, junto com os fóruns dos parlamentares, façamos uma visita à BR-282, que é uma reivindicação histórica suprapartidária. Agora, um deputado dizer que não haverá investimentos do PAC, como o de São Miguel a Paraíso, que também é uma obra fundamental?

O contorno ferroviário de Joinville: (falo agora aos deputados de Joinville), vai estar lá o contorno ferroviário; para os portos de São Francisco e de Itajaí está previsto um investimento de R\$ 150 milhões nos próximos quatro anos, além do que já está sendo investido e além dos berços que já estão em obras, porque além destes que estão em obras serão feitos investimentos em novos berços, tanto no porto de São Francisco, quanto no de Itajaí. Serão mais R\$ 150 milhões. Vamos falar em aeroporto.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Apenas com relação à Joinville, que v.exa. citou, queremos agradecer, antecipadamente, porque é anseio muito antigo nosso o problema da passagem de nível no meio da cidade. É uma reivindicação que vem de longa data, e estamos vendo uma luz no fim do túnel com relação ao PAC. Está incluído no PAC, não é mesmo?

Queremos, então, agradecer antecipadamente. Vamos torcer e cobrar também para que a obra aconteça.

Muito obrigado.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Sr. deputado Pedro Uczai, eu não falei que o governo não está fazendo nada. Eu não disse isso! O que eu disse, e repetirei, é que a política econômica deste governo está equivocada porque ele tira recursos dos municípios. Cada um perdeu 8%, e o estado perdeu 7%! Por isso o desemprego. V.Exa. citou números de emprego, eu gostaria que v.exa., que é uma pessoa bem informada, por gentileza, me fizesse esse mesmo levantamento, sobre o índice de emprego no sul do país, aqui em Santa Catarina! Porque ou eu estou vivendo em uma outra realidade, ou alguém está equivocada, pois em meu gabinete há uma pilha enorme de currículos de pessoas desempregadas.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Certo, deputado Onofre Santo Agostini. Quero deixar claro aqui que o PAC vai acelerar o crescimento e gerar mais emprego no país e em Santa Catarina e, com certeza, o governo do presidente Lula, com a redução da taxa de juros que o PFL deixou em 25%, e agora já está em 13,25%, com certeza irá gerar mais emprego, mais desenvolvimento para o Brasil, para o sul e para Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Jandir Bellini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jandir Bellini.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Sr. presidente, gostaríamos de registrar a presença, nesta Casa, do vereador do município de Bombinhas, do Partido Progressista, José Roberto Santana, e também a presença da presidente do PSDB de Itajaí, Dra. Rogéria Gregório, que tive a honra de ter como secretária da Indústria e Comércio no meu governo, que está acompanhada do dr. Rafael Martins.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Agradeço sr. presidente. Queria requerer a v.exa., evidentemente com a aquiescência dos srs. líderes, a inclusão em pauta do Projeto de Lei n. 0354/2006, que trata da chamada gratificação de pró-labore para a classe médica, aprovada em todas as comissões, na sua versão original. E também, se houver possibilidade, do Projeto de Lei n. 0011/2007, também de gênese governamental, que revoga gratificações na passagem, para a reserva, de militares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Consulto se os srs. líderes estão de acordo na inclusão de pauta destes projetos.

(As lideranças aquiescem.)

Com a concordância dos srs. líderes, as matérias serão incluídas na pauta Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, eu não poderia deixar, de forma alguma, de transmitir o meu abraço sincero e especial, à comunidade de Pirabeiraba, aqui representada por vários cidadãos que estão assistindo a sessão de hoje.

Também quero fazer, sr. presidente, um requerimento verbal, para que seja encaminhada a São João de Itaperiú uma mensagem de felicitações pelo aniversário da cidade, que é amanhã, pois gostaria de congratular-me com o município, se for possível, caso contrário solicitarei ao meu gabinete que faça por escrito, mas puder ser feito verbalmente eu gostaria, porque o aniversário é amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Esta Presidência defere o seu requerimento, mas pede a v.exa. que o encaminhe por escrito.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Muito obrigado!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, quero fazer um apelo aos srs. deputados que estão em seus gabinetes para que venham ao plenário para aprovarmos um projeto importante, da área da saúde, que já foi aprovado nas comissões e vem trazer um alívio aos nossos médicos, além de dar tranquilidade à população, no que se refere à busca de um tratamento médico no estado de Santa Catarina. Temos que ter essa consideração neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Esta Presidência, conforme apelo feito pelo sr. deputado Manoel Mota, solicita aos srs. deputados que estão em seus gabinetes que venham ao plenário, porque estamos iniciando a Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Deputado presidente, o PFL concorda com a proposição do ilustre líder do governo. Tanto isso é verdade, que tínhamos um pedido de destaque de uma emenda do Projeto n. 0354/2006, mas atendendo ao apelo do líder do governo e atendendo ao apelo dos deputados Jailson Lima, Antônio Aguiar e Serafim Venzon, dos médicos, enfim, da classe médica, do pessoal de branco, vamos retirar a emenda para não prejudicar o andamento do projeto, porque entendemos ser de muita importância para essa categoria.

Claro que o deputado João Henrique Blasi assumiu um compromisso com este deputado e com o povo de Santa Catarina, principalmente com os fisioterapeutas, de tentar junto ao governo acertar a situação deles também. Fica aqui o registro, e como confio no meu prezado amigo deputado João Henrique Blasi, que é um homem de palavra, vou retirar a emenda para não prejudicar o projeto dos srs. médicos.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Nós também somos a favor da colocação em pauta. Só gostaria de fazer dois registros, sr. presidente. O primeiro é que se encontra nesta Casa o ex-vereador por cinco mandatos em Joinville, Sr. José Wilson Renzetti, que hoje está trabalhando na Casan.

O segundo registro é a presença de uma senhora muito especial, que está aqui acompanhando a delegação de Joinville, e que faz, naquele município, um trabalho muito importante, que é a Casa do Adauto. O Adauto era seu filho, que portador de câncer acabou falecendo. Com o falecimento do seu filho ela levantou uma bandeira para ajudar outras mães que enfrentam problemas de filhos com câncer.

Gostaria de deixar registrado o bonito trabalho que a Casa do Adauto faz em Joinville.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) Feito o registro do sr. deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente, quero também cumprimentar o prefeito de Calmon, João Batista de Geroni, que está na cidade resolvendo assuntos de seu município. Estivemos com o secretário da Saúde, Eduardo Cherem, hoje pela manhã e com o governador do estado, trazendo as aspirações da população daquela cidade para manter o nível de vida do povo do município de Calmon, que inclusive é a terra natal do nosso companheiro de partido Dagomar Carneiro.

Sr. presidente, quero também convidar os srs. deputados, sras. deputadas e demais ouvintes e telespectadores para uma audiência pública que será realizada hoje à noite, aqui na nossa Assembléia Legislativa, no auditório Antonieta de Barros, para discutir a questão dos professores da Universidade Federal de Santa Catarina, que estão perdendo 26% do salário. Essa questão já foi discutida neste Poder Legislativo e foi apresentada na semana passada pelo professor Armando Lisboa, presidente da Associação dos professores.

Convido, então, todos os senhores e senhoras para essa audiência pública que será realizada às 18h30min, aqui no auditório Antonieta de Barros, e será presidida pelo presidente da comissão de Educação, deputado Darci de Matos.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores, no convencimento do pedido do deputado João Henrique Blasi para que se coloque em votação o Projeto de Lei n. 0354/2006, coloca nitidamente que não é um projeto dos médicos, mas um projeto da saúde do estado catarinense.

Estamos convencidos de que é de extrema importância a revitalização e, principalmente, a recuperação da auto-estima dos profissionais médicos que atuam na Secretaria Estadual de Saúde.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sem dúvida nenhuma, sr. presidente, esse é um projeto de grande importância para a saúde do estado de Santa Catarina. Essa gratificação por produtividade que os médicos vão receber não irá acrescer nenhum centavo aos cofres do governo do estado, porque é um rateio da produtividade dos médicos.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero aqui cumprimentar, de forma especial, o governador e sua equipe, que junto com a lideranças das entidades médicas encontraram uma maneira de valorizar a saúde, valorizar o ato médico e valorizar, principalmente, a população catarinense, que precisa ter um atendimento digno. O governador, que tem uma carreira política de mais de 40 anos de atividade, sempre encontra formas, maneiras inteligentes de buscar a solução, de buscar a resolução de questões difíceis. Eu compreendo a dificuldade de encontrar, dentro desta celeuma, uma forma de valorizar o ato médico e prestar um atendimento melhor a nossa população. Por isso, cumprimento aqui o governador, e naturalmente cumprimentamos aqueles que o auxiliaram na confecção desse projeto.

Muito obrigado, sr. presidente!

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, na comissão da qual que faço parte, a comissão de Finanças e Tributação, eu pedi vistas a esse projeto para melhorar, mas acabei votando com o relator, dando o parecer favorável ao dele. É um projeto muito importante, já houve um amplo debate e os deputados médicos já salientaram os seus posicionamentos.

Sr. presidente, nós pudemos presenciar, aqui no nosso estado, as greves que foram muitas, as paralisações, a população precisando de atendimento, mas os médicos foram obrigados a parar para chamar a atenção e enfim chegaram a um denominador comum. Reuniram-se, o governador os ouviu, houve esse projeto elaborado através de uma reunião e houve consenso entre os médicos.

Sr. presidente, eu acho que agora é o momento de valorizar a classe médica. Em substituição ao pró-labore, veio essa gratificação que será equiparada, de forma igualitária para todos.

Então, gostaria que v.exa. pudesse convocar os srs. parlamentares que estão em seus gabinetes para que possamos votar e valorizar toda a classe médica.

O meu partido votará a favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Reforçando o apelo da deputada Odete de Jesus, pedimos aos srs. deputados que ainda se encontram em seus gabinetes que venham até o plenário, pois já estamos na Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0014/2007.

Não há emendas à redação final. Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0001/2007.

Não há emendas à redação final. Em votação.

Os Srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0354/2006, de origem governamental, que institui a gratificação de desempenho e produtividade médica e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sérgio Grandó - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sérgio Grandó.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GRANDÓ - Sr. presidente, atendendo ao apelo da diretora-geral da secretaria da Saúde - e o nosso querido secretário está fazendo um belo trabalho lá -, gostaríamos de manifestar total apoio a esse projeto. O PPS vota favorável a esse projeto!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Em votação o Projeto de Lei n. 0354/2006, que institui gratificação de desempenho e produtividade médica e estabelece outras providências.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, uma referência sobre a forma como esse processo foi constituído: de forma democrática envolvendo o chamado Cosemesc, órgão que congrega as instituições da área da medicina no estado de Santa Catarina, vale dizer ACM, CRM e sindicato médico, que construíram com o governo esse projeto que é importante que seja aprovado.

Uma observação sobre o conteúdo: ele socializa entre todos os médicos a gratificação ou o chamado pró-labore médico, aumentando a remuneração e tornando mais justa essa forma estipendiária aos médicos na área pública do estado de Santa Catarina.

Por último, sr. presidente, como se antevê uma votação favorável, inclusive, ao que parece, por unanimidade, desde logo pondero a v.exa., com a aquiescência dos líderes, para que possamos depois votar também a redação final, em homenagem aos interessados que estão aqui presentes, perfectibilizando assim todo o processo legislativo no dia de hoje.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Marcos Vieira, líder do PSDB.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, quando o projeto foi examinado na comissão de Constituição e Justiça, fiz questão de dizer que o projeto em curso, que será votado no dia de hoje, é, talvez, uma das últimas etapas de todo o arcabouço de um projeto, que foi o plano de cargos e salários para toda a secretaria da Saúde, reivindicação essa que já corria no âmbito interno do Executivo há mais de 12 anos. E eram cerca de 15 mil servidores ativos e inativos que, insistentemente, pediam aos governos que se instalavam em Santa Catarina. Mas o governador Luiz Henrique da Silveira, com a sua sensibilidade, autorizou este deputado, que na época era secretário de Administração, juntamente com o secretário Dado Cherem e a secretária Carmem, o Sinsaude e todas as entidades médicas que aqui estão representadas... E quero fazer uma referência ao dr. Jenuir e, através dele, cumprimentar os demais médicos aqui presentes.

Gostaria de dizer que realmente esta Casa, ao apreciar o projeto de lei no dia de hoje, contempla uma das categorias mais importantes da sociedade catarinense, que é a dos médicos aqui do nosso estado.

O PSDB vota favoravelmente!

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, pela bancada do PDT, o nosso voto é pela aprovação do projeto, o nosso voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Em votação o Projeto de Lei, de origem do Executivo, n. 0354/2006.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - A bancada do PP vota favorável a esse projeto.

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Conforme o deputado Jailson Lima se pronunciou, a bancada do PT vota favorável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0011/2007, de procedência governamental, que revoga dispositivos das Leis n.s 2.417, de 1960, n. 2.974, de 1961, e n. 5.520, de 1979.

Conta com o parecer favorável da comissão de Justiça, de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, é para encaminhar mas, principalmente, para esclarecer. Esse projeto simplesmente revoga uma gratificação de 20% que é dada a quem exerceu o cargo de comandante-geral da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar, chefe do estado maior da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar e o chefe da Casa Militar. Quando eles vão para a reserva, tendo exercido essas funções, agregam aos seus proventos de aposentadoria ou ao seu salário na reserva esses 20% a mais. O projeto prevê a revogação desse benefício.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Em votação o Projeto de Lei n. 0011/2007, de procedência governamental.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, da mesma forma que falou o deputado João Henrique Blasi, quero esclarecer aos praças do estado inteiro e às corporações militares, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, que esse projeto não se refere à retirada de direito aos proventos da graduação, ao posto imediato na passagem para a reserva. Trata-se de suprimir a acumulatividade, de suprir a acumulação dos direitos na passagem pelo cargo de chefe da Casa Militar, chefe de Estado Maior e comandante-geral das instituições militares.

Só para esclarecer um pouco mais, gostaria de dizer que nós já tivemos oficiais superiores que, passando pelos três cargos, acumularam para cada um 20%. Então esse projeto trata desse item, desse aspecto, dessa gratificação, de não acumular esse direito, essa gratificação na passagem para a reserva. É apenas disso que ele trata, e digo isso até para que não se espalhe pelo estado o terrorismo de que se está retirando um direito de toda a instituição. Muito pelo contrário!

Para tentar deixar mais claro, vou dar um exemplo: eu sou coronel da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros e assumo, este ano, como chefe da Casa Militar do governo do estado. No ano que vem, saio da Casa Militar e passo a ser chefe do Estado Maior da Polícia Militar. E se no ano seguinte eu deixar de ser o chefe do Estado Maior e passar a ser o comandante-geral da Polícia Militar, daqui a dois anos eu vou para a reserva remunerada e levarei 60% sobre o vencimento! Porque já tenho os 20% que todos os coronéis têm direito, e esses 20% que todos os coronéis têm direito estão garantidos, deputada Odete de Jesus. O que está sendo suprimido é o acúmulo dessa gratificação para esses cargos, que daí poderia dar até 80%. Somados aqueles 20% que todos têm direito, mais 20%, mais 20% e mais 20%, dariam 80%.

Então, nós estamos de acordo porque achamos mesmo que é preciso que todos passem para a reserva remunerada com o mesmo direito. Os proventos relativos ao posto, à graduação imediata, estão garantidos para todos os militares na passagem para reserva no estado de Santa Catarina, e para todos os coronéis estão garantidos os 20%. O que se está suprimindo é que se acumule mais 20% para cada cargo, o que ocupar os três cargos acaba levando 80%, praticamente o dobro do vencimento para a reserva remunerada.

É só isso que está sendo discutido. Nós vamos votar favoráveis ao projeto e estamos aqui fazendo essa manifestação para que não haja nenhum terrorismo pelo estado a fora, fazendo com que muitos colegas, com tempo vencido, venham pedir a passagem para a reserva remunerada, porque nos últimos dias foram 400 que pediram a reserva remunerada na Polícia Militar apenas, justamente porque alguém, na nossa interpretação agindo de má-fé, distribuiu a idéia de que se eliminaria um direito historicamente garantido aos militares, que não têm outros direitos, como, por exemplo, o FGTS.

Assim, está garantida a passagem para a reserva remunerada com os proventos da graduação ou o posto superior a todos os militares estaduais. E aos coronéis, aqueles que chegaram ao último posto da instituição, estão garantidos os 20% que eles fazem jus exatamente por não haver um posto superior a esse. Eu queria apenas esclarecer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Em votação o Projeto de Lei n. 0011/2007.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - O partido Democrata vai votar favoravelmente. A partir de hoje nós já somos democratas.

Quero fazer um esclarecimento porque o deputado Sargento Amauri Soares levantou o assunto e é muito importante a sociedade de Santa Catarina saber disso. Por que se dá 20% aos coronéis? Alguém pode dizer: "Mais uma vez só dão 20% aos coronéis." É que o posto de coronel é o último e todos aqueles dos outros postos - policial, cabo, soldado, sargento, subtenente, que foi uma vitória aqui nossa com o deputado João Henrique Blasi -, quando forem para a inatividade, vão com um posto maior. Se for cabo, vai para sargento; se for sargento... E assim por diante. E não há cargo maior do que coronel, esse é o último, e por isso eles recebem 20%.

Outro esclarecimento que precisa ser feito é que a partir de agora aqueles que já têm, têm! É lógico que a lei não pode retroagir para prejudicar. Serão os daqui para frente; os daqui "pra trazmente", como dizia o personagem Odorico Paraguassu, estão garantidos; e os daqui "pra frente" é que não vão mais poder acumular gratificações de 20%. Por isso nós, os democratas, votamos favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Em votação o Projeto de Lei n. 0011/2007.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Odete de Jesus, do PRB.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, mediante as explicativas do brilhante líder do governo, deputado João Henrique Blasi, e do Sargento Amauri Soares, nosso colega parlamentar, eu não posso recuar e vou votar favorável.

Mas quero que fique registrado, sr. presidente, que os militares pertencem a uma classe que precisa ser valorizada, e a dos bombeiros também. Agora, é preciso que a classe dos professores não fique esquecida. Os professores, deputada Ana Paula Lima - e v.ex.a., que faz parte do alto clero da

Assembléia, da Mesa Diretora, pode nos ajudar, assim como os demais parlamentares -, quando se aposentam, também precisam de medicamentos, de uma vida mais saudável e de conforto, porque já plantaram muito. Então, não vamos esquecer disso!

E vamos convocar todos os parlamentares que integram o fórum permanente para discutir planos, cargos e salários do Magistério, ou seja, o Estatuto do Magistério. E vamos convidar a população do interior que trabalha no Magistério Público, e os aposentados, para comparecerem, porque também precisam ser contemplados.

Sr. presidente, o meu voto é favorável a esse projeto do Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - A deputada Odete de Jesus, do PRB, acaba de se manifestar com relação ao Projeto de Lei n. 0011/2007.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, o Partido Progressista, acreditando que é preciso cortar alguns penduricalhos que oneram o estado, como, por exemplo, governadores, ao assumir apenas oito meses, ganharem uma aposentadoria de R\$ 22,5 mil, nós votamos favoráveis porque acreditamos que essas pendengas acabam onerando muito o estado e comprometendo o orçamento. Por isso o nosso voto é favorável!

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado padre Pedro Baldissera.

O Sr. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - A bancada do Partido dos Trabalhadores também acha que é uma questão de justiça e vota favorável ao projeto.

O Sr. Deputado Sérgio Grando - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sérgio Grando.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GRANDO - O PPS encaminha favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Em votação o Projeto de Lei n. 0011/2007.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, às 16h37min, para a votação da redação final do Projeto de Lei n. 0354/2006 e do Projeto de Lei n. 0011/2007.

Está encerrada a presente sessão.

# ATA DA 003ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às dezesseis horas e trinta e sete minutos, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Sérgio Grando - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

### SUMÁRIO

#### ORDEM DO DIA

**DEPUTADO JANDIR BELLINI** (pela ordem) - Aborda indicação, de sua autoria, solicitando a viabilização de parceria com prefeituras para instalação de postos de saúde exclusivamente para idosos nos municípios sede das secretarias regionais e a contratação de um médico geriatra nos demais municípios do estado, esclarece que foi pedido que fosse mantido um médico geriatra nos postos de saúde para atendimento aos idosos.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** (pela ordem) - Comunica que nas indicações de sua autoria também está a assinatura do deputado Dagomar Carneiro.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (pela ordem) - Solicita autorização da bancada do PT para subscrever o requerimento de cumprimentos ao procurador-geral do estado.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (pela ordem) - Pede autorização para que a bancada do PP subscreva o requerimento da deputada Odete de Jesus e do deputado Antônio Aguiar, cumprimentando o desembargador José Trindade dos Santos no cargo de presidente do Tribunal Regional Eleitoral.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (pela ordem) - Comunica que seu requerimento também tem como autor o deputado Silvío Dreveck.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** (pela ordem) - Refere-se à moção da bancada do PP solicitando que o Fórum Parlamentar Catarinense interceda junto ao ministério da Agricultura para impedir que ocorra novo embargo de carne pela Rússia, pede que isso também seja uma bandeira da bancada federal.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** (pela ordem) - Reporta-se à moção da bancada do PP solicitando que o Fórum Parlamentar Catarinense interceda junto ao ministério da Agricultura para impedir que ocorra novo embargo de carne pela Rússia, comunica que foi encaminhado um requerimento convidando o secretário da Agricultura para vir ao Parlamento explicar que providências estão sendo tomadas pelo estado com relação ao embargo.

**DEPUTADO JANDIR BELLINI** (pela ordem) - Aborda moção da bancada do PP solicitando que o Fórum Parlamentar Catarinense interceda junto ao ministério da Agricultura para impedir que ocorra novo embargo de carne pela Rússia, pede que a Casa dê atenção merecida para que o problema seja resolvido.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** (pela ordem) - Solicita que seja reconsiderada a votação do requerimento do deputado Genésio Goulart convidando o ministro da Saúde para participar de reunião nas dependências do Hospital Nossa Senhora da Conceição, em Tubarão, para tratar de assuntos relacionados com a situação dos hospitais da região sul.

#### EXPLICAÇÃO PESSOAL

**DEPUTADO KENNEY NUNES** - Refere-se ao Decreto n. 076/2007, que restabelece a prática das máquinas caça-níqueis; diz que será verificada a denúncia de que uma pessoa pega carona num aviãozinho que faz um *tour* com algumas pessoas que talvez andem com o decreto assinado embaixo do braço.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (aparte) - Questiona se o passageiro do avião não é um alto funcionário do governo, com uma função muito respeitada no governo e pelo próprio governador.

**DEPUTADO SÉRGIO GRANDO** - Reporta-se a um editorial da *Folha de S.Paulo*, no qual o presidente Lula afirma que vai exigir data e hora para acabar com o apagão aéreo; aborda a instalação da CPI do Apagão.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** (aparte) - Salienta que se deve respeitar quando uma CPI for instalada.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** - Aborda o tornado que atingiu Tubarão; fala do acordo entre Casan e Prefeitura de Criciúma, que prevê renovação do contrato daquela empresa que, em contrapartida, fará a rede de coleta e o tratamento de esgoto da cidade; refere-se à instalação do fórum sobre o gerenciamento costeiro de Santa Catarina; manifesta-se sobre a presença do secretário da Fazenda na reunião conjunta das comissões de Justiça e Finanças.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Tece considerações sobre a situação caótica em que se encontra o sistema de reabilitação de jovens infratores do estado de Santa Catarina.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (aparte) - Lembra que há apenas um problema orçamentário e não de caixa.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** - Aborda o sistema prisional no país; refere-se à participação do secretário da Fazenda na reunião conjunta das comissões de Finanças e de Justiça; manifesta-se sobre a exportação da carne suína; fala do decreto dos bingos.

**DEPUTADO MARCOS VIEIRA** (aparte) - Cita algumas considerações suas feitas na reunião conjunta das comissões de Justiça e de Finanças com o secretário Sérgio Alves.

**DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO** (pela ordem) - Registra presença do vereador Celsinho, de Sombrio, e do suplente Joel.

**DEPUTADO EDSON PIRIQUITO** - Tece considerações sobre a visita da comissão de Turismo e Meio Ambiente ao Parque da Santur.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (aparte) - Esclarece que todas as distorções e inverdades ditas na Casa serão respondidas pelos deputados da Situação; sugere que o deputado Edson Piriquito envolva o Conselho de Desenvolvimento Regional na questão do Parque da Santur.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0354/2006.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de n. 0011/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram

Aprovada.

Esta Presidência, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0140/2007, de autoria do deputado Jandir Bellini...

O Sr. Deputado Jandir Bellini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jandir Bellini.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Sr. presidente, é apenas para fazer um esclarecimento: solicitamos que fosse mantido um médico geriatra nos postos de saúde para atendimento exclusivo às pessoas idosas, que já contribuíram muito para o nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Comunicamos, ainda, que serão encaminhadas as Indicações n.s: 00141/2007, 0142/2007 e 0143/2007, de autoria do deputado Renato Hinnig; 0144/2007, de autoria da deputada Odete de Jesus; 0145/2007, de autoria do deputado Rogério Mendonça; e 0146/2007, 0147/2007, 0148/2007 e 0149/2007, de autoria do deputado Serafim Venzon.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, essas quatro indicações que v.exa. acabou de citar têm a assinatura também do deputado Dagomar Carneiro. Portanto, gostaria apenas de reforçar que essas indicações também são dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Renato Hinnig, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de Cordilheira Alta, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sra. deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Promotor de Justiça Gercino Gomes Neto, cumprimentando-o pela nomeação no cargo de procurador-geral de Justiça para o biênio 2007-2009.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e aos presidentes das Câmaras municipais de Arbutú e Ipuçu, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e presidentes das Câmaras municipais de Campos Novos, Capivari de Baixo, Cordilheira Alta, Coronel Martins, Macieira, Morro Grande, Ponte Alta do Norte, Sangão, São Cristóvão do Sul e Vargem Bonita, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, eu sei que a matéria é vencida, mas quero solicitar autorização da bancada do PT para, em meu nome e em nome da nossa bancada, também subscrever o requerimento de cumprimentos ao novo procurador-geral do estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Consulto o deputado Pedro Baldissera.

(Pausa)

A liderança do PT concorda que a bancada do PP também subscreva este requerimento.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Tribunal de Justiça do estado e ao prefeito municipal de Jaborá, cumprimentando-os pela inauguração da Casa da Cidadania naquele município.

A Presidência defere de plano.

Requerimentos de autoria da deputada Odete de Jesus e do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao desembargador José Trindade dos Santos, cumprimentando-o pela nomeação no cargo de presidente do Tribunal Regional Eleitoral do estado.

Será também subscrito pela deputada Ana Paula Lima, com a concordância da deputada Odete de Jesus e do deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pedimos autorização para que a bancada do Partido Progressista também subscreva a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Consulto, então, as deputadas Odete de Jesus e Ana Paula Lima e o deputado Antônio Aguiar para saber se estão de acordo.

(Pausa)

Havendo a aquiescência de todos, a Presidência defere de plano o requerimento.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. Gilmar Francisco Schneider, cumprimentando-o pela posse no cargo de presidente da Associação Empresarial de Mafra.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - O requerimento n. 0195/2007 também tem como autor o deputado Sílvio Dreveck.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Exatamente, deputado Antônio Aguiar, o requerimento também tem como autor o deputado Sílvio Dreveck.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. José Gomes Temporão, ministro da Saúde, convidando-o para participar de reunião a ser realizada nas dependências do Hospital Nossa Senhora da Conceição, em Tubarão, para tratar de assuntos relacionados com a situação dos hospitais da região sul.

Esta Presidência defere de plano.

Moção de autoria da bancada do PP, a ser enviada ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando que esse fórum interceda junto ao ministério da Agricultura para impedir que novo embargo da carne pela Rússia venha a ocorrer.

Em discussão.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, O Partido Progressista gostaria de pedir ajuda ao deputado Jandir Bellini, que tem muito conhecimento dessa matéria do embargo da Rússia à carne suína, porque isso está trazendo muitas dificuldades para os suinocultores.

Srs. deputados, entendemos que a ação do governo do estado deve ser bem planejada para não chegar ao cúmulo de uma missão ter que sair daqui de Santa Catarina para tratar do assunto, sem pelo menos checar se no dia da chegada à Rússia será um feriado santo ou não. Isto é uma barbaridade, deputado Valmir Comin: uma delegação saiu do estado de Santa Catarina, deputado Dagomar Carneiro, para ir à Rússia tratar do embargo da carne suína, e quando chegaram lá era feriado nacional, um dia sagrado, e aí voltaram. E os nossos suinocultores continuam com uma perda diária por causa desse problema.

Por isso, a nossa bancada está solicitando ao presidente do fórum parlamentar que isso também possa ser uma bandeira da bancada federal.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente e srs. deputados, na mesma esteira, atendendo uma solicitação da nossa bancada, encaminhamos um requerimento, como vice-presidente da comissão da Agricultura, convidando o secretário da Agricultura, deputado Antônio Ceron, e demais autoridades responsáveis por esse assunto para vir a esta Casa dar uma explicação sobre quais as providências que o estado de Santa Catarina está tomando com referência ao embargo da Rússia na compra da carne suína.

Não temos uma definição, uma explicação do governo e por isso estamos convidando o secretário da Agricultura, Antônio Ceron, para vir a esta Casa, na comissão de Agricultura ou neste plenário, para dar as informações sobre as providências que o estado está tomando. A nossa produção catarinense continua embargada, os nossos independentes produtores de suínos continuam acumulando um prejuízo extraordinário e não estamos vendo nenhuma atitude do governo com referência a esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em discussão a moção de autoria da bancada do PP, pedindo que o Fórum Parlamentar Catarinense interceda junto ao ministério da Agricultura para impedir que novo embargo da carne pela Rússia venha a ocorrer.

O Sr. Deputado Jandir Bellini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jandir Bellini.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Sr. presidente, eu não poderia ficar isento de me manifestar porque é realmente preocupante essa situação. Há quase 40 anos o deputado Moacir Sopelsa fez parte desse processo, quando foi criada a Associação Catarinense de Criadores de Suínos. E através dessa associação, num trabalho elogiável de todos os produtores e da direção da ACCS, juntamente com a Embrapa, então Acaresc, buscou-se desenvolver o material genético, aumentou-se a produção e a agroindústria cresceu, cujo setor representa uma parcela muito grande da nossa economia. E corremos o sério risco de vermos esses 40 anos de trabalho sendo jogados fora, desempregando milhares e milhares de pessoas, e mais uma vez refletindo lá no nosso agricultor, lá no produtor de suínos.

Então, eu gostaria que esta Casa realmente desse a atenção merecida a essa moção para que nós possamos ver esse problema resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Houve uma votação anterior a esta moção, referente ao Requerimento n. 196, de autoria do deputado Genésio Goulart. Eu gostaria de pedir que fosse reconsiderada essa votação e que fosse ouvido o deputado autor. O referido requerimento solicita a vinda do ministro da Saúde para um debate na cidade de Tubarão sobre a questão dos hospitais. Porém, pelo Sistema Único de Saúde, os entes da federação se relacionam com o estado e com os municípios; assim, o ministério se relaciona com esses entes. Então, não cabe ao ministro vir discutir especificamente com um ou outro hospital uma ou outra política na área da saúde.

Não sei se é entendimento dos demais deputados, mas solicito que nós possamos reorganizar esse requerimento e solicitar a presença do secretário da Saúde e de um representante, quem sabe, do ministério da Saúde, que trata da relação com os hospitais.

Temos que reconsiderar porque poderemos estar caindo numa situação um pouco constrangedora, ao solicitar que um ministro do governo federal venha debater numa cidade assunto referente a hospitais, cuja relação deve se dar entre os entes da federação. As vezes, inclusive, o assunto pode nem ser da competência dele, mas da competência do estado ou do município; se for questão de média ou alta complexidade, é competência do estado; se for de saúde básica, é do município.

Conseqüentemente, ou o deputado melhora a matéria ou reconsidera um pouco o convite ao ministro, para que possamos encaminhar melhor essa solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - O requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart é um convite.

Consulto o autor, deputado Genésio Goulart, se reconsidera, então, atendendo ao pedido do deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Reconsidero sem problemas, mas fiz a minha parte, como presidente da comissão de Saúde, buscando oferecer uma qualidade de vida melhor para o nosso povo. Tive a iniciativa de fazer esse requerimento no sentido de convidar o ministro, mas pode ser em Florianópolis. O nosso requerimento foi no sentido de que o ministro viesse a Tubarão, no Hospital Nossa Senhora da Conceição, para que pudéssemos apresentar a s.exa. as dificuldades do nosso estado. Essa foi a minha iniciativa, mas se os companheiros tiverem outra alternativa ou outra sugestão, não haverá problema. Estamos aqui para somar, mas tivemos essa iniciativa de fazer o convite a fim de que ele viesse ao nosso estado para nós lhe passarmos realmente as dificuldades que temos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - V.Exa., então, retira o requerimento e fará outro com um novo formato, endereçando-o ao secretário da Saúde?

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Concordo em fazer, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Está retirado o requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart.

Moção de autoria do deputado Renato Hinnig, a ser enviada às empresas Brasil Telecom, Vivo Celular, Claro Celular, GVT e Tim Celular, solicitando a instalação de torre de comunicação de telefonia móvel e de telefones públicos nas comunidades não contempladas no município de Angelina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Julio Garcia, a ser enviada à empresa Brasil Telecom, solicitando a instalação de rede telefônica que possibilite o atendimento das comunidades de Ribeirão do Imaruí, Ponta Grossa, Recanto das Flores, Fazenda Rio das Garças, Costa de Baixo, Aratingaúba e Forquilha do Aratingaúba, no município de Imaruí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviada ao ministro das Comunicações, ao presidente dos Correios e ao diretor regional dos Correios em Santa Catarina, solicitando a instalação de uma agência dos Correios no município de Santa Terezinha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Silvio Dreveck, a ser enviada ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando que interceda junto ao governo federal visando a realização de melhorias nas BRs-116 e 280, que passam pelas cidades de Rio Negrinho, Mafra e Porto União.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do deputado Silvio Dreveck, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da Educação, solicitando informações sobre a construção da Escola Básica Argemiro Gonçalves, do município de Campo Alegre.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Finda a matéria da pauta da Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e público presente que nos assiste pela TVAL, não quero polemizar sobre o que o nobre deputado Darci de Matos falou há pouco, logo depois da minha fala nesta tribuna, com relação ao Decreto n. 076/2007, que foi colocado em prática neste estado, restabelecendo a prática das máquinas caça-níqueis em Santa Catarina.

O deputado Darci de Matos falou sobre a questão social relacionada a essas máquinas, dos empregos e de todo o processo que envolve esse tipo de jogatina, que são as máquinas caça-níqueis. Não vim aqui, deputado Décio Góes, querer discutir o conceito, se isso é bom ou ruim, porque se fomos entrar na área do conceito, pela empregabilidade que uma ação comercial possa ter, poderemos correr o risco de comparar outras empregabilidades informais que existem, como, por exemplo, o tráfico de drogas. Daqui a pouco vai ter gente querendo defender o tráfico de drogas, pela empregabilidade que existe nos avioezinhos.

Então, segundo o meu conceito, particularmente, de fé religiosa (e quero crer que estou acompanhado de outros parlamentares nesse mesmo conceito), sou contra o jogo. A minha e todas as Bíblias (o nobre deputado Padre Pedro Baldissera pode me ajudar nesta questão) dizem que o homem não deve gastar naquilo que não é pão.

Para mim, o jogo entra num processo errado, deputado Marcos Vieira, quando a pessoa coloca no jogo todo o seu futuro e passa a pensar que, a partir do momento que ganhar numa loteria, ou que conseguir fazer os pontos, ou que conseguir jogar na máquina e sair os níqueis, vai resolver todos os seus problemas. Aí a força mental dessa pessoa acaba indo para esse caminho e não mais para o da produção, do trabalho para promover ou planejar o futuro.

Então, não vou discutir, nesta Casa, o conceito do jogo, deputado Elizeu Mattos. Não quero discutir aqui, pois não é o momento, sobre a empregabilidade que isso pode dar, pois daqui a pouco poderemos dizer que tráfico de drogas é bom para o país porque emprega muita gente.

Eu estou falando acerca do Decreto n. 76 que, sem dúvida, o governador do estado Luiz Henrique da Silveira, deputado Pedro Uczai, passou por cima, contrariando o art. 22 da Constituição Federal, afrontando a decisão do Supremo Tribunal Federal, que julgou inconstitucional a Lei n. 11.348, de 17 de janeiro de 2000, aprovada nesta Casa, que dispõe sobre os serviços de loterias e jogos de bingos. Simplesmente o governador não quer saber o que diz o Supremo Tribunal Federal e a Constituição Federal, que julgou inconstitucional a lei aprovada por esta Casa tão defendida pelo então deputado Nelson Goetten.

Mas daí jogar tudo fora, deixar de lado a Constituição, deputado Pedro Uczai?! E ele jurou, nesta tribuna, que iria cumprir a Constituição Federal e a nossa Constituição Estadual. Eu acho que naquele dia eles apagaram o art. 22 da Constituição Federal, porque agora, num canetaço, num ato de chavismo, decreta-se que em Santa Catarina é legal a máquina de caça-níquel.

É claro que os empresários têm interesse nisso, pois têm um lucro, um percentual muito grande devido à desgraça de pais de famílias que, a invés de levarem o pão para casa, para os seus filhos comerem, depositam todo o dinheiro na máquina de caça-níquel, além de não ficarem em casa com a sua família!

Deputados Joares Ponticelli e Valmir Comin, eu quero dar uma voltinha no aeroporto de Florianópolis não para ver os aviões que muitas vezes, pelo apagão aéreo, acabam atrasando, mas para ver uma pessoa que, disseram hoje, pode estar torcendo para que esse decreto seja assinado a fim de que essa jogatina seja legalizada no estado, e que anda com um avioezinho para cima e para baixo. E eu vou dar uma olhada! Mas não é avião do governo do estado, esse é legal. É uma carona! E pelos dados que nos passaram, a lotação vai completa! Nós vamos ver isso!

Então, eu quero dizer, mais uma vez, o seguinte: não estou aqui discutindo conceito, se é bom ou não o jogo das máquinas de caça-níqueis. Não quero discutir isso. Eu só quero dizer que o decreto do governo do estado é um absurdo, uma afronta à Constituição Federal, uma afronta à decisão do Supremo Tribunal Federal, que julgou inconstitucional a lei aprovada por esta Casa, que queria legalizar os jogos e jogatinas neste estado!

Ou respeitamos a Constituição Federal e as decisões do Supremo Tribunal Federal, ou vamos rasgar a Constituição Federal! Vamos extinguir esses itens que falam aqui. Isto é ético! Isto é moral! E o governo, agindo desta forma, está sendo antiético e imoral! É imoralidade querer liberar as máquinas caça-níqueis no estado, máquinas essas que têm destruído muitas vidas aqui.

Nós vamos, deputado Joares Ponticelli, verificar esta denúncia que chegou para nós, hoje; vamos dar uma olhadinha para ver quem embarca; vamos ver também o prefixo desse avioezinho que faz um *tour* por aí com algumas pessoas que talvez andem com o decreto assinado embaixo do braço.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Eu acho que v.exa. acabou de espantar o avião e o seu usuário ilustre. V.Exa. não detalhou ainda. Será que o passageiro ilustre desse avião seria aquele alto funcionário do governo, com uma função muito respeitada no governo e pelo próprio governador? Aquele que estaria levantando o dossiê do ex-ministro Dejanir Dalpasqualle? Será que é aquele da guerra de bugio, deputado Kennedy Nunes? Fiquei intrigado agora!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. deputado, vamos ver se o aviãozinho voa ou não, ou de repente nós acertamos nele voando.

Mas eu espero que a Procuradoria do estado, através do Ministério Público, faça as averiguações contidas nesse documento entregue, ontem, deputado Valmir Comin, pela nossa bancada. Aqui talvez esteja o elo de todo esse processo.

Por isso, mais uma vez, trago essa questão aqui, e quero crer que o procurador Pedro Steil fará o que nos prometeu: levará pessoalmente, nas mãos do procurador-geral da República, uma Adin contra esse famigerado decreto que joga no lixo a Constituição Federal e a decisão do Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sérgio Grandó, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GRANDÓ - Sra. presidente e companheiros deputados, é uma tradição da imprensa, de um jornal, especificamente, que interessa a todo o país, fazer, em momentos nacionais, o seu editorial.

Nós acompanhamos, pela primeira vez, quando saiu, no editorial da *Folha de S. Paulo*, a campanha das Diretas Já. E daí para frente houve vários editoriais, desde o Mensalão, de todos os fatos pelos quais a opinião pública nacional exige uma tomada de posicionamento. E hoje foi abordado, no editorial da *Folha de S. Paulo*, especificamente, um assunto de maior interesse nacional. O presidente Lula, pela primeira vez, depois de certo tempo, afirma que vai exigir data e hora para acabar com o apagão aéreo.

Portanto, esperamos que isso seja concretizado. Ao mesmo tempo, é bom que leiam esse editorial para que todos não levem isso para uma discussão partidária, e sim para uma realidade nacional que estamos vivendo, a qual coloca em risco, inclusive, partes daquilo que compõem, que é muito importante, a democracia neste país.

(Passa a ler.)

"Aviões desgovernados

Lula confessa que seu governo não possui diagnóstico sobre causas da crise aérea, que desse modo só pode piorar"

Escutem bem o que o Lula fala.

"Exigi deles um diagnóstico preciso, porque um bom médico só pode acertar o remédio que vai dar para o seu paciente se ele souber qual é a doença do paciente", afirmou ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a respeito da crise aérea. Em seguida, arrematou: "Eu quero prazo, dia e hora para a gente anunciar ao Brasil que não vai ter mais problemas nos aeroportos brasileiros".

Nós estamos trazendo este assunto para a Assembléia Legislativa porque o nosso aeroporto Hercílio Luz está sofrendo também as conseqüências desse apagão aéreo.

(Continua lendo.)

"As enérgicas declarações presidenciais não mereceriam senão elogios se fossem inéditas e o tumulto aeroviário tivesse começado ontem. Não é o caso. Os transtornos remontam a outubro do ano passado, e Lula já exigiu uma solução para o problema pelo menos em duas ocasiões (6/12 e 21/12). Em outras tantas sugeriu que a série de desdidas se aproximava do fim.

É para ser recebida com espanto, pois, a confissão de que o governo ainda não conta nem mesmo com um diagnóstico para a crise. E, conforme a observação acacia do presidente, sem saber qual é a doença não é possível acertar o remédio. De vez que não é razoável esperar que as dificuldades se resolvam sozinhas, pode-se concluir que os prometidos 'prazo, dia e hora' para anunciar o fim dos problemas aeroportuários não passam de mais uma balela."

Por isso peço a transcrição, nos anais desta Casa, deste editorial da *Folha de S. Paulo*.

"A triste verdade sobre essa crise - provocada por muitos fatores entre os quais se destaca a inoperância governamental - é que sua solução está bem além do horizonte observável.

Ao longo dos últimos quatro anos, o total de passageiros transportados cresceu 43,5%. E, nesse período, apesar dos alertas de técnicos, as verbas que deveriam ser destinadas à segurança dos vãos (fundos aeronáutico e aeroviário) sofreram contingenciamentos crescentes. Mesmo agora, com a balbúrdia já instalada, o governo ainda não conseguiu executar nem mesmo 2% das verbas previstas para o setor em 2007, como mostrou a edição de ontem do jornal 'Valor'."

[...]

Para resumir, srs. deputados:

"Cada ocorrência, mesmo que isolada, via-se magnificada pelo formidável efeito cascata, ele próprio uma conseqüência dos gargalos na infraestrutura.

A confusão tornou-se a regra e, sob essas condições, cada um dos diversos atores da atrapalhada aeronáutica aproveita para tentar passar o seu recado. As falhas no sistema assim se escancaram. Não se pode nem mesmo excluir a hipótese de que determinados grupos se valham da confusão generalizada para empurrar erros para terceiros.

A operação-padrão dos policiais federais, em greve a partir de hoje, deverá ampliar a desordem. A indolência do governo Lula é mesmo espantosa: não pode nem anunciar que a crise tenha chegado ao fundo do poço." [sic]

Notem, deputados, que tivemos greve branca deflagrada depois do acidente com o boing da Gol, tivemos greve de controladores e uma sucessão de colapsos, tais como panes de rádio e radar, *overbook*, intempéries, nevoeiro e até animais na pista. Todos esses fatores foram uma causa para explicar o apagão aéreo. Sem contar que são importantes a política, o direito e a garantia de quem lutou sempre pela democracia.

O nosso partido se colocou à esquerda da história e por isso tem que ter coerência e permitir que as minorias - e temos que ser coerentes inclusive no Legislativo, e eu assim defendo -, peçam a investigação, através de uma CPI. Nós não podemos ter a ditadura da maioria. A história já nos ensinou isso.

A democracia não basta somente ter a maioria e fazer o que quiser. Há direitos perenes e assegurados da humanidade, os quais são estendidos à minoria para que, quando discordar e houver algum fato agravado, possa inserir na sua proposta e no seu trabalho uma CPI, como aqui poderiam exigir uma CPI, caso sendo minoria, e não serem atropelados pela nossa maioria.

Se ontem se defendiam de uma forma, não foi porque estavam em um partido político que tinha aquele posicionamento. São valores perenes das democracias que, mesmo estando no poder, têm que continuar defendendo. É lógico que nenhum governo quer ter CPI, pois é ruim para todos que estão no governo, mas faz parte da construção de uma visão transparente e democrática, pelos fatos que ocorrem.

A juventude do PPS teve a coragem e está coletando no país - e elogio o meu partido por este posicionamento - assinaturas em todos os aeroportos, para que realmente seja instalada a CPI do Apagão, que foi negada pela maioria em plenário.

Por que nós podemos falar disso? Porque nós fizemos política correndo risco de vida. Quantos companheiros do antigo PCB, que completou, no dia 25 de março, 85 anos de luta, correram risco de vida! Então, nós, que corremos risco de vida lutando pela democracia, podemos exigir, hoje, sim, que haja a CPI. E haverá, se Deus quiser, através da Justiça, do Supremo Tribunal Federal, a decisão de que a minoria pode instalá-la.

Nós sabemos o quanto é importante que mantenhamos e fortaleçamos este governo para a construção da democracia, e a CPI tem o objetivo de ajudar o próprio governo Lula para que possa ter o diagnóstico, chegar ao fundo do poço e encontrar a verdadeira solução.

Isto é fazer oposição como partido de esquerda, como um partido preocupado com a democracia. E, se Deus quiser, nós iremos encontrar essas soluções da forma mais democrática, e das quais todos os partidos possam participar. Então, nós estamos numa campanha, em todos os aeroportos, colhendo assinaturas para que, democraticamente, possamos encontrar a melhor solução.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GRANDÓ - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Sérgio Grandó, eu concordo com v.exa. em todos os sentidos. Temos que respeitar quando uma CPI é instalada, pois quando se forma uma CPI, é para buscar alguma solução ou descobrir alguma coisa. E quantas CPIs foram abortadas nesta Casa? E CPIs de suma importância, que estavam alertando a comunidade catarinense, mas não houve possibilidade de prosseguirem em suas tratativas.

V.Exa. tem toda razão. A CPI é uma coisa séria. Se o ladrão está dentro da minha casa, eu não deixo ninguém entrar. Agora, se ele não está, eu deixo todo mundo entrar. É aquela história!

Enfim, a CPI é importante e por isso v.exa. tem razão.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GRANDÓ - Realmente, nós estamos vivendo outros momentos, como a própria decisão do TSE, hoje, de que os mandatos pertencem aos partidos políticos. A democracia só se fortalece com os partidos sendo fortes e tendo coerência.

Da mesma forma, tenho certeza de que o Tribunal Superior dará ganho de causa e esse será um outro exemplo para regularizar, em todo o país, o direito da minoria de se expressar e exigir aquilo que é perene na construção de uma democracia e na transparência da Casa que representa o povo, que é a Câmara, a Assembléia...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Décio Góes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sra. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital e público aqui presente, inicialmente, gostaria de solidarizar-me com os moradores de Tubarão, porque no último final de semana completou 33 anos uma das maiores tragédias acontecidas no sul do estado, a enchente de 1974, que deixou na cidade um saldo de 199 mortes e grandes prejuízos naquele município. Isso causou um trauma muito grande na população que, infelizmente, nesse final de semana, sofreu com a passagem de um tornado que arrancou mais de 100 árvores, destelhou casas e provocou inundações, dando um grande susto naquela população já traumatizada.

Fica aqui a minha solidariedade ao povo de Tubarão pelo ocorrido nesse último final de semana.

Quero aproveitar para parabenizar, aqui desta tribuna, a Casan e a Prefeitura Municipal de Criciúma pelo acordo selado que prevê a renovação do contrato daquela empresa, com uma contrapartida forte: fazer um investimento que a cidade precisa e espera há 35 anos, ou seja, a rede de coleta e o tratamento do esgoto da cidade.

É impossível, no mundo de hoje, com os problemas ambientais que estamos vivenciando, com o tamanho e com a importância da cidade, termos apenas 2% do esgoto tratados. A Casan deve, há 35 anos, esse investimento para a cidade de Criciúma. Foi muito importante a sensibilidade do presidente Walmor De Luca e quero parabenizá-lo, assim como também o gestor municipal, a Câmara de Vereadores, a sociedade civil, enfim, todos que participaram desse acordo.

É importante ressaltar que, no meio da reforma administrativa do governo do estado, que anuncia querer alienar, vender, desfazer-se da Casan, essa decisão de Criciúma é importante porque mostra a importância de uma empresa de saneamento no estado de Santa Catarina. Também mostra a necessidade de ter uma estrutura e a responsabilidade do governo do estado para enfrentar esse problema e superar essa vergonha, que é o nosso estado ser o segundo pior do país na área de saneamento. Portanto, o contrato de Criciúma oferece novas perspectivas e novas esperanças de que o governo retire da reforma administrativa a privatização da Casan.

Quero também solicitar ao gestor de Criciúma que retire a ação que impetrou na Justiça no sentido de considerar nula a Emenda n. 09/2003, da Lei Orgânica de Criciúma, que proíbe a privatização do sistema de água e esgoto na cidade. Com essa renovação, ele não precisa mais se preocupar em acabar com essa emenda, porque não haverá necessidade de privatizar o sistema de água e esgoto de Criciúma.

Gostaria, também, de convidá-los para participar, amanhã, dia 29, às 15h, da instalação do fórum sobre o gerenciamento costeiro de Santa Catarina, sendo que um dos painéis será sobre a ocupação da zona costeira, que está em conflito com a Resolução n. 303/2002 do Conama. Portanto, será discutida essa questão que já está sendo debatida no sul do estado, do município de Içará até Passo de Torres. É importante a participação das comunidades para que possamos colocar como prioridade a questão da preservação ambiental na nossa orla, mas que alguns casos que precedem a resolução possam ser negociados e possa haver um acordo para que o sul do estado, neste caso, suplante essas questões que a resolução trouxe.

(Passa a ler.)

"Também quero agradecer, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, a presença do secretário do estado da Fazenda, Sérgio Rodrigues Alves, na reunião conjunta, nesta manhã, das comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça, atendendo à solicitação da bancada do PT. Ele nos tranquilizou em relação à folha de pagamento e disse-nos que as finanças do estado estão tranquilas, estão bem. E que quanto à questão do rombo de R\$ 1 bilhão, é apenas um problema orçamentário, não de caixa e, assim sendo, dá para trazer o orçamento a esta Casa para que se possa regularizar a situação.

Ao ser questionado sobre a situação financeira do estado, o secretário deixou claro que ela é tranquila. Se é assim, por que tantas obras paradas por todo o estado? Por que o atraso nos salários dos ACTs? Por que tantos fornecedores apreensivos e qual o fundamento das manifestações da OAB, pela falta de pagamento dos advogados dativos? Se a situação é assim tão tranquila, a venda de ativos segue essa lógica? O não-pagamento das autarquias sugeridas pelo art. 173 é problema político, não financeiro?"

Então, parece-me que esses atrasos são uma opção política do governo. É opção política atrasar as escolas, as estradas nas comunidades que nós vemos reclamando e sofrendo.

Há um artigo do jornalista Adelar Lessa, de hoje, que diz:

(Continua lendo.)

"Olho no olho!

Só aumenta na região a relação de obras do Estado que foram paralisadas, ou nem iniciaram, apesar de licitação feita e, em muitos casos, até ordem de serviço entregue. Ontem à noite, moradores de Primeira Linha cobraram explicações do secretário de Obras de Criciúma e o representante da empreiteira responsável pelo trecho do anel viário na rodovia, Alexandre Beloli. A obra parou logo depois da eleição. Tem muitos moradores que não conseguem mais chegar em casa."[sic]

No estado inteiro pipoca esse tipo de notícia e nós não conseguimos uma resposta clara do governo. Fizemos um conjunto de perguntas ao governo para saber o impacto financeiro na reforma administrativa e o secretário de finanças não sabe qual é o impacto financeiro desta reforma. Talvez por isso não respondam os questionamentos que temos feito. No lugar de uma economia de R\$ 1 milhão, como estão dizendo, essa reforma aumentará os gastos do estado em mais de R\$ 2,2 milhões por mês.

A vinda do secretário comprovou a nossa tese: essa é mais do que uma reforma administrativa, é uma reforma política. Nessa mesma hora pedimos a vinda do secretário da Coordenação e Articulação, Ivo Carminati, e do secretário da Administração. E eu peço que o deputado Jorginho Mello...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha através da TVAL e ouvintes da Rádio Digital, gostaria até que mais parlamentares estivessem presentes para debatermos sobre o assunto que vou falar hoje e que diz respeito aos adolescentes infratores do estado de Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"Quero chamar a atenção do governo do estado, dos parlamentares aqui da base governista para a situação caótica, sr. presidente, em que se encontra o sistema de reabilitação de jovens infratores do estado de Santa Catarina.

Vejam, o Centro Educacional São Lucas, situado aqui na Grande Florianópolis, já registrou duas fugas de grupos de adolescentes infratores, para lá encaminhados, em apenas dois dias. Dois dias, duas fugas de adolescentes que estavam lá para ser reabilitados.

Como bem disse o jornal *Diário Catarinense*, na coluna Opinião do dia de hoje, 'Chamar de Centro Educacional o São Lucas é uma piada', deputado Elizeu Mattos! Diz ainda o texto: 'Lá se educa mais para o crime do que se tenta recuperar para a vida produtiva'."

Essas não são palavras minhas nem da bancada do Partido dos Trabalhadores; essa é uma opinião do DC de hoje, com o título 'Disciplina'. Nós estamos acompanhando, pelos meios de comunicação o que está acontecendo no São Lucas.

(Continua lendo.)

"O jornal está certo e chama a atenção dos srs. deputados e das sras. deputadas para o agravamento ainda maior dessa situação. O estado está, aos poucos, sucateando todo tipo de programa de reeducação e reintegração desses jovens. Na contramão da história, srs. deputados, os centros de reeducação, que funcionavam como exemplo de trabalho social, foram fechados."

Cito aqui um exemplo bem claro na minha cidade, Blumenau. Lá existia o Centro de Internação Provisória - CIP -, só que ele foi fechado no ano de 2005. Ele foi fechado e já foi uma referência, deputado Sargento Soares! Mesmo já tendo sido reconhecido pela Unesco como um exemplo de trabalho de reintegração social, teve suas portas fechadas no ano passado, no município de Blumenau.

Ele está desativado para reformas, e durante esse tempo todo onde estão sendo colocados os nossos adolescentes? Estão sendo encaminhados para outros centros, como, por exemplo, para o São Lucas. E lá no São Lucas está uma situação caótica, como bem dizem os jornais do nosso estado - e não só os jornais, mas a televisão também.

Pior ainda: falando com outros deputados, no dia de hoje eu soube, através do deputado Jandir Bellini, que na cidade de Itajaí o Centro de Internação Provisória não é mais propriedade do estado de Santa Catarina, do governo do estado, que é quem tem que exercer esse tipo de função. Ele está sendo transferido para organizações não-governamentais. E quando transferem para uma organização não governamental, ela não tem o cuidado, por exemplo, que o estado tem, como profissionais adequados para recuperar esses adolescentes e colocá-los novamente no mercado de trabalho.

Aí vem a seguinte questão: a redução da idade penal. Sou praticamente contra e vou fazer um debate nesta Casa no próximo dia 18 de abril, para discutir esse tema tão polêmico, deputado Décio Góes. E nós temos que nos posicionar, não emotivamente, mas com muita clareza.

Se hoje os Centros de Internação Provisória, que são de responsabilidade do governo do estado, estão do jeito que estão, e se os presídios estão do jeito que estão, imaginem se nós reduzirmos a idade penal dos

nossos adolescentes! Como vamos recuperá-los, se o estado não tem nem condições de recuperar o adulto com mais de 21 anos de idade? As nossas penitenciárias estão superlotadas, as nossas delegacias, a exemplo da de Palhoça, muito próxima da capital do estado, estão um caos! Em vários municípios, as delegacias estão cheias de pessoas que cometeram algum ato infracionário.

O Centro de Internação Provisória é um centro de recuperação de adolescente infrator que cometeu algum delito e por isso ele precisa ser trabalhado. Infelizmente, no Centro São Lucas, aqui em Florianópolis, já aconteceram duas fugas em menos de dois dias. Este centro era para estar recuperando, mas, infelizmente, está destruindo esse adolescente que não teve, de repente, as oportunidades necessárias.

Então, faço aqui um apelo aos srs. parlamentares para que verifiquem isso. Como houve a descentralização das secretarias de Desenvolvimento Regional, deputado Elizeu Mattos, verifiquem esses casos que estão acontecendo. Em Blumenau, as portas estão fechadas e lá temos uma secretaria de Desenvolvimento Regional. E esse assunto foi debatido, por muito tempo, na Câmara de Vereadores. Eu me posicionei contra o estado repassar essa função para uma organização não governamental. E dessa forma estão, Blumenau, Itajaí, Lages, Rio do Sul... O estado está tirando uma obrigação que seria sua e repassando para a sociedade civil organizada gerenciando um assunto de tamanha importância, que é a nossa juventude.

Infelizmente, é lamentável estarmos recebendo severas e reais críticas da imprensa estadual sobre esse assunto do Centro de Recuperação São Lucas. Peço a esta Casa e aos srs. parlamentares, principalmente da base de apoio ao governo, que verifiquem em todos os municípios onde há Centros de Internação Provisória para os adolescentes e vejam como está a situação, porque na minha cidade, Blumenau, infelizmente há um ano ele está de portas fechadas. Nós não temos mais esse centro, que antes era uma referência para o Brasil e para a Unesco. Agora ele está fechado.

Lá, sim, quando trabalhávamos com os adolescentes infratores, era trabalhada toda a parte educacional, juntamente com a família. O adolescente era colocado novamente no mercado de trabalho e também na escola, recuperando-o para que não cometesse mais delitos. Mas há um ano esse centro está fechado para reformas. Há um ano um centro de educação fechado para reformas? Depois, quando nós viemos aqui falar alguma coisa contra o governo, ele diz que não é verdade, que está fazendo maravilhas pelo estado. Mas ele não está fazendo maravilhas, senhores!

Na semana que vem vamos votar a terceira reforma administrativa, e alguns órgãos que são imprescindíveis para o desenvolvimento da sociedade estão de portas fechadas. Por isso é que às vezes venho para este microfone, srs. parlamentares, para comentar a minha indignação sobre o que está acontecendo. Estou sempre na base, falando com a população, ouvindo as suas reclamações, a imprensa do estado também está reclamando, e parece que o governo está de olhos fechados ou não quer enxergar o que a população está clamando.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. nos concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Nobre deputada, é apenas para lembrar que mesmo assim o governo vem a esta Assembléia e diz que a situação é um problema orçamentário e não de caixa. Nós não conseguimos entender como é que um governo tão descentralizando, andando tanto pelo estado, não consegue enxergar essas questões que levantamos aqui nesta Casa!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. deputado, estou recebendo, no meu gabinete - e acho que os srs. parlamentares também estão -, várias denúncias, inclusive dos conselhos tutelares de diversos municípios do estado de Santa Catarina. Os conselhos tutelares fazem todo um trabalho de verificação da demanda na área da criança e do adolescente, e eles estão, inúmeras vezes, reclamando sobre a situação, principalmente da reabilitação dos nossos adolescentes.

Ficou marcada para o dia 10 de maio, nesta Casa, uma audiência para verificarmos, *in loco*, e encaminhar essa questão - porque esta Casa também tem esse papel de encaminhar - para que o governo do estado resolva, de uma vez por todas, a situação caótica do sistema de reabilitação dos jovens infratores do estado de Santa Catarina.

Se o estado não conseguir atender a essa demanda da nossa criança e de recuperação dos nossos jovens infratores, quero dizer uma coisa a v.exas.: vão ser poucas as penitenciárias que serão construídas neste estado. Vamos ter de construir cada vez mais e mais, se o governo do estado de Santa Catarina não tiver essa missão de recuperá-las, evitando que as nossas crianças e os nossos adolescentes não cometam mais atos de infração.

Era isto o que eu tinha a relatar, sr. presidente!

Muito obrigada!  
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, vou aproveitar para fazer algumas considerações sobre a fala recente da deputada Ana Paula Lima aqui nesta tribuna.

O sistema prisional, hoje, do país é falho. O problema do sistema não é Santa Catarina, e sim Brasil. Deputado Sargento Amauri Soares, eu conheço o sistema e sei que com ele não vamos recuperar o jovem nem tão pouco o presidiário, deputado Sérgio Grando. Enquanto se fizer política de segurança pública de Brasília, de cima para baixo, querendo fazer com que o problema do nordeste e do Rio de Janeiro seja tratado igual ao de Santa Catarina, nós não vamos ter segurança pública nem recuperação dos apenados, nem do menor nem do maior, aqui no nosso estado nem em nenhum outro lugar do Brasil.

Todo sistema necessita de recursos. O Ceri, em Lages, teria de ter grandes oficinas para os adolescentes trabalharem e aprenderem uma profissão, mas para isso necessita de recursos.

Deputado Sérgio Grando, tentamos fazer, numa parceria com os fóruns, com que os apenados ficassem nos próprios municípios, perto da família. Isso foi feito pela secretaria regional, em Lages, e estamos conseguindo ter uma recuperação muito maior dos apenados. Mas isso depende de recursos.

Eu acho que a solução da segurança pública é a descentralização total de cada estado, para que cada um possa cuidar da sua segurança. Enquanto Brasília disser que entende de segurança e mandar na segurança, nós não vamos ter segurança nos estados nem em lugar nenhum. Porque tenho certeza de que lá na serra catarinense há um tipo de segurança diferente daquela que há aqui no litoral. Agora, não podemos fazer segurança aqui na nossa região igual a de Brasília e a do Rio de Janeiro.

Deputada Ana Paula Lima, a sua preocupação sobre esse assunto é também a preocupação de todos. Se não tivermos um meio diferente de tratar essa questão do apenado, daqui a pouco vamos ter um país cheio de cadeias e de prisões, porque não vai mais haver recuperação. Mas quero ressaltar que isso não é um problema único de Santa Catarina; é um problema, hoje, de todo o Brasil!

Mas eu quero aqui, deputado Marcos Vieira, ressaltar a participação, hoje, do secretário da Fazenda, Sérgio Alves, na reunião conjunta das comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça. Acompanhei a reunião, apesar de não ser membro da comissão. Nós ouvimos vários discursos. Há aqueles que vão lá e não querem ouvir aquele discurso bonito; para eles, quanto pior, melhor. Mas nós tivemos, hoje, deputado Edson Piriquito, uma aula de gestão pública. V.Exa., que foi secretário de Administração, deputado Marcos Vieira, sabe do que estou falando, pois entende de gestão pública. O governador Luiz Henrique sempre primou pela gestão pública para o estado ter credibilidade, e está fazendo, nada mais, nada menos, deputada Ana Paula Lima, do que gestão, ou seja, pagando o que deve para iniciar coisas novas. O estado tem a credibilidade, que foi recuperada, diga-se de passagem, no governo de Luiz Henrique da Silveira.

Eu lembro, deputado Marcos Vieira - e nós trabalhamos juntos, eu lá, como secretário de Desenvolvimento Regional, e v.exa. aqui, como secretário de estado -, que no início da nossa gestão, em Lages, não conseguíamos comprar um litro de gasolina, pois ninguém queria vender para o estado! Era uma dificuldade, nós não tínhamos como abastecer! Não conseguíamos comprar no mercado, no comércio de Lages! Mas hoje, se alguém vai a Lages e faz uma licitação, é uma guerra total, todos querem vender para o estado. Isso porque foi recuperada a confiança nele. E quando se recupera a confiança no estado e faz-se gestão, gasta-se menos. Se existisse desconfiança no estado, com certeza a compra dos tênis, que hoje serve de exemplo para o país, que foi feita por leilão, deputado Marcos Vieira, não teria sido feita num valor 50% menor do que no município de São Paulo.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pois não!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Deputado Elizeu Mattos, participei, hoje pela manhã, da reunião conjunta das três comissões, em que ouvimos o secretário Sérgio Alves. Naquela oportunidade, fiz algumas considerações e quero repeti-las aqui, se v.exa. me permitir.

Disse que o secretário se saiu brilhantemente na sua apresentação, esclarecendo de uma vez por todas a situação do estado, dizendo que não há déficit financeiro; o estado tem equilíbrio financeiro. O que existe é um problema de desequilíbrio orçamentário que tem que ser resolvido no transcorrer deste ano. E, aliás, isso ocorreu em dois ou três anos.

Fiz questão ainda de frisar que o governador Luiz Henrique da Silveira inicia o seu segundo mandato com as contas em dia, mas, sobretudo, também por ter colocado as contas do governo anterior, que ele pegou, em dia. Por exemplo, em janeiro de 2003, quando assumimos o governo, nós o pegamos o estado com cerca de R\$ 500 milhões de restos a pagar. Nós, quando assumimos o governo em janeiro de 2003, tínhamos uma parcela da dívida do estado para com a União atrasada, referente ao mês de dezembro de 2002. O governo do estado, para poder ter os recursos voluntários liberados, porque tinham sido bloqueados pelo governo federal, teve que, no mês de janeiro de 2003, pagar duas parcelas, a de dezembro, do governo anterior, no valor de R\$ 45 milhões, e mais a de R\$ 45 milhões do mês em curso na época, que era janeiro.

Então, o secretário fez uma brilhante exposição. Nós ainda fizemos referência que, no que diz respeito à secretaria da Educação, os investimentos foram muito mais além do que os permitidos constitucionalmente; e também no que diz respeito à Saúde, que ainda em 2002 constitucionalmente era obrigatório investir 8%, no nosso governo foram necessários 12%. Mas, acima de tudo, começa o segundo mandato com as contas em dia e resolvida a situação financeira.

Queremos crer que isso será uma página virada daqui por diante aqui na tribuna da Assembléia Legislativa!

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço o aparte de v.exa., deputado Marcos Vieira.

É bom ressaltarmos os índices de recursos para a Saúde, a Educação e a Segurança Pública, deputado Marcos Vieira, que também no governo Luiz Henrique da Silveira foi muito mais que no governo anterior! E os problemas existem porque ninguém vai conseguir resolver todos!

Quero aqui também dar uma breve resposta ao discurso do deputado Reno Caramori. Temos que começar a fazer justiça. Não podemos fazer uma injustiça aqui e dizer que o governador Luiz Henrique não está preocupado com a exportação de carne suína. Todos nós somos sabedores do esforço do governador, do esforço do ex-secretário Moacir Sopelsa e do esforço do atual secretário Antônio Ceron na busca de fazer a exportação da carne suína. E nós, por justiça, queremos falar a verdade. O governador tem-se esfoçado muito. Todos nós somos sabedores das incursões que o governador já fez ao exterior, ele já foi, inclusive, à Rússia para tentar resolver essa questão da exportação de carne suína.

Para encerrar, gostaria de falar do decreto dos bingos, que o deputado Kennedy Nunes citou aqui. Não vou discutir o mérito do bingo, não quero discutir isso. Se houve um decreto do governador - e gostaria que o deputado Kennedy Nunes estivesse aqui -, foi porque a Procuradoria-Geral do estado deu parecer dizendo que é legal o decreto do governador.

Se alguém tem dúvida do decreto do governador, que recorra à Justiça porque é interpretação. A Procuradoria-Geral do estado tem uma interpretação e se o deputado Kennedy Nunes tem outra interpretação, ele deve entrar na Justiça e o Tribunal vai dizer qual a interpretação que está certa. O governador, no decreto que tem o parecer da Procuradoria-Geral do estado, em momento algum quis passar por cima da Constituição Federal. Ele se baseou num parecer da Procuradoria do estado!

Pelo que o deputado Kennedy Nunes disse aqui, quem está em casa pode pensar: "O governador Luiz Henrique está rasgando a Constituição Federal". Não é assim! E aqueles que não concordam, que têm uma interpretação diferente, devem entrar na Justiça que ela vai dizer quem está certo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sra. presidente, gostaria de registrar aqui, com muito prazer, a presença do vereador do município de Sombrio, Celsinho, e do suplente de vereador Joel, que estão prestigiando a nossa sessão e visitando a Assembléia Legislativa.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sejam muito bem-vindos ao Parlamento catarinense.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Edson Piriquito, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sra. presidente, srs. deputados, comunidade que nos assiste através da TVAL e ouvintes da Rádio Digital, venho à tribuna, deputado Elizeu de Mattos, não para rebater as críticas que os deputados da Oposição fazem de forma sistemática. Eles ficam observando as ações do governo e depois vêm aqui apresentar o contraponto. Eu até entendo que é natural, senão eles não terão muito o que justificar e o que fazer aqui na Casa.

Eu quero comemorar hoje. Venho aqui para trazer a esta Casa uma notícia formidável que foi vivida no dia de ontem, lá no Parque da Santur, quando a comissão de Turismo e Meio Ambiente, em visita oficial, esteve no parque para conhecer a estrutura e as condições do zoológico, a riqueza da nossa fauna, flora e GEA de Santa Catarina, e também as dependências do parque.

Uma informação que nos preocupou muito, e fizemos aqui pronunciamentos sobre esse assunto por três ou quatro vezes, foi a da retirada daqueles animais do nosso zoológico. Fomos totalmente contrários, embora não tenhamos recebido essa informação de forma oficial, e sim apenas por comentários. Mas fomos a fundo e buscamos a verdadeira notícia, que realmente conferiu que o presidente da Santur, nosso companheiro Marcílio Ávila, tinha interesse de remover os animais de Balneário Camboriú, possivelmente levando-os para Pomerode.

É claro que faltou nós discutirmos, conversarmos antes de esse ato ser praticado, mas o que aconteceu com aquela visita... Porque nós provocamos a visita e também a presença do presidente da Santur, sr. Marcílio Ávila, para que comparecesse lá no dia 27 próximo passado, na terça-feira, e assim ele o

fez. Lá, onde é o fórum competente para discutir aquele assunto, contamos com a presença da comunidade de Balneário Camboriú, em número expressivo, e de autoridades municipais - a vereadora Iolanda Schultz, que é presidente da Câmara de Vereadores, os vereadores Orlando Angioletto, Claudir Maciel e Moacir Schmidt. Enfim, conseguimos congregar as nossas forças. Tivemos também a presença do nosso secretário regional, João Koeddermam, e do secretário da Saúde, Dado Cherem, sendo que todos se posicionaram de uma forma muito firme e forte na defesa da permanência do zoológico em Balneário Camboriú.

No princípio, o presidente Marcílio Ávila expôs a sua preocupação referente à permanência daquele zoológico, devido ao custo de manutenção. E nós, após ouvi-lo, também manifestamos a nossa opinião a respeito. E aquilo que foi entendido como despesa, nós entendemos como investimento, como necessário e como muito importante não somente para Balneário Camboriú e a região da Amfri, mas para todo o estado catarinense.

O Zoológico da Santur é formado por uma riqueza formidável de 2.300 animais. E lá muitas crianças da nossa rede pública, tanto estadual quanto municipal, e não somente de Balneário Camboriú, mas também de diversos municípios do nosso estado catarinense, já tiveram a oportunidade de visitar, de forma gratuita, aquele parque e receber a educação ambiental que lhes permite saber conviver com os animais e com as nossas plantas.

Acreditamos que demos um grande passo, que fomos vitoriosos e comemoramos, deputado Elizeu Matos, porque nós trabalhamos como agentes políticos para buscar os avanços, para conseguir fazer com que as nossas regiões, as nossas cidades, o nosso povo e a nossa gente cada vez tenham mais atenção do governo do estado. E agora, garantida pelo sr. Marcílio Ávila a permanência do zoológico lá nas dependências do complexo da Santur, do complexo Cyro Gevaerd, estamos ativando novamente a nossa intenção de buscar pela sua revitalização.

E não se trata somente da construção do centro de eventos e convenções, mas também da revitalização daquele zoológico, transformando-o no Parque da Fauna, Flora e GEA de Santa Catarina. Será uma obra tremenda, será mais um cartão postal para Santa Catarina, será referência no nosso estado, no nosso país e no mundo!

No momento em que estamos discutindo fortemente as questões ambientais, como aqui temos muitos deputados que travam essa bandeira - e cito também a forte presença do deputado Sérgio Grandó -, essa permanência do zoológico, a manutenção daquela riqueza da flora e fauna, vem engrandecer muito o nosso estado catarinense.

Assim estamos festejando, sim, porque além de manter e revitalizar, queremos trazer o zoológico, uma vez transformado no Parque da Fauna, Flora e GEA, para frente, pois lá ele será visível para as pessoas que passam, que trafegam na BR-101. Então, quando a pessoa passar, tanto no sentido norte, quanto no sentido sul, vindo pela BR-101, no sentido Itajaí-Florianópolis ou Florianópolis-Itajaí ou Florianópolis-Balneário Camboriú, poderá ver aquele grande parque da flora e fauna.

Também estamos agora incentivando que os nossos arquitetos sejam valorizados, uma vez que queremos incentivar o governo do estado e a própria Santur a lançarem um concurso para o projeto de construção da obra do centro de eventos e convenções.

Creio que vamos dar uma dinâmica nesse meio profissional, porque queremos valorizar a prata da casa, o profissional catarinense, o engenheiro, o arquiteto, dando-lhe a oportunidade de assinar a obra desse complexo. Ao invés de valorizarmos quem é de fora, vamos valorizar quem é daqui. Além disso, vamos economizar bastante, porque o concurso estipula o valor do preço do projeto.

Então, cremos que estamos aqui, de forma atenta, agindo como sentinelas, sim, mas como sentinelas do progresso e não como sentinelas que vêm aqui na tribuna só para apregoar o mau ou para lançar discórdia e disseminar o desentendimento. Não! Estamos como sentinelas do progresso, do desenvolvimento, do planejamento, da organização, da seriedade do trabalho que vai colocar Santa Catarina num patamar de excelência na questão turística.

Srs. deputados e sra. deputada, no Parque da Santur teremos um grande complexo turístico ambiental com a construção do centro de eventos e convenções, o nosso espaço de teatro, a construção da nossa escola ambiental e a revitalização do Parque da Santur. Sinto-me muito feliz, por dar esta contribuição, por ter participado deste momento e por ter tido o apoio

principalmente da comissão de Turismo e Meio Ambiente, a qual pertencem.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Pois não! Concedo o aparte ao nobilíssimo amigo.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Eu não vou ocupar a tribuna porque não temos mais tempo. Mas sobre as respostas, eu sei que algumas inverdades, algumas distorções, vamos ter que responder, porque as pessoas que estão em casa - e não me refiro a fala de v.exa., porque sobre ela eu fiz simplesmente uma consideração sobre o sistema prisional - recebem algumas informações distorcidas. Até a minha filha, quando assiste, pergunta: "Que estado é este"? Acho que algumas coisas vão ficar sem resposta, mas todas as distorções e inverdades ditas aqui estarão sendo respondidas por nós, deputados.

Mas quero dizer que o governo descentralizado de Luiz Henrique da Silveira escuta as comunidades. Essa é a prática do governador. Talvez ele tenha ido várias vezes a Lages pensando em fazer uma obra que achava mais importante, mas, chegando lá, a comunidade pediu outra e ele cedeu. O mais importante é que ele cede!

Eu vou dar uma sugestão a v.exa., nobre deputado Edson Piriquito: envolva o Conselho de Desenvolvimento Regional nesse processo, pois o governo escuta-o muito. Além de escutar os deputados e a comunidade, ele escuta o conselho, que representa toda a comunidade. E tenho certeza - e eu já visitei o parque quando era mais novo - de que o seu pleito terá grande êxito e o apoio do nosso governador Luiz Henrique da Silveira.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Muito obrigado, nobre deputado.

Finalizo a minha fala agradecendo, em nome do povo de Balneário Camboriú, pelo apoio, pela atenção, pelo respeito, pelo atendimento do presidente da Santur, sr. Marclio Ávila, e pela permanência do zoológico da Santur naquela localidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Não havendo mais tempo regimental, esta Presidência, antes de encerrar a sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

## ATOS DA MESA

### ATO DA MESA

#### ATO DA MESA Nº 075, DE 2007 - 04/04/2007

Altera os índices de vencimentos dos servidores de acordo com o art. 32 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno,

**RESOLVE:** com fundamento no *caput* do artigo 32 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,

**Art. 1º** Para efeito de implantação da retribuição financeira dos vencimentos dos servidores efetivos, ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, prevista no artigo 32, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, os índices de vencimentos nos níveis 01 a 70, do Anexo VI, e os índices de vencimentos atribuídos aos servidores beneficiados por intermédio da correlação inserida no Anexo XIII, da referida Resolução, passam a vigorar conforme os Anexos I e II deste Ato.

**Parágrafo Único.** A retribuição financeira prevista no *caput* deste artigo, não se aplica aos servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão e de Procuradores Ativos e Inativos.

**Art. 2º** As despesas decorrentes da aplicação do presente Ato correrão à conta da dotação orçamentária própria do Poder Legislativo.

**Art. 3º** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2007.

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - 1º Secretário

Deputado Walimir Comin - 2º Secretário

#### ANEXO I

##### (ATO DA MESA Nº /2007)

TABELA DE ÍNDICES DE VENCIMENTOS  
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO  
PL/AGL - PL/TEL - PL/ALE - PL/ASI

| Níveis | Índices | Níveis | Índices |
|--------|---------|--------|---------|
| 01     | 1,6863  | 36     | 4,9203  |
| 02     | 1,7441  | 37     | 5,0539  |
| 03     | 1,8039  | 38     | 5,1922  |
| 04     | 1,8658  | 39     | 5,3351  |
| 05     | 1,9298  | 40     | 5,4830  |
| 06     | 1,9959  | 41     | 5,6359  |
| 07     | 2,0644  | 42     | 5,7941  |

|    |        |    |         |
|----|--------|----|---------|
| 08 | 2,1352 | 43 | 5,9578  |
| 09 | 2,2084 | 44 | 6,1269  |
| 10 | 2,2841 | 45 | 6,3020  |
| 11 | 2,3624 | 46 | 6,3142  |
| 12 | 2,4434 | 47 | 6,3299  |
| 13 | 2,5182 | 48 | 6,3421  |
| 14 | 2,5477 | 49 | 6,3571  |
| 15 | 2,5778 | 50 | 6,3738  |
| 16 | 2,6083 | 51 | 6,4830  |
| 17 | 2,6393 | 52 | 6,6702  |
| 18 | 2,6709 | 53 | 6,8639  |
| 19 | 2,7030 | 54 | 7,0642  |
| 20 | 2,7357 | 55 | 7,2713  |
| 21 | 3,1115 | 56 | 7,4856  |
| 22 | 3,2952 | 57 | 7,7072  |
| 23 | 3,4951 | 58 | 7,9364  |
| 24 | 3,6619 | 59 | 8,1735  |
| 25 | 3,7875 | 60 | 8,4187  |
| 26 | 3,9173 | 61 | 8,6723  |
| 27 | 3,9367 | 62 | 8,9346  |
| 28 | 3,9482 | 63 | 9,2059  |
| 29 | 3,9597 | 64 | 9,4865  |
| 30 | 3,9696 | 65 | 9,7767  |
| 31 | 4,3156 | 66 | 9,8774  |
| 32 | 4,4285 | 67 | 9,9791  |
| 33 | 4,5453 | 68 | 10,0819 |
| 34 | 4,6661 | 69 | 10,1858 |
| 35 | 4,7911 | 70 | 10,2907 |

#### ANEXO II

##### (ATO DA MESA Nº /2007)

TABELA DE ÍNDICES DE VENCIMENTOS  
CORRELAÇÃO ESTABELECIDA NO ANEXO XIII DA RES. Nº 002/06  
SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS

| Códigos dos Cargos   |          | Índices |
|----------------------|----------|---------|
| PL/DCA-1             | PL/DAS-1 | 6,3218  |
| PL/DCA-2             | PL/DAS-2 | 7,4993  |
| PL/DCA-3/DASU-1      | PL/DAS-3 | 8,6769  |
| PL/DASU-2            | PL/DAS-4 | 9,8544  |
| PL/DASU-3            | PL/DAS-5 | 11,0321 |
| PL/DASU-4/DCA-4/3-CC | PL/DAS-6 | 12,2096 |
| PL/DAT-1             | PL/DAS-7 | 13,3873 |

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA - DL****ATO DA MESA Nº 025-DL, de 2007**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Reno Caramori para ausentar-se do País, no período de 02 a 14 de junho do corrente ano, a fim de acompanhar a delegação do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina - OCESC, aos países da Irlanda e Inglaterra, objetivando a realização de estudos e o desenvolvimento de conhecimentos técnicos em benefício do Cooperativismo Catarinense.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em, 04 de abril de 2007

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - 4º Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - 3º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA PRESIDÊNCIA - DL****ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 019-DL, de 2007**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o art. 38 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONSTITUI Comissão Mista Temporária integrada pelos Senhores Deputados Jorginho Mello, Romildo Titon, Onofre Santo Agostini, Moacir Sopelsa, Reno Caramori, Clésio Salvaro, Elizeu Mattos, Gelson Merísio, Dagomar Carneiro, Renato Hinnig e Pedro Uczai, para, no prazo de sessenta dias, apreciar, acompanhar, sugerir, discutir e tratar sobre o tema "Os Quilombos e os Quilombolas em Santa Catarina".

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em, 04 de abril de 2007

Deputado Julio Garcia

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

**PUBLICAÇÕES DIVERSAS****ATA DE COMISSÃO PERMANENTE****ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.**

Às nove horas do dia vinte e sete de março do ano de dois mil e sete, sob a Presidência do Senhor Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 5ª reunião ordinária, referente à 1ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura. Presentes os demais membros: Deputado João Henrique Blasi, Deputado Darci de Matos, Deputado Pedro Baldissera, Deputado Marcos Vieira, Deputado Joares Ponticelli, Deputado Gelson Merísio e posteriormente o Deputado Onofre Santo Agostini em substituição ao Deputado Cesar Souza Júnior, Deputado Pedro Uczai e o Deputado Narcizo Parisotto. Aberto os trabalhos foi lida e aprovada por unanimidade a Ata da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça, relativa à 1ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura. O Senhor Deputado Marcos Vieira, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº. 0044.2/07, exarando voto vista pelo arquivamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria e o Projeto de Lei nº. 0052.2/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado João Henrique Blasi, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº. 0007.8/07, exarando voto vista pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; a Mensagem de Veto nº. 0067/07, exarando parecer pela remessa dos autos para deliberação em Plenário em função do esgotamento do prazo para apreciação na Comissão, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e a Mensagem de Veto nº. 0069/07, exarando parecer pela manutenção do veto, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado João Henrique Blasi, solicitou, e lhe foi concedido, vista em gabinete dos Projetos de Lei Complementar nºs. 0003.3/07 e 0002.9/07 e, ainda, propôs o adiamento da apreciação do PLC/0001.8/07, para à próxima semana, dias 3 e 4 de abril, em conjunto com as Comissões de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público, que colocada em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. O Senhor Deputado Joares Ponticelli, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº. 0040.9/07, apresentando requerimento pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei Complementar nº. 0004.0/07, exarando voto vista pela aprovação com emenda modificativa, que posto em discussão, foi cedido para exame ao relator Deputado Marcos Vieira; o Projeto de Lei nº. 0030.7/07, exarando voto vista pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei Complementar nº. 0005.1/07, exarando voto vista pela aprovação com emenda aditiva, que posto em discussão e votação, foi rejeitado, restando aprovado, por maioria, o parecer, favorável na forma do texto original, exarado pelo relator Deputado Marcos Vieira. O Senhor Deputado Darci de Matos, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº. 0028.2/07, exarando parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº. 0052.2/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Pedro Uczai. O Senhor Deputado Romildo Titon, relatou as seguintes matérias: Projeto de Lei Complementar nº. 0008.4/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Pedro Uczai; Projeto de Lei nº. 0305.4/06, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria e o Projeto de Lei nº. 0051.1/07, exarando parecer favorável, que posto em

discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 27 de março de 2007.

Deputado Romildo Titon

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

**LEI****LEI Nº 13.995, de 04 de abril de 2007**

Altera dispositivos da Lei nº 10.723, de 1998, que dispõe sobre a distribuição da Quota Estadual do Salário Educação, entre o Estado e os municípios - art. 212, § 5º da Constituição Federal.

Faço saber que o Governador do Estado de Santa Catarina, de acordo com o art. 51 da Constituição Estadual, adotou a Medida Provisória nº 133, de 09 de março de 2007, e eu, Deputado Julio Garcia, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, para os efeitos do disposto no § 8º do art. 311 do Regimento Interno, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º, o art. 5º e o caput do art. 7º da Lei nº 10.723, de 16 de março de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º A Quota Estadual do Salário Educação, de que trata o art. 15, § 1º, inciso II, da Lei federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, é destinada à educação básica pública e será distribuída entre o Estado e os municípios na forma estabelecida nesta Lei. (NR)

Art. 5º Os recursos da Quota Estadual do Salário Educação serão aplicados em programas, projetos e ações da educação básica pública, incluindo educação especial e a educação de jovens e adultos, na modalidade presencial, com avaliação no processo, desde que vinculadas à rede pública de ensino, destinando-se, preferencialmente:

- I - ao aperfeiçoamento dos profissionais da educação;
- II - à aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
- III - ao uso e a manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
- IV - à produção de material didático destinado à educação básica pública;
- V - à aquisição de material didático e de consumo para uso dos alunos, dos professores e da escola;
- VI - à manutenção de programas de transporte escolar; e
- VII - a estudos, levantamentos e pesquisas, visando ao aprimoramento da qualidade da educação básica pública. (NR)

Art. 7º As parcelas de recursos destinadas aos municípios serão creditadas mensal e automaticamente em contas específicas em favor do Município para o financiamento da educação básica municipal. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 04 de abril de 2007

Deputado Julio Garcia

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIOS

### OFÍCIO Nº 015/07

**SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL "DEUS PROVERÁ"**  
Joinville, 30 de março de 2006.

A  
Assembléia Legislativa de Santa Catarina  
Palácio Barriga Verde  
Rua: Dr. Jorge Luz Fontes, 310  
Cep 88020-900  
Florianópolis - SC

Prezado Senhor:

Cumprindo nossas obrigações de Entidade Reconhecida de Utilidade Pública, estamos encaminhando os documentos que nos foram solicitados, a saber:

- Programa de Trabalho 2007
- Relatório de Atividades de 2006
- Demonstração Financeira do exercício findo, assinado por um contador e Conselho Fiscal

Certos de vossa atenção, colocamo-nos à disposição para outras informações que se fizerem necessárias sobre esta Entidade.

Atenciosamente,

**Claiton Ivan Pommerening**  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/04/07*

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 016/07

**SASIEQ - SERVIÇO DE AÇÃO SOCIAL DE INTEGRAÇÃO, EDUCAÇÃO E QUALIDADE**

Assembléia Legislativa do Estado  
A/C Sr. Presidente  
Joinville (SC), 19 de março de 2007.

**Ref.: Documentos/06:**

O SASIEQ - Serviço de Ação Social de Integração, Educação e Qualidade, ciente das suas responsabilidades junto à comunidade de Joinville; vem através deste ofício encaminhar para Vosso registro os seguintes documentos:

- 1 - Relatório Financeiro/06;
  - 2 - Relatório de Atividades/06;
  - 3 - Ata de eleição de Diretoria.
- Certos de contarmos com a Vossa Colaboração.  
Atenciosamente,

**Narcélio Aguiar**  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/04/07*

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIAS

### PORTARIA Nº 1143, de 26/03/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

**RESOLVE:**

Nos termos do artigo 5º, § único da Lei Complementar nº 36 de 18/04/91, a servidora abaixo relacionada passa a perceber o *Adicional por Tempo de Serviço* sobre seu vencimento, com vigência e no percentual conforme discriminado:

| Nome servidor  | Matr | Percentual |       | Vigência | Processo nº |
|----------------|------|------------|-------|----------|-------------|
|                |      | Concedido  | Total |          |             |
| Elizabeth Melo | 3398 | 6%         | 6%    | 01/02/07 | 0251/07     |
| Elizabeth Melo | 3398 | 3%         | 9%    | 26/02/07 | 0251/07     |

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

**REPUBLICADA POR INCORREÇÃO**

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 1198, de 04/04/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

**RESOLVE:**

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **ANTONIO DOURADO DOS SANTOS NETO**, matrícula nº 3566, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 02/04/07 (Deputado Julio Garcia).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 1199, 04/04/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

**RESOLVE:** nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,

**NOMEAR ANTONIO DOURADO DOS SANTOS NETO**, matrícula nº 3566 para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 02/04/07 (Deputado Julio Garcia).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 1200, de 04/04/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

**RESOLVE:**

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **JULIO CESAR ROMANO CECCON LEANDRO REMOR**, matrícula nº 4315, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 02/04/07 (Deputado Julio Garcia).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 1201, de 04/04/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

**RESOLVE:** nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,

**NOMEAR HELOISA SÔNEGO DE LUCA**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-56, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 02/04/07 (Deputado Julio Garcia).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 1202, de 04/04/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

**RESOLVE:**

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **ANA PAULA ZABLONSKI**, matrícula nº 4110, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 02/04/07 (Deputado Dagomar Carneiro).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 1203, de 04/04/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

**RESOLVE:** nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,

**NOMEAR DALVA PEREIRA MOSER**, matrícula nº 5004, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 02/04/07 (Deputado Dagomar Carneiro).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 1204, de 04/04/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

**RESOLVE:**

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **MARCELO ALVES CRIVELATTI**, matrícula nº 5314, do cargo Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/07 (Comissão de Agricultura e Política Rural).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1205, de 04/04/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

**RESOLVE:**

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **VALMOR FIAMETTI**, matrícula nº 3222, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/07 (Deputado Moacir Sopelsal).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1206, de 04/04/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

**RESOLVE:** nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações super-venientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,

NOMEAR **VALMOR FIAMETTI**, matrícula nº 3222, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/07 (Comissão de Agricultura e Política Rural).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1207, de 04/04/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

**RESOLVE:** nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações super-venientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,

NOMEAR **MILTON LUIS WOLF**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-02, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/2007 (Deputado Pedro Uczai).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1208, de 04/04/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

**RESOLVE:**

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **RODOLFO ORLANDI NETO**, matrícula nº 5349, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-66, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/07 (Deputado Manoel Mota).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1209, de 04/04/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

**RESOLVE:**

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **EDUARDO PEREIRA DE ANDRADA**, matrícula nº 3615, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/07 (Deputado Moacir Sopelsa).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1210, de 04/04/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

**RESOLVE:**

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **RONALDO SOARES**, matrícula nº 4957, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/2007 (Deputado Moacir Sopelsa).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1211, de 04/04/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

**RESOLVE:** nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações super-venientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,

NOMEAR **RONALDO SOARES**, matrícula nº 4957, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/2007 (Deputado Moacir Sopelsa).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1212, de 04/04/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

**RESOLVE:**

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **EDUARDO MELLO**, matrícula nº 4958, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-33, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/2007 (Deputado Moacir Sopelsa).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1213, de 04/04/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

**RESOLVE:** nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações super-venientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,

NOMEAR **EDUARDO MELLO**, matrícula nº 4958, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-24, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/2007 (Deputado Moacir Sopelsa).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1214, de 04/04/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

**RESOLVE:** nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações super-venientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,

NOMEAR **DOMINGOS BOFF**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-15, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/2007 (Deputado Moacir Sopelsa).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1215, de 04/04/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

**RESOLVE:**

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **GERSON LUIZ DONCA**, matrícula nº 5345, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/2007 (Deputado Serafim Venzon).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1216, de 04/04/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

**RESOLVE:**

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **LUCAS DOS SANTOS PRATES**, matrícula nº 5346, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-41, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/2007 (Deputado Serafim Venzon).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1217, de 04/04/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

**RESOLVE:**

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **RODRIGO ANTONIO OLIVEIRA BATISTA**, matrícula nº 5408, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/2007 (Deputado Serafim Venzon).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1218, de 04/04/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

**RESOLVE:**

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **SALETE ELLER**, matrícula nº 5443, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/2007 (Deputado Serafim Venzon).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1219, de 04/04/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

**RESOLVE:** nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,

NOMEAR **GERSON LUIZ DONCA**, matrícula nº 5345 para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-40, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/2007 (Deputado Serafim Venzon).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1220, de 04/04/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

**RESOLVE:** nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,

NOMEAR **LUCAS DOS SANTOS PRATES**, matrícula nº 5346, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-46, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/2007 (Deputado Serafim Venzon).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1221, de 04/04/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

**RESOLVE:** nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,

NOMEAR **RODRIGO ANTONIO DE OLIVEIRA BATISTA**, matrícula nº 5408, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/2007 (Deputado Serafim Venzon).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1222, de 04/04/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

**RESOLVE:** nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,

NOMEAR **SALETE ELLER**, matrícula nº 5443 para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/2007 (Deputado Serafim Venzon).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1223, de 04/04/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

**RESOLVE:**

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **ROMILTON BERTOLO**, matrícula nº 5369, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-05, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/2007 (Deputado Pedro Uczai).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1224, de 04/04/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

**RESOLVE:** nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,

NOMEAR **ROMILTON BERTOLO**, matrícula nº 5369, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-25, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/2007 (Deputado Pedro Uczai).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1225, de 04/04/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 0345/2007,

**RESOLVE:** de acordo com o artigo 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,

Atribuir a **SOLON SOARES**, matrícula nº 2127, Adicional de Pós-Graduação, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 janeiro de 2006, com efeito a contar de 08/03/2007.

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1226, de 04/04/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

**RESOLVE:**

Nos termos do artigo 5º, § único da Lei Complementar nº 36 de 18/04/91, a servidora abaixo relacionada passa a perceber o *Adicional por Tempo de Serviço* sobre seus vencimentos, com vigência e no percentual conforme discriminado:

| Nome servidor                       | Matr | Percentual |       | Vigência | Processo nº |
|-------------------------------------|------|------------|-------|----------|-------------|
|                                     |      | Concedido  | Total |          |             |
| Fernanda de Souza<br>Vieira Benedet | 4330 | 3%         | 3%    | 02/01/07 | 0355/07     |

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1227, de 04/04/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

**RESOLVE:**

Nos termos do artigo 5º, § único da Lei Complementar nº 36 de 18/04/91, o servidor abaixo relacionado passa a perceber o *Adicional por Tempo de Serviço* sobre seus vencimentos, com vigência e no percentual conforme discriminado:

| Nome servidor     | Matr | Percentual |       | Vigência | Processo nº |
|-------------------|------|------------|-------|----------|-------------|
|                   |      | Concedido  | Total |          |             |
| LUIZ CARLOS MUNIZ | 3035 | 9%         | 9%    | 01/02/07 | 0333/07     |

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1228, de 04/04/2007**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

**RESOLVE:**

**CONCEDER**, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 36 de 18 de abril de 1991, **LICENÇA-PREMIO**, aos servidores abaixo discriminados:

| Matr | Nome do servidor                | Período Aquisitivo<br>Quinquênio |          | Processo nº |
|------|---------------------------------|----------------------------------|----------|-------------|
| 0704 | Amilton de Araújo Soares        | 12/02/02                         | 11/02/07 | 0202/2007   |
| 1792 | Marcos Antônio Silveira         | 02/12/00                         | 01/12/05 | 0206/2007   |
| 2004 | Julio Cesar de Souza            | 13/11/00                         | 12/11/05 | 0320/2007   |
| 1896 | Marco Antônio B. da Rocha       | 20/03/00                         | 19/03/05 | 0340/2007   |
| 1912 | Luiz Alberto Metzger<br>Jacobus | 02/02/00                         | 01/02/05 | 0344/2007   |

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

**RESOLVE:**

**PORTARIA Nº 1229, de 04/04/2007** - **CONCEDER LICENÇA**, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **RAQUEL TERESINHA OLIVEIRA**, matrícula nº 1144, por 90 (noventa) dias, a partir de 01/02/07.

**PORTARIA Nº 1230, de 04/04/2007** - **CONCEDER LICENÇA**, nos termos do artigo 62, item II da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Doença Familiar) a **KATIA LOTTIN**, matrícula nº 1638, por 15 (quinze) dias, a partir de 02/04/07.

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

|                        |
|------------------------|
| <b>PROJETOS DE LEI</b> |
|------------------------|

**PROJETO DE LEI Nº 083/2007**

"Acrescenta dispositivos à Lei n. 9.748, de 30 de novembro de 1994, e dá outras providências".

**Art. 1º** Fica transformado o parágrafo único em § 1º e acrescentado o § 2º ao art. 3º da Lei n. 9.748, de 30 de novembro de 1994, com a seguinte redação:

"Art. 3º (...)

§ 1º (...)

§ 2º. Os programas de desenvolvimento previstos no inciso XV deste artigo compreenderão obras físicas nas seguintes áreas:

- a) transportes;
- b) saneamento básico;
- c) saúde; e
- d) agricultura".

**Art. 2º** Fica transformado o parágrafo único em § 1º e acrescentados os §§ 2º e 3º ao art. 33 da Lei n. 9.748, de 30 de novembro de 1994, com a seguinte redação:

"Art. 33 (...)

§ 1º (...)

§ 2º. Serão arrecadados 50% (cinquenta por cento) do valor da compensação financeira relativa aos aproveitamentos hidroenergéticos referida no inciso III para serem aplicados em obras previstas no §2º do art. 3º desta Lei, nos municípios que têm áreas inundadas por reservatórios de usinas geradoras obrigadas ao pagamento da compensação financeira.

§ 3º. O resultado da aplicação do disposto no §2º será distribuído entre os municípios envolvidos, proporcionalmente à área inundada em cada um deles em relação à área total inundada por cada usina contribuinte da compensação financeira".

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do exercício financeiro seguinte.

**Art. 4º.** Fica expressamente revogada a Lei n. 13.994, de 21 de março de 2007.

Sala de Sessões, em 30 de março de 2007

**ROMILDO TITON**  
Deputado Estadual

Lido no Expediente  
Sessão de 04/04/07

**JUSTIFICATIVA**

A Lei Estadual n. 9.748, de 30 de novembro de 1994, que dispõe sobre a política estadual de recursos hídricos, estabelece a compensação através da instituição de programas de desenvolvimento aos municípios que sofreram prejuízos decorrentes de inundações de áreas por reservatórios bem como de outras restrições resultantes de leis de proteção aos mananciais (art. 3º, inc. XV). Além disso, fixa apoio aos municípios afetados por áreas de proteção ambiental de especial interesse para os recursos hídricos, com recursos provenientes do produto da participação, ou da compensação financeira do Estado no resultado da exploração de potenciais hídricos em seu território, respeitada a legislação federal (art. 3º, inc. XVI).

Todavia, naquele diploma legal inexistia a previsão das obras físicas que serão desenvolvidas no programa de desenvolvimento nos municípios atingidos. Da mesma forma, aquela norma legal não prevê o percentual do valor da compensação financeira relativa aos aproveitamentos hidroenergéticos que serão aplicados nas obras dos programas de desenvolvimento nos municípios que possuem áreas inundadas por reservatórios de usinas geradoras obrigadas ao pagamento da compensação financeira. Deste modo, o presente projeto de lei visa corrigir aquelas lacunas legislativas existentes, dispondo sobre a aplicação de créditos percebidos pelo Estado, a título de *royalties*, decorrentes da atividade de exploração de recursos hídricos para fins de energia elétrica.

Nesse sentido, por entender inegável os prejuízos sofridos pelos municípios quando advém uma obra dessa grandeza, consubstanciado nas necessárias desapropriações, desmatamentos que influenciam no empobrecimento das riquezas naturais, na flora e na fauna e outras questões que interferem e modificam a paisagem e a rotina do Município, nada mais justo que o Estado compensá-los através dos *royalties* recebidos da obra, em benefício do seu desenvolvimento.

Assim, por se tratar de matéria relevante, solicito aos demais Pares desta Casa o necessário apoio para a sua aprovação.

Sala de Sessões, em 30 de março de 2007

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 084/2007**

Dispõe sobre os direitos e deveres dos estudantes e das entidades estudantis no Estado de Santa Catarina.

**CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

**Art. 1º** - Esta lei dispõe sobre os direitos e deveres dos estudantes e das entidades estudantis no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único - Os dispositivos desta lei aplicam-se às instituições educacionais, de ensino fundamental, médio, profissionalizante e superior, públicos ou privados.

**CAPÍTULO II****DOS DIREITOS E DEVERES DOS ESTUDANTES**

**Art. 2º** - São direitos dos estudantes:

I - usufruir de uma educação de qualidade de acordo com o previsto na lei, em condições de efetiva igualdade de oportunidades no acesso e permanência;

II - usufruir de um ambiente escolar e de um projeto educativo que proporcionem as condições para o seu pleno desenvolvimento físico, intelectual, moral, cultural e cívico, para a formação de sua personalidade e de sua capacidade de auto-aprendizagem e de crítica consciente;

III - ver reconhecidos e valorizados o mérito, a dedicação e o esforço no trabalho e no desempenho escolar e ser estimulados a se aplicar;

IV - usufruir de horário escolar adequado à série que frequentam, bem como de um planejamento equilibrado das atividades curriculares e extracurriculares, especialmente das que contribuem para o desenvolvimento cultural;

V - ser tratados com respeito e correção por qualquer membro da comunidade escolar;

VI - ter salvaguardada a sua segurança na escola e respeitada a sua integridade física e moral;

VII - ser assistidos, de forma pronta e adequada, em caso de acidente ou doença súbita, ocorrida ou manifestada no decorrer das atividades escolares;

VIII - beneficiar-se, no âmbito dos serviços de ação social escolar, de apoios concretos que lhes permitam superar ou compensar as carências sociofamiliares, econômicas ou culturais que dificultem o acesso e a permanência na escola ou o processo de aprendizagem;

IX - beneficiar-se de outros apoios específicos, em suas necessidades escolares ou em sua aprendizagem, através de serviços de psicologia e orientação ou de outros serviços especializados de apoio educativo;

X - assistir às aulas, mesmo que cheguem atrasados e tenham falta;

XI - optar livremente por atividades de complemento curricular ou disciplinas optativas, acessíveis na escola;

XII - ser informados sobre o seu plano de estudos, os objetivos essenciais de cada disciplina e os critérios de avaliação em linguagem adequada à sua idade e ao nível de ensino frequentado;

XIII - ser informado sobre matrículas, disciplinas optativas e apoios sócio-educativos;

XIV - ver garantida a veracidade das informações constantes de seu registro ou histórico escolar individual;

XV - eleger os seus representantes para as entidades estudantis, colegiados e conselhos, bem como candidatar-se e ser eleitos a qualquer um desses cargos;

XVI - participar, através de seus representantes, nos órgãos de administração e gestão da instituição educacional, na criação e execução do respectivo projeto político-pedagógico, bem como na elaboração do regimento interno;

XVII - ser ouvidos, através de seus representantes, sobre assuntos que lhes digam respeito e apresentar sugestões de atividades ou críticas sobre o funcionamento da instituição;

XVIII - recorrer à direção do estabelecimento educacional, para resolver quaisquer problemas que surjam na instituição, de natureza coletiva ou individual;

XIX - requerer transferência ou trancamento de matrícula, independentemente do pagamento de taxas ou, na forma da legislação em vigor, da quitação de dívidas;

XX - receber os instrumentos e resultados avaliadores e, se discordar, recorrer dos atos e resultados avaliadores;

XXI - organizar e participar em iniciativas que promovam a formação e ocupação de tempos livres;

XXII - frequentar a biblioteca e as instalações Sócio-desportivas, nos dias e horários permitidos, inclusive nos finais de semana, na forma do regimento do estabelecimento de ensino.

§ 1º - Os estudantes terão, na forma do regimento da instituição, direito a realizar avaliação anual do corpo docente, da infraestrutura da instituição e dos conteúdos curriculares.

§ 2º - Os estudantes com necessidades educacionais especiais terão atendimento especializado, na forma do regimento.

Art. 3º - A falta do estudante é abonada, nos seguintes casos:

I - doença, declarada pelos pais ou responsáveis, se determinar ausência de um ou dois dias letivos, e por médico, se determinar ausência igual ou superior a três dias;

II - falecimento de familiar, afim ou consanguíneo até o 3º grau, se a ausência for por até três dias letivos;

III - nascimento de irmão, no dia do nascimento e no dia imediatamente posterior, ou de filho, se a ausência for por até cinco dias corridos;

IV - ato decorrente da religião por ele professada, desde que não possa efetuar-se fora do período das atividades letivas e corresponda a uma prática comumente reconhecida como própria dessa religião;

V - participação em provas desportivas, eventos culturais, reuniões de colegiados ou conselhos da instituição ou congressos estudantis;

VI - dos diretores das entidades estudantis, tendo-se que comprovar a falta e o objetivo desta, que deverá ser justificada e comprovada. A falta somente será abonada desde que destinada a cumprir funções que tenham como objetivo a representação dos estudantes, sendo definidas em ata de reunião da diretoria da entidade e entregue ao órgão responsável da instituição de ensino.

VII - cumprimento de obrigações legais.

§ 1º - As faltas serão abonadas, mediante justificativa, com a indicação do dia e motivo da ausência e documento comprobatório, apresentada pelos pais ou responsáveis ou pelo aluno, quando maior de idade, à direção da instituição ou ao professor.

§ 2º - A mãe estudante terá direito a regime especial de aulas e provas, na forma da legislação, assegurado um período de afastamento das atividades presenciais equivalente ao da licença-maternidade.

Art. 4º - São deveres dos estudantes:

I - estudar, empenhando-se em sua educação e formação;

II - ser assíduos, pontuais e empenhados no cumprimento de todos os seus deveres no âmbito do trabalho escolar;

III - seguir as orientações dos professores relativas a seu processo de ensino e aprendizagem;

IV - participar das atividades educativas ou formativas desenvolvidas na escola;

V - lutar pela qualidade da educação, defendendo a melhoria das condições de trabalho e de salário dos professores e servidores;

VI - tratar com respeito e correção qualquer membro da comunidade escolar;

VII - respeitar a integridade física e moral de todos os membros da comunidade escolar;

VIII - respeitar a propriedade dos bens de todos os membros da comunidade escolar;

IX - zelar pela preservação e conservação das instalações físicas, material didático, mobiliário e espaços verdes da instituição educacional, fazendo uso correto deles e assumindo a responsabilidade pelos danos que causar;

X - conhecer e cumprir as normas de funcionamento do estabelecimento de ensino e seu regimento interno;

XI - não transportar quaisquer materiais, instrumentos ou engenhos passíveis de, objetivamente, causar danos físicos a si ou a terceiros;

XII - não provocar situações de risco à sua integridade física ou à de terceiros;

XIII - não praticar qualquer ato ilícito;

XIV - evitar usar o nome da escola sem prévia autorização.

Art. 5º - Os estudantes estão submetidos a regime disciplinar que visa assegurar, manter e preservar a boa ordem, o respeito, os bons costumes e os princípios éticos, de forma a garantir harmônica convivência na comunidade escolar.

§ 1º - As penalidades disciplinares aplicáveis aos estudantes são:

I - advertência;

II - repreensão;

III - suspensão;

§ 2º - Os casos e hipóteses em que poderão ser aplicadas penalidades disciplinares serão definidos no regimento da instituição escolar.

§ 3º - Na aplicação das penalidades, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem e as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

§ 4º - A apuração das infrações disciplinares far-se-á mediante processo administrativo disciplinar, em que seja assegurado ao estudante o direito à ampla defesa e ao contraditório.

### CAPÍTULO III

#### DAS ENTIDADES ESTUDANTIS

Art. 6º - É livre a organização e o funcionamento de entidades estudantis, nos estabelecimentos de ensino fundamental, médio, profissionalizante e superior, públicos ou privados, para representar os interesses e reivindicações do corpo discente, conforme: lei estadual Nº 12.731, de 06 de novembro de 2003 e lei nacional Nº 7.395 de 31 de outubro de 1985.

§ 1º - As entidades estudantis com atuação no Estado serão de âmbito local, municipal, estadual e nacional, constituídas como associações civis, na forma da lei.

§ 2º - As entidades estudantis de âmbito local são os Grêmios estudantis para o ensino médio, fundamental e profissionalizante, os Centros e Diretórios acadêmicos para os cursos de nível superior, e o Diretório Central dos Estudantes (DCE) para a representação de mais cursos. As entidades de âmbito municipal serão as uniões municipais de estudantes, As entidades de nível estadual serão a União Catarinense dos Estudantes Secundaristas (UCES) para os estudantes do ensino fundamental, médio e profissionalizante, e a União Catarinense dos Estudantes (UCE) para os estudantes de nível superior. As entidades de nível nacional serão a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) para os estudantes do ensino fundamental, médio e profissionalizante, e a União Nacional dos Estudantes (UNE) para os estudantes de nível superior.

Art. 7º - As entidades estudantis são autônomas, sendo vedada qualquer interferência externa nas atividades que lhes são próprias.

Parágrafo único - Compete exclusivamente aos estudantes dispor, em seus estatutos, sobre a criação, organização, estrutura normativa e funcionamento das entidades estudantis, observadas as disposições legais pertinentes.

Art. 8º - fica vedada a instituição educacional, instituir em contrato com o estudante, qualquer cláusula que o impeça se organizar em entidades estudantis.

Art. 9º - As entidades estudantis, constituídas sob a forma de associações ou sociedades sem fins lucrativos, poderão requerer, na forma da lei, a declaração de sua utilidade pública por parte do Poder Legislativo Estadual.

Art. 10º - As entidades estudantis poderão emitir carteiras de identificação de seus associados nas dependências da instituição de ensino, assegurando o direito à meia-entrada, na forma da Lei nº 12.570, de 04 de abril de 2003.

Art. 11 - Os estabelecimentos de ensino ficam obrigados para com as entidades estudantis, a ceder espaços para realização de reuniões, promoções de natureza cultural, esportiva, recreativa, educativa, informativa e de formação política e atividades semelhantes, mediante prévia solicitação, além de garantir:

I - a livre divulgação das atividades e promoções da Entidade nas dependências da instituição;

II - o acesso dos representantes das entidades estudantis de todos os níveis seja local, regional, municipal, estadual ou nacional às salas de aula e demais espaços de circulação dos alunos;

III - o fornecimento às entidades estudantis de sua área de jurisdição, no início do semestre letivo, da relação dos estudantes devidamente matriculados na instituição;

IV - o acesso das entidades estudantis à metodologia de elaboração e aos cálculos das planilhas de custos das instituições pagas de ensino.

Art. 12 - Ficam as instituições de ensino comprometidas a ceder, em regime de comodato, espaço físico, mobiliário e equipamentos às entidades estudantis, bem como a conceder a estas permissão de uso para exploração de atividades-meio, xérox, cantina ou rádio, assegurada a responsabilidade dos dirigentes estudantis por eventuais danos e prejuízos.

Parágrafo único - Os projetos de construção de novas instituições de ensino deverão prever, obrigatoriamente, espaço físico destinado à entidade estudantil.

Art. 13 - ficam as instituições de ensino obrigadas a destinar verba, previamente assegurada no orçamento da instituição para as entidades estudantis de nível local, visando à independência financeira e os trabalhos de representação das entidades, sendo os percentuais de valores definidos pelo órgão colegiado competente.

#### CAPÍTULO IV

##### DA REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL

Art. 14 - É assegurada a representação dos estudantes nos órgãos colegiados e conselhos, consultivos e deliberativos, das instituições educacionais, assim como nas comissões instituídas para tratar de matérias relativas a ensino, pesquisa e extensão, em proporção não inferior a:

I - um terço do total de assentos nas instituições que oferecem o 3º ciclo do ensino fundamental ou equivalente;

II - um terço do total de assentos nas instituições de ensino médio;

III - dois quintos do total de assentos nas instituições de ensino superior.

§ 1º - No caso dos estabelecimentos que ofereçam apenas o 1º e o 2º ciclos do ensino fundamental ou equivalente, os assentos destinados aos estudantes serão ocupados pelos pais e responsáveis.

§ 2º - Os estudantes serão eleitos diretamente ou indicados pela entidade estudantil, na forma do que dispuser o regimento da instituição.

Art. 15 - Os estudantes são representados pelas entidades estudantis, pelos representantes discentes em colegiados, conselhos e comissões e pelos representantes de turmas ou classes, na forma do que dispuser o regimento do estabelecimento educacional.

Parágrafo único - Os representantes estudantis têm direito de solicitar a realização de reuniões com a direção da instituição ou com os professores e servidores, para apreciação de matérias relacionadas ao corpo discente ou à gestão escolar.

Art. 16 - É garantida a rematrícula dos dirigentes das entidades estudantis nas instituições educacionais, durante o período do mandato e no ano subsequente ao término deste, salvo ocorrência de infração disciplinar comprovada por meio de processo administrativo em que lhes seja assegurada ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo único - No caso de estabelecimento privado, o disposto no "caput" deste artigo aplicar-se-á ao estudante cujas mensalidades e matrículas periódicas estejam de acordo com o contrato firmado entre o estudante e a instituição.

Art. 17 - Fica assegurado o direito de paralisação das aulas pelos estudantes, competindo à assembleia geral, por maioria absoluta de votos, decidir sobre a oportunidade de exercê-la e sobre os interesses que devam por meio dela defender.

§ 1º - Caberá à entidade estudantil convocar, na forma de seu estatuto, assembleia geral que deliberará sobre a paralisação coletiva.

§ 2º - Considera-se exercício regular do direito de paralisação a suspensão coletiva, temporária e pacífica da frequência dos alunos às aulas.

§ 3º - Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas disciplinares previstas pela instituição, de acordo com a gravidade da infração e assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

#### CAPÍTULO V

##### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

Dep. Ana Paula Lima

Lido no Expediente  
Sessão de 04/04/07

#### JUSTIFICATIVA

Este projeto visa estabelecer os direitos e deveres dos estudantes e das entidades estudantis no Estado. Na verdade, a proposta retoma as leis estaduais que dispõem sobre a livre organização estudantil e amplia seu sentido, visando dar garantias à categoria estudantil para organizar-se e para lutar pela melhoria da educação.

O projeto parte do pressuposto de que as associações estudantis são importantes canais de comunicação no processo democrático de formação da opinião e da vontade dos estudantes.

Trata-se de instâncias associativas capazes de mobilizar os estudantes e inseri-los em um contexto de participação, de maneira a propiciar que sua vida escolar supere o mero saber formal e contribua, também, para sua formação enquanto cidadãos e sujeitos de direitos e obrigações.

Isto significa atuar não só no interior das instituições educacionais, reivindicando seus próprios direitos, mas também na organização e desenvolvimento político e estrutural do movimento estudantil, que tanto contribuiu com a formação da democracia na sociedade brasileira.

Acrescente-se que, como legítimos representantes da sociedade civil organizada, as entidades e movimentos estudantis têm o poder de influenciar na elaboração de políticas públicas municipais, estaduais e nacionais, figurando como importantes colaboradores para a consolidação do Estado Democrático de Direito brasileiro.

Esta proposição ainda estabelece direitos e garantias para os estudantes, com relação à participação do segmento em conselhos, colegiados e comissões e no que tange à rematrícula dos dirigentes estudantis, por analogia com a estabilidade do dirigente sindical, já que muitos estudantes que lutam por seus direitos têm sido perseguidos por instituições de ensino.

Além disso, pretende-se também garantir aos estudantes o direito de paralisação das aulas como instrumento a auxiliá-los na luta por seus direitos, que são tão freqüentemente desrespeitados. Nesta esteira, vale lembrar históricas paralisações realizadas por alunos de universidades privadas em protesto contra o aumento abusivo das mensalidades e a luta dos estudantes pela regulamentação do artigo 170 da constituição estadual.

É por estas razões que contamos com a colaboração dos nossos ilustres pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 085/2007

##### **Institui logística de distribuição e dispensação domiciliar de medicamentos distribuídos pelo SUS aos pacientes transplantados e dá outras providências.**

Art. 1º Os pacientes transplantados, residentes no Estado de Santa Catarina, receberão os medicamentos solicitados pelo centro transplantador em sua residência ou outro local por ele indicado.

§ 1º A distribuição dos medicamentos será feita pelos laboratórios contratados pela Administração para compra dos medicamentos.

§ 2º Os custos e a compulsoriedade da operação de entrega residencial serão incluídos nos futuros contratos firmados pela Administração. Os contratos vigentes poderão ser aditados para incluir a nova obrigação, respeitados os limites impostos pela Lei Federal n. 8.666/93.

§ 3º A Secretaria de Estado da Saúde criará, no prazo máximo de 90 dias após o início de vigência desta lei, central de logística a fim de estruturar a dispensação e distribuição dos medicamentos. O não atendimento deste prazo não impedirá ou prejudicará a dispensação conforme estabelecida no caput.

§ 4º Medicamentos produzidos por laboratórios públicos serão submetidos à mesma sistemática de distribuição.

§ 5º A Administração Pública, a seu critério, poderá contratar empresa especializada para a dispensação e distribuição residencial dos medicamentos. Nessa hipótese, os laboratórios contratados ficarão desonerados da obrigação referida no § 1º.

§ 6º O responsável pela distribuição dos medicamentos, conforme indicados nos §§ 1º ou 5º, deverá disponibilizar número de telefone de discagem gratuita, funcionando vinte e quatro horas, para consultas do paciente. Também será disponibilizado endereço eletrônico na Internet com a indicação minuciosa acerca do processo de entrega residencial, especialmente com a indicação de provável data de dispensação.

Art. 2º Para fazer jus ao benefício referido no artigo 1º, o paciente deverá ser cadastrado na Secretaria de Saúde do Estado ou em seus órgãos de execução.

§ 1º Os pacientes já cadastrados deverão renovar seu cadastro, com a indicação do endereço para entrega dos medicamentos e qualificação completa. Os documentos constantes do cadastro poderão ser renovados caso haja fundada dúvida acerca da completa qualificação do paciente ou dos medicamentos solicitados.

§ 2º O paciente poderá optar por receber os medicamentos em farmácia pública, caso expressamente opte por essa alternativa.

§ 3º Os documentos necessários para o cadastramento referido no caput são:

I - Receita médica legível, emitida pelo médico responsável pelo paciente, contendo:

- a) Identificação do paciente;
- b) O medicamento requisitado, com apresentação concentração e posologia;
- c) data de emissão.

II - S.M.E. (solicitação de medicamentos excepcionais) em 3 vias preenchidas pelo médico responsável;

III - Cópia da identidade do paciente ou do responsável legal.

§ 4º Os documentos referidos neste artigo poderão ser fornecidos por médicos ou equipes médicas vinculados a qualquer unidade da federação ou equipe de transplante.

Art. 3º Os medicamentos serão dispensados para o período equivalente a 90 (dias) dias de tratamento. Excepcionalmente, poderá ser fornecida quantidade superior à referida, por interesse da Administração ou a pedido motivado do paciente.

§ 1º A solicitação para entrega de medicamento em prazo superior a 90 (noventa) dias deverá ser protocolada na unidade local da Secretaria de Estado da Saúde com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência, devendo a Administração manifestar-se, fundamentadamente, em até 30 dias. Ultrapassado esse prazo sem manifestação, será considerado deferido o pedido tacitamente.

§ 2º A cada dispensação o paciente, responsável ou procurador deverá assinar o comprovante de recebimento dos medicamentos e apresentar cópia da receita médica e SME ao representante do laboratório ou empresa de logística que efetuar a entrega.

§ 3º A dispensação de medicamentos de alto custo só poderá ser feita ao próprio paciente ou a quem indicar por escrito, em documento público ou particular.

§ 4º A dispensação sempre será feita com, no mínimo, 15 dias de antecedência à data de término dos medicamentos anteriormente entregues. Caso esse prazo venha a ser desrespeitado, o paciente deverá ser informado por telefone (fixo ou celular), telegrama, carta ou qualquer meio idóneo necessário à sua ciência, com acurada informação acerca da previsão de entrega e das razões do atraso.

§ 5º Caso a equipe médica responsável pelo acompanhamento do transplante opte por mudança no esquema terapêutico, os novos medicamentos deverão ser disponibilizados no prazo máximo de 10 (dez) dias em farmácia pública e em 30 (trinta) dias no regime de dispensação domiciliar conforme estabelecido por esta lei.

§ 6º No caso do parágrafo anterior, havendo sobras dos medicamentos antes utilizados, deverão ser restituídos em farmácia pública, com registro em inventário de entrada e posterior disponibilidade para nova dispensação, caso o prazo de validade e o estado geral do medicamento assim autorize, conforme avaliação do farmacêutico responsável. A previsão desta parágrafo também se aplica para quaisquer hipóteses em que o paciente tenha sobras de medicamento.

Art. 4º O descumprimento de quaisquer das determinações estabelecidas nesta lei implicará em abertura de processo administrativo disciplinar contra o servidor responsável e comunicação do fato ao Ministério Público.

Art. 5º Aos pacientes transplantados aplicar-se-ão os benefícios previstos no artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal e suas normas regulamentadoras, sem restrições, no que aplicável.

Art. 6º Dar-se-á ciência desta lei a todas as unidades de saúde do Estado, que deverão afixá-la em local visível a todos os pacientes que dela venham a se beneficiar.

Art. 7º Esta lei dispensará regulamentação para que surta efeitos.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor em 90 (noventa) após sua publicação.

Sala de Sessões,  
Deputado César Souza Júnior

Lido no Expediente  
Sessão de 04/04/07

#### JUSTIFICATIVA

A doação de órgãos é um ato solidário, por meio do qual se implanta um orgânico procedente de um doador em um receptor.

Existem dois grandes grupos de transplantados: os transplantados de órgãos (rim, fígado, pulmões, pâncreas, córnea, coração, ossos, tubo digestivo) e os transplantados de tecidos (medula óssea, células endócrinas).

A espera por um doador é angustiante. Quando realizados com sucesso, os transplantados dão nova vida e ânimo aos pacientes, sendo considerado o mais eficaz, senão, único tratamento.

Ocorre que, nosso sistema imunológico, responsável pela proteção das infecções em geral, percorre cada parte de nosso corpo procurando e conferindo se algo difere do que elas estão acostumadas a encontrar. São essas células que identificam um órgão transplantado como sendo algo diferente do resto do corpo e ameaçam destruí-lo. Numa linguagem figurada, isto é rejeição.

Portanto, um dos principais problemas a ser resolvido pela equipe médica e o transplantado, é o controle dos mecanismos de rejeição. Com esta finalidade estudam-se os sistemas de histocompatibilidade, tanto do doador como do receptor, para que estes sejam o mais compatível possível.

Uma vez realizado o transplante, o paciente retorna a vida normal, no entanto, como a rejeição pode ocorrer em qualquer tempo após o transplante, a maioria dos transplantados usa medicamentos imunossupressores pelo resto de suas vidas.

Os medicamentos imunossupressores mais comuns são a Ciclosporina, o Tacrolimus, o Rapamune, o Cellcept, a azatioprina e os corticóides. São medicamentos caros e eficientes, fornecidos pelo SUS por força da Constituição Federal e do direito internacional à saúde.

Ou seja, a vida desses pacientes está umbilicalmente ligada ao uso desses potentes medicamentos e, apesar de distribuídos pelos Estados da federação, com verbas do SUS, não raras vezes os pacientes encontram enormes dificuldades para conseguí-los nas farmácias dos postos de saúde.

A burocracia interminável, as enormes filas nas farmácias, situações de greve, indisponibilidade do medicamento e a falta de treinamento de setores da Secretaria da Saúde, estão entre as causas mais comuns de dificuldade na obtenção dos remédios, sinônimo de vida para os pacientes.

E não resta dúvida: os óbices impostos para obtenção dos medicamentos imunossupressores são diretamente responsáveis pelo início da rejeição e perda do órgão transplantado.

O transplantado, depois de tanto sofrer na espera de um órgão, não merece conviver com o constante temor da eventual falta do remédio. Não é admissível que após uma espera interminável de um doador, o paciente tenha que se sujeitar, diante da burocracia, há uma interrupção no tratamento, ensejando riscos à própria vida.

Realizado o transplante, necessário ao paciente, paz de espírito e tranquilidade, já que a saúde psicológica é predicado da saúde física.

É o que objetiva a presente proposição, instituindo uma logística de distribuição e dispensação domiciliar de medicamentos distribuídos pelo SUS aos pacientes transplantados, como forma de dar a eles segurança de que no dia de amanhã, suas vidas não dependerão de um emaranhado de burocracia despropositada.

Assim posto, diante da relevância do tema, solicito apoio na aprovação da matéria em análise.

\*\*\* X X X \*\*\*

### PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA MEDIDA PROVISÓRIA

#### PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 133/2007

Altera dispositivos da Lei nº 10.723, de 1998, que dispõe sobre a distribuição da Quota Estadual do Salário Educação, entre o Estado e os municípios - art. 212, § 5º da Constituição Federal.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 1º, o art. 5º e o caput do art. 7º da Lei nº 10.723, de 16 de março de 1998, passam a vigor com a seguinte redação:

“Art. 1º A Quota Estadual do Salário Educação, de que trata o art. 15, § 1º, inciso II, da Lei federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, é destinada à educação básica pública e será distribuída entre o Estado e os municípios na forma estabelecida nesta Lei. (NR)

Art. 5º Os recursos da Quota Estadual do Salário Educação serão aplicados em programas, projetos e ações da educação básica pública, incluindo educação especial e a educação de jovens e adultos, na modalidade presencial, com avaliação no processo, desde que vinculadas à rede pública de ensino, destinando-se, preferencialmente:

- I - ao aperfeiçoamento dos profissionais da educação;
- II - à aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
- III - ao uso e a manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
- IV - à produção de material didático destinado à educação básica pública;
- V - à aquisição de material didático e de consumo para uso dos alunos, dos professores e da escola;
- VI - à manutenção de programas de transporte escolar; e
- VII - a estudos, levantamentos e pesquisas, visando ao aprimoramento da qualidade da educação básica pública. (NR)

Art. 7º As parcelas de recursos destinadas aos municípios serão creditadas mensal e automaticamente em contas específicas em favor do Município para o financiamento da educação básica municipal. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 04 de abril de 2007

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

\*\*\* X X X \*\*\*